

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

MESTRADO EM HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

MESTRADO EM HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

ERIBELTO PERES CASTILHO

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO PENSAMENTO
DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Comissão Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em História Social, sob a
orientação do Professor Doutor Antônio
Rago Filho

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO - 2008

COMISSÃO EXAMINADORA

A Valdecir Francisco de Castilho
in memoriam

Á Dani, ao Dimi e à Cleide

Agradecimentos

Se subjacente a qualquer trabalho encontra-se um esforço interindividual, eis que chega a hora, pois, do devido reconhecimento. Sou grato a inúmeras pessoas que, contribuindo à sua maneira e dentro de suas possibilidades objetivas e espirituais, fizeram desse trabalho uma realidade, quiçá muito mais completo e rigoroso do que as modestas pretensões do autor ao iniciá-lo.

Desse modo, agradeço primeiramente ao orientador e amigo Antônio Rago Filho que, nesses anos de convivência acadêmica e extra-acadêmica mostrou-me qualidades para além do professor e intelectual rigoroso que é; qualidades humanas manifestadas, sobretudo, por sua conduta perante a vida real, conduta que espelha a imagem de um homem sempre disposto a nos tornar mais humano genérico.

A minha família, Sandra e Eliete, minhas irmãs mais velhas; Anáile, Adriele e Aiane, minhas queridas sobrinhas; Bina e André, meus irmãos mais novos; Vilma e família, e especialmente minha mãe Cleide, figura humana especial, que pelo estímulo e incentivo incondicional às minhas ações e objetivos transforma minha caminhada pela vida muito mais suave e segura.

A todos os grandes amigos da Comunidade João Ramalho (Neto, Cássio, João Paulo, Luís, Marcel, Flavinho, Ana Marta, Carol, Daniele) nome carinhosamente dado ao esse grupo de pessoas que, nas alegrias e percalços da convivência diária, foram em grande medida os responsáveis pelo humano que sou hoje.

Ao carinho sempre presente dos amigos de longa data Rosângela, Martinha, Edson, Paulo, Fabrício, Júlia, Patrícia, Fire, Camila, Rodrigo, Leandro, bem como da turma do mestrado Nilo, Edson, João, Silvia, Adriana que nessa curta trajetória já se transformaram em grandes amigos.

Ao Luís que, como se não bastasse a imensa amizade que inspira, ainda me ajudou materialmente com as impressões de meu trabalho

A Yara e Vanessa, a primeira pela ajuda decisiva tanto na confecção do Abstract, quanto nos momentos finais de entrega da dissertação e a segunda pelo companheirismo fiel e sincero nessa nossa jornada pelo mestrado.

Às amigas e prof^{as}. Dr^{as}. Vera Lúcia Vieira e Lívia Cotrim, integrantes da Banca de Qualificação, pelas leituras e sugestões preciosas para o aprimoramento de meu trabalho.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP que ofereceu as condições institucionais para a realização dessa pesquisa, particularmente as prof^{as}. Dr^{as}. Yvone Dias Avelino e Márcia Mansor D'Alessio, pela enriquecedora e sempre gentil convivência acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que garantiu o auxílio financeiro para o desenvolvimento deste trabalho.

E por fim, agradeço de modo especial a duas pessoas imprescindíveis em minha vida, cúmplices para quem também dedico este trabalho.

Ao meu irmão Edimilson, amigo que me acompanha e me acompanhará por todo o sempre; companheiro de lutas cotidianas cuja tenacidade no enfrentamento da vida é sem dúvida um espelho para mim.

E a minha querida Danielle, mulher que pela envergadura intelectual e sensibilidade humanística no trato da vida me inspira diariamente. Paixão motivadora desse trabalho, sem o qual, não seria ele tão intenso.

Ao indivíduo resta a liberdade de se ocupar com o que o atrair, com o que lhe der prazer, com o que julgar útil, mas o verdadeiro objeto de estudo da humanidade é o homem. J. W. Goethe, As Afinidades Eletivas.

Resumo

Como se sabe o sociólogo Francisco de Oliveira muito contribuiu para a compreensão da formação histórica brasileira. Sua extensa produção intelectual, caracterizada por um ecletismo metodológico de forte viés marxista, é, sem dúvida, uma importante referência teórica no que tange à orientação prática de partidos políticos, políticas públicas, análises teóricas, entre outras.

Esta pesquisa visa efetuar a análise crítica do pensamento deste estudioso, mediante a elucidação de seu fato-doutrinário, representado aqui por seus livros publicados, bem como pelos artigos escritos para as revistas *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*.

O trabalho divide-se em três capítulos, além da introdução e conclusão. Na Introdução busca-se expor preliminarmente o tema, apresentar os objetivos e as justificativas, como também realizar uma discussão mais aprofundada sobre a análise de ideologia por nós defendida.

O primeiro capítulo, em conformidade com nossa proposição analítica, é traçado o itinerário profissional e intelectual, as influências ideológicas, bem como o “chão” histórico em que Oliveira viveu e interagiu ativamente. No segundo, pretende-se examinar a interpretação de Oliveira, no que se refere à forma e o movimento de produção e reprodução do capital característico do momento histórico correspondente à República Velha no Brasil (1889-1930). O período posterior, que se estende de 1930 a 1976, refere-se à etapa em que a industrialização passou a ser o setor-chave para a dinâmica do capital brasileiro, até o esgotamento do “milagre econômico” no período da ditadura militar, será abordado no terceiro capítulo. Por fim, passamos às considerações finais, quando tencionamos resumir as principais formulações constantes do ideário de Oliveira procurando encadeá-las de modo a compreender melhor o “sentido” da Formação Econômica do Brasil no pensamento do autor.

Palavras chave: história econômica brasileira, ideologia, pensamento social.

Abstract

As it is known the sociologist Francisco de Oliveira has contributed a lot to the comprehension of the Brazilian historical formation. His vaste intellectual production is characterized by a methodological eclecticism of strong Marxist emphasis, and it is without a doubt, an important theoretical reference concerning the practical orientation of political parties, public politics, theoretical analyses, among other things.

This research aims to make a critical analysis of Francisco de Oliveira's thought through the elucidation of his fact-doctrinaire, represented here by his published books as well as by the articles written for the magazines *Studies Cebrap* and *New Studies Cebrap*.

The work is divided into three chapters, besides the introduction and conclusion. The Introduction seeks to expose preliminarily the theme, introduce the goals and the justifications, as well as to accomplish a deeper discussion on the analysis of the ideology defended by us.

In the first chapter, in conformity with our analytic proposition, the professional and intellectual itinerary, the ideological influences, as well as the "historical ground in which Oliveira lived and interacted actively is traced. The second chapter intends to examine Oliveira's Interpretation, regarding the form and the production and reproduction action of the characteristic capital of the corresponding historical moment to the Old Republic in Brazil (1889-1930). The posterior period, which goes from 1930 to 1976, refers to the stage in which the industrialization became the sector-key for the dynamics of the Brazilian capital, until the exhaustion of the "economic miracle" in the period of the military dictatorship, and will be tackled in the third chapter. Finally, we pass to the final considerations, when we intend to summarize the main formulations of Oliveira's social or economic ideas trying to enchain them so as to comprehend better the "meaning" of the Economic Formation of Brazil in the author's thought.

Key words: Brazilian economic history, ideology, social thought.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira	10
1 – O jovem “reformista”: percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira.	10
2 – O bem-aventurado “escudeiro”: experiências de Francisco de Oliveira na SUDENE.	15
3 – O “desterrado”: andanças de Francisco de Oliveira no exílio.	22
4 – O insurgir do “crítico-crítico”: Francisco de Oliveira na “casa” da “analítica paulista” ..	24
5 – “um petista da primeira hora”: a segunda militância partidária de Oliveira.	35
6 – A Docência universitária e a produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira.	40
Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)	51
1 – A Emergência de um Novo Modo de Produção de Mercadorias.	54
2 – A <i>Intermediação Comercial e Financeira Externa</i> da Economia da República Velha.	60
3 – Os obstáculos estruturais à diversificação da divisão social do trabalho rumo à industrialização brasileira.	65
4 – <i>Simultaneidade da Industrialização com Urbanização e Autarcização da Produção Industrial</i> : constituição inicial do Urbano e da Indústria brasileira	68
5 – A Constituição Histórica da denominada “Oligarquia Antiburguesa”.	78
Capítulo III - A Economia Brasileira Pós-1930	86
1 – As Determinantes da Inversão do Padrão de Acumulação da Economia Brasileira Pós-1930.	89
2 – A Revolução Burguesa e a Acumulação Industrial no Brasil pós-1930: O <i>politicismo</i> de Francisco de Oliveira	102
3 – Processo de Acumulação Industrial no Brasil de 1930 à meados dos anos 1950	113
4 – Plano de Metas do Período JK: As Pré-Condições da Crise de 1964	119
5 – A Expansão Pós-1964: Progressão das Contradições	128
Considerações Finais	143
Fontes	158
Referências Bibliográficas:	161

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo a análise crítica do pensamento do sociólogo Francisco de Oliveira mediante a perscrutação de seu fato-doutrinário¹, representado aqui por seus livros publicados bem como pelos artigos escritos para as revistas *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*.

Como sabemos este autor muito contribuiu para a compreensão efetiva da Formação Econômica Brasileira, sua extensa produção intelectual, caracterizada por um ecletismo metodológico de forte viés marxista é, sem sombra dúvida, uma importante referência teórica no que tange à orientação prática de programas partidários, projetos políticos, movimentos sociais, análises teóricas, etc.

Contudo, mesmo que seu pensamento figure como um importante fragmento da consciência social brasileira, ainda inexistem trabalhos acadêmicos que têm por objeto central de estudo seu ideário em sua totalidade, isto é, geralmente os artigos, resenhas críticas, etc., dedicados à investigação de sua obra, exploram tão somente trabalhos ou temas específicos de sua vasta produção teórica, muitas vezes com interesses meramente epistêmicos e quase sempre sem qualquer referência à práxis social do autor. No entanto, é bom que se diga que tal constatação em hipótese alguma corresponde a um desinteresse pela obra de Francisco de Oliveira, pelo contrário, o estudioso com o mínimo conhecimento das ciências humanas brasileiras certamente já teve contato, seja por livros ou artigos, seja pela imprensa ou citações, com a vasta produção deste importante sociólogo.

Desse modo, portanto, a perspectiva de nosso trabalho visa contribuir para o desvendamento crítico deste importante fragmento da consciência social em sua totalidade, ou seja, não nos detivemos em temas ou trabalhos específicos do autor, mas, a partir das fontes acima aludidas, buscamos apresentar sua interpretação sobre a Formação Econômica Brasileira, compreendidas aí, de forma articulada,

¹ “Usamos a expressão fato-doutrinário para indicar a constelação global do pensamento de um autor, ou parte desse mesmo conjunto. É simples designativo de uma entidade de pensamento, podendo ser usado para indicar qualquer manifestação de pensamento explicitamente oferecida. Com ela queremos simplesmente indicar um objeto que tem nos textos sua expressão objetiva”. Cf. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, pp. 57 e 58. (nota 63).

todas as determinantes por ele concebidas como as mais fundamentais desse processo.

Tarefa árdua, talvez pretenciosa demais a um mestrado nas condições atuais, porém, sempre imbuída da convicção da possibilidade concreta de apreender, da forma mais aproximada possível, o que nós nos propusemos, isto é, os nexos constitutivos do pensamento de Francisco de Oliveira.

Entretanto, antes de prosseguirmos no delineamento crítico do pensamento de Oliveira, gostaríamos de fazer algumas breves considerações que, no entanto, são imprescindíveis à compreensão deste:

Se de pensamento se trata, de atividade material e intercâmbio material – sociabilidade – dos homens se trata, pois, como bem assevera Marx:

A produção de idéias, de representações da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material.²

De fato, ao falarmos em pensamento devemos nos reportar, necessariamente, a um dos pressupostos ontológicos deste – a atividade material humana – uma vez que: não se deve partir

daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos **homens realmente ativos**³ e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a

² MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 36.

³ (Grifos nossos) Importante consignar que: “Esta maneira de considerar as coisas não é desprovida de pressupostos. Parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis. Desde que se apresente este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas”. MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 38.

pressupostos materiais. [Afinal]: Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.⁴

Contudo, ao falarmos em atividade material, em práxis, em produção humana “é sempre da produção a um estado determinado de desenvolvimento social de que se trata – da produção de indivíduos sociais”.⁵

Como se vê, a sociabilidade também é pressuposto ontológico⁶ da produção humana e, conseqüentemente, também do pensamento. Vale dizer, a sociabilidade é “condição de possibilidade para a própria efetivação individual, mas a mediação social não se faz presente apenas nessa ou naquela forma de atividade humana individual, ao revés, ela penetra em todas as suas formas de exteriorização inclusive – é o que importa salientar aqui – na constituição de seu pensamento”.⁷

Assim ressalvadas, mesmo que de forma sucinta⁸, essas importantes considerações, quais sejam: “a produção da consciência como **momento da prática** humana concreta, constituído no **interior da própria sociabilidade**”,⁹ podemos agora prosseguir na investigação de nosso objeto, cientes de que a busca por uma efetiva apreensão de um sistema ideológico, no caso o pensamento de Francisco de Oliveira, obriga-nos, pela ausência de uma história autônoma¹⁰ das ideologias, à uma compreensão da

⁴ MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 37.

⁵ MARX, K. *Grundrisse de 1857-58*, p. 21.

⁶ “Desde o início mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens– e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma ‘história’ sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos”. (Grifos nossos) MARX, K. & ENGELS, F. Op. cit., pp. 42 e 43.

⁷ VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*, p. 256.

⁸ Acreditamos não ser possível neste trabalho esgotar o desenvolvimento da ampla e complexa discussão acerca da sociabilidade e atividade prática como pressupostos ontológicos da produção da consciência, do pensamento. Entretanto, àqueles que queiram se inteirar mais do tema sugerimos alguns trabalhos que são imprescindíveis à compreensão deste: ALVES, Antônio José Lopes. *A Individualidade Moderna nos Grundrisse*; CHASIN, José. *Marx– Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica e Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*; VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*; TEXEIRA, Paulo T. F. *A Individualidade na Obra de Juventude de Karl Marx*, dentre outros.

⁹ (Grifos nossos) VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*, p. 260.

¹⁰ “A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. (Grifos nossos) MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 37. “O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma **história autônoma**, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não

totalidade histórica em que se produzem e em que se encerram; em outros termos: a análise de ideologias implica necessariamente no entendimento do que é por elas afirmado na sua relação com a situação concreta de quem as afirma. E se os produtos ideológicos são obviamente expressos pelas bocas ou penas singulares, cabe, no entanto, assinalar que sua produção efetiva já não goza, tão amplamente, da mesma evidência empírica, e que é necessário não simplificar a questão e considerar que, pelo menos, ela seria o resultado de um vasto e complexo trabalho interindividual cuja natureza é necessária determinar e levar em consideração.¹¹

Já é sem tempo a necessidade de delinear os modos de abordagem de nosso objeto, contudo: “Certo é, pois, que esta não é a hora e o lugar para vastas tematizações epistemológicas, embora, evidentemente, pelo simples fato de tentar fazer obra de ciência, está-se, desde logo, envolvido com problemas desta ordem”.¹²

Vivemos há tempos a “moda” do ecletismo metodológico, moda esta que tem por fundamento “a idéia de que os métodos se equivalem, de que se equilibram entre si seus valores e possibilidades analíticas”.¹³ Época, portanto, dos apologistas do ‘tudo é válido’ que, no intuito de promover a pluralidade de opiniões – pessoais – em ciência, se esquecem, ingênua ou oportunamente, que: se de ciência se trata, de opinião não se trata, pois, quem busca o real, o modo de ser do objeto não busca uma modesta opinião sobre, mas busca sua efetiva apreensão.

Portanto, para que não parem dúvidas, gostaríamos já de início consignar que: não pretendemos seguir esse modismo, ou melhor, não partilharemos da noção que considera ser qualquer procedimento científico mais uma contribuição à grande caixa de “ferramentas” das ciências humanas; negaremos, pois, “o ecletismo que busca justamente sua força no aditar de coisas insomáveis e caminha ao arrepio da lógica e dos princípios, em nome de um anti-ortodoxismo que não é mais do que o dogmatismo do descompromisso prático e científico”.¹⁴

Assim, para nós, nosso método, ou como queiram chamar o procedimento de abordagem de nosso objeto, não é mais um dentre os vários existentes na “banca”

se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam”. (Grifos nossos) CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 72.

¹¹ *Ibid.*, p. 63.

¹² *Ibid.*, p. 58.

¹³ *Ibid.*, p. 58.

¹⁴ *Ibid.*, p. 58.

gnosiológica, ao contrário; é aquele que, a nosso ver, possui “exclusivos atributos científicos”¹⁵; aquele que, comprometido com a efetiva apreensão do real, parte de “**pressupostos reais**”¹⁶ de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação”.¹⁷

Tanto é assim que, como já brevemente explicitado acima, não partimos do pressuposto de que o pensamento deste importante sociólogo seja uma produção solitária e isolada do mundo; gestado autonomamente no claustro do gabinete de estudos, sob o estatuto de consciência pura. Pelo contrário, o pressuposto do qual partimos é o de que o pensamento do homem – Francisco de Oliveira – é fruto de seu processo de desenvolvimento real, realizado em condições determinadas, empiricamente visíveis.

Estamos certos, portanto, que é a partir do processo de desenvolvimento de vida real de Francisco de Oliveira, realizado em condições determinadas, que se deve investigar seu pensamento, determinar sua *gênese e função social*.¹⁸ Entretanto, conscientes estamos que tal tarefa não pode ser cumprida sem que se acrescente, a estes dois pontos – gênese e a função social – à análise imanente/estrutural.¹⁹

Esta, que busca “analisar os textos e deles extrair a malha temática e a estrutura de sua lógica interna” é, sem dúvida, um importante procedimento analítico que interdita um dos erros muito comum nos trabalhos acadêmicos atuais, qual seja: a atribuição de significados extrínsecos aos objetos estudados, operação esta que obscurece, quando não impossibilita sua efetiva compreensão. Ou seja, com a

¹⁵ CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 58.

¹⁶ (Grifos nossos) Cabe frisar novamente que: “esses pressupostos são os homens, não em qualquer fixação fantástica ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas empiricamente visíveis”. MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 38.

¹⁷ *Ibid.*, p. 26.

¹⁸ Importante consignar, pois, que nossa referência à necessidade da investigação de tais pontos – gênese e função social do pensamento – está fundada nas importantes contribuições científicas, no que tange a análise de ideologias, do referencial estudo *O Integralismo de Plínio Salgado* de José Chasin. Neste trabalho o autor, “balizado pelo talhe histórico-genético praticado por Lukács”, afirma, nos mesmos timbres do importante filósofo húngaro, que: “a abordagem de um objeto ideológico implica na determinação de sua gênese e função social”. Cf. CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, pp. 58 e 59.

¹⁹ Segundo J. Chasin, a análise imanente: “encara o texto – a formação ideal – em sua consistência auto-significativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o confrontam, tanto positivos quanto negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam”. CHASIN, J. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, p. 336.

análise imanente pretendemos apreender a “forma de existência”²⁰ do objeto estudado; “reproduzir pelo interior mesmo da reflexão” de Francisco de Oliveira

o traçado determinativo de seus escritos, **ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou**. Procedimento, pois, que adquire articulação e identidade pela condição ininterrupta de uma analítica matizada pelo respeito radical à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado, ou seja, que tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornável necessário compreender e fazer prova de ter compreendido.²¹

Finalizando, pois, o sucinto delineamento de nosso procedimento analítico, há ainda uma importante consideração a ser feita: quando falamos de procedimento ou, se quiserem, método, não nos referimos a uma “ante-sala lógico-epistêmica ou [a um] apriorismo teórico-metodológico”²², isto é, não tratamos de uma “receita”, forjada *a priori* em nossa consciência, que nos franqueasse um caminho suave e sereno ao verdadeiro, e isso porque: “Se a execução completasse o pensamento que é ótimo, então não haveria nada a observar”.²³

Como se sabe, vivemos hoje uma espécie de síndrome de ilusões perdidas, fim da esquerda, fim da história, em suma, de *futuro ausente*²⁴. No caso brasileiro, tal síndrome se insinua há tempos, principalmente após a “suposta traição” de Luís Inácio Lula da Silva, antigo proletário levado às “alturas” do poder político pelo voto popular.

Nesta esteira, a esquerda brasileira, ilusoriamente absorta no “jogo democrático institucional”, vê no tão aguardado governo de Lula a antítese de suas “crenças” e, suas teorias e discursos não mais podem explicar o movimento real a partir dos mesmos marcos teóricos, mesmo porque, lhes falta agora um chão histórico; uma ossatura histórica-concreta que sustente suas “interpretações”.

Contudo, ao invés de verem neste “lastimável” momento histórico a refutação prática de suas teorias, empunham novamente suas velhas “armas” e se alistam,

²⁰ Cf. MARX, K. *Grundrisse de 1857-1958*, V. 6, pp. 40-41.

²¹ (Grifos nossos) CHASIN, J. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, p. 335.

²² *Ibid.*, p. 508.

²³ GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*, p. 41.

²⁴ “A agudização sofrida pelo complexo problemático obriga a que se admita e fale em ‘futuro ausente’, como a enervação que perpassa e a canga que esmaga a existência contemporânea”. (Grifos nossos) CHASIN, J. *Marx – A Determinação Ontonegativa da Politicidade*, p. 164.

sob novas siglas, para o velho combate político, a fim de consertar e aperfeiçoar a complexa máquina estatal.

É, portanto, neste ambiente de falta ou de “crenças” em antigas perspectivas que se impõe como urgência humano-societária o presente estudo. Como sabemos, Francisco de Oliveira personifica os interesses da esquerda brasileira²⁵ e, sem sombra de dúvidas, seu pensamento é uma importante referência ideológica desta.

Compreender e apreender as particularidades deste importante fragmento da consciência social é, pois, tarefa imprescindível à reflexão do que hoje se põe como pauta do dia, qual seja – a atual crise da esquerda – se é que esta já não estava de longa data em crise.

Trabalho, portanto, que tem por objetivo primordial somar esforços para a consecução de uma atividade mais ampla, interindividual e que deve ser continuamente estimulada: a de “ir configurando concretamente as especificidades da consciência social em países como o nosso”²⁶. Tarefa necessária ao desenvolvimento das ciências humanas brasileiras, uma vez que, “somente após compreendermos completamente o conhecido, é que podemos avançar em direção ao desconhecido”²⁷, ou seja, somente após um rigoroso mapeamento das especificidades do pensamento de uma ampla gama de teóricos brasileiros, conservadores ou revolucionários, identificando de forma crítica suas contribuições, ilusões,²⁸ ou mesmo desserviço ao desenvolvimento das ciências humanas, à compreensão efetiva da realidade que nos toca, é que estaremos mais aptos à refletir sobre os rumos, ainda pouco conhecidos, do movimento particular da realidade brasileira atual.

Assim, uma vez expostas algumas importantes questões no que concerne ao nosso intento analítico-crítico, resta-nos apresentar por fim a estrutura de nossa

²⁵ “Os filósofos apareceram sempre, no fundo – conscientes ou inconscientemente, querendo ou sem querer – vinculados a sua sociedade, a uma determinada classe dela (grifos nossos), as suas aspirações progressivas ou regressivas. E o que em sua filosofia nos parece e realmente é pessoal, realmente original, acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo (e por seu destino histórico)”. LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*, pp. 80 e 81. Apud. CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 76.

²⁶ *Ibid.*, p. 83.

²⁷ GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*, p. 50.

²⁸ “Se a expressão consciente das relações reais dos indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é conseqüência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram”. MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, p. 36.

dissertação que, a nosso ver, nos parece ser o mais adequado à exposição dos resultados de nossa pesquisa.

No *Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira* tratamos de expor, em conformidade com nossa proposição analítica, o itinerário profissional e intelectual, as influências ideológicas, bem como o “chão” histórico em que Oliveira viveu e interagiu ativamente. Desse modo, pois, procuramos ampliar o conhecimento sobre as bases concretas de sua ação e pensamento, uma vez que, como visto acima, para que possamos apreender efetivamente os nexos constitutivos de seu ideário, necessário é que remetamos seus produtos ao terreno sócio-histórico em que emergiram.

No *Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)* examinamos a interpretação de Oliveira, no que tange a forma e o movimento de produção e reprodução do capital característico desse período histórico particular. Buscamos expor o padrão de acumulação dominante – no caso o agroexportador – e todas as causas, conseqüências e seqüelas a ele relacionadas, tais como a intermediação comercial e financeira externa, a autarquização das unidades de produção agroexportadoras, a escravatura, o bloqueio da divisão social do trabalho no campo e nas cidades, a industrialização tardia, a conformação autocrática da burguesia brasileira e do Estado brasileiro. Mostramos as metamorfoses operadas nas relações de produção ocorridas com a abolição da escravidão, o surgimento do “quase-campesinato” e a instauração de uma nova forma de “acumulação primitiva” no campo. Também expusemos a emergência de um novo modo de produção de mercadorias ocorrido no campo, bem como o desenvolvimento da divisão social do trabalho nas cidades ocorrido pela irrupção da incipiente industrialização.

No *Capítulo III – A História Econômica Brasileira pós-1930* analisamos a interpretação de Oliveira do período que vai de 1930 a 1976, isto é, na etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do capital brasileiro, até o esgotamento do dito “milagre econômico” no período da ditadura militar. Procuramos expor a inversão do padrão de acumulação iniciado em 1930 com a denominada *Revolução Burguesa*, a forma de seu desenvolvimento sob o governo de Getúlio Vargas, bem como sua modificação com os projetos nacionalizantes implementados de 1950 a 1976 já sob os governos de Juscelino Kubitschek e dos militares. Também analisamos a conformação do urbano nesse período, discutindo,

dentre outras determinantes, a questão da habitação, do “inchaço” tanto das cidades, quanto do setor terciário.

Capítulo I - Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira

1 – O jovem “reformista”: percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira.

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira ou “Chico de Oliveira”, como é mais conhecido esse sociólogo pernambucano, nasceu em sete de novembro de 1933 na cidade de Recife. Sexto filho de pequenos comerciantes, oriundos de uma “classe média decaída”²⁹, esse recifense já exercitava, desde jovem, tanto a atividade intelectual³⁰ como a militância, chegando a participar ativamente no movimento estudantil secundarista de Pernambuco³¹.

Em 1952, influenciado pelas leituras dos jornais locais, principalmente dos “suplementos dominicais, de alguns professores que puxavam mais para as Ciências Sociais”³² decidiu-se, ainda que a maioria de sua geração tenha ido cursar Direito, pelo curso de Ciências Sociais ingressando, no mesmo ano, na antiga Faculdade de Filosofia de Recife, que hoje é a Universidade Federal de Pernambuco.

Na Universidade, Oliveira, que até então era católico “de carteirinha”³³, logo se ligou a um “grupo católico de esquerda” denominado *Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco*. Esse grupo estudantil “irrelevante, [e que] não tinha influência em lugar nenhum” era visto pelo Partidão (Partido Comunista) – posição

²⁹ Segundo Oliveira, a origem de sua família, composta pelos pais e mais dez filhos com ele incluído, era “de classe média decaída”. Seu pai, como diz ele, “teve algum êxito empresarial nos anos 1930 como sócio em uma farmácia (...) que ficava no Porto de Recife, porque o material era importado. Depois, com a guerra, a importação foi cortada e o surgimento do mercado interno acabou com a localização estratégica: a cidade foi para dentro do continente. Então a farmácia foi afundando. (...) Em 1933, quando nasci, meu pai ainda tinha recursos, mas a década toda foi de decadência” OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 14.

³⁰ “Já no ginásio [Oliveira] começou a mostrar interesse pela carreira intelectual, chegando até a formar um grêmio literário juntamente com alguns colegas”. MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 91.

³¹ “Na verdade, meu primeiro contato com a política nasceu um pouco antes, na União de Estudantes Secundários de Pernambuco”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 15.

³² *Ibid.*, p. 16.

³³ “Fiz primeira comunhão, crisma, tudo a que tinha direito. Até os dezesseis anos eu ainda era católico, até chegar à universidade. (...) Eu não me arrependo de nada em minha formação católica. Foi muito importante no momento em que me liguei a um grupo católico de esquerda na universidade. Não era na minha faculdade, tinha mais gente do Direito”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 15.

então hegemônica tanto no movimento estudantil, como na direção da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco – como “a ala feminina”³⁴, afinal os socialistas eram considerados em geral – e aqui o machismo típico do período – como tal.

Dentre as leituras, quando de sua estada na Faculdade de Ciências Sociais, as que mais o marcaram foram Pitirim A. Sorokin (1889-1968) em sociologia e Harold Joseph Laski (1893-1950) em política, sendo que os hoje conhecidos clássicos, tais como Karl Marx³⁵, Max Weber, Émile Durkheim³⁶, Gilberto Freyre³⁷, Caio Prado Jr.³⁸, Florestan Fernandes,³⁹ entre outros, tiveram pouca influência em sua formação universitária.

Concluindo o curso de Ciências Sociais em 1956, Oliveira logo procurou emprego como sociólogo, todavia, perguntava-se na época o jovem cientista: “o que um sociólogo faria no Recife nos anos 50?”⁴⁰

Desse modo, foi graças a essa “feliz coincidência de escassa oferta de empregos para os sociólogos e cientistas sociais e, em determinado momento, uma abundante oferta de emprego no nordeste para a gente que não era propriamente economista, mas que estava mais para Economia do que para Ciências Sociais”⁴¹ que fez com que Oliveira começasse a se interessar por esse campo de estudos.

³⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 15.

³⁵ Não se lia Marx nesse período por que, relembra Oliveira, não havia um mísero texto dele na “paupérrima” biblioteca de sua Universidade. “Os textos de Marx que a gente conseguia eram os que o Partidão editava, pela editora Vitória, que existia em todo o Brasil. Mas nenhum deles me marcou”. *Ibid.*, p. 15.

³⁶ Nas palavras de Oliveira, “Nenhum dos três porquinhos, [lhe marcaram] na época: nem Max Weber nem Émile Durkheim nem Marx”. *Ibid.*, p. 17.

³⁷ Não se lia Gilberto Freyre, ainda que este autor também fosse recifense, uma vez que, segundo Oliveira, Freyre “era muito discriminado pela esquerda na universidade. Em primeiro lugar porque ele era muito arrogante. Os estudantes, em geral, o detestavam. Ele era vaiado quando comparecia às bancas de concurso. Então ele não teve influência na minha formação nem na daquela geração toda”. Entretanto, em recente entrevista, datada de 8 de fevereiro de 2007, Oliveira assevera que essa ignorância quanto às obras de G. Freyre foi uma “lástima, porque estava[-se] perdendo um grande autor”. *Ibid.*, p. 17.

³⁸ Segundo Oliveira, ainda que Caio Prado Jr. fosse muito à Recife, bem como à sua Universidade “por causa da sua ligação com o Partidão” quase não lia esse autor. *Ibid.*, p. 17.

³⁹ Embora F. Fernandes já fosse bastante conhecido como um importante sociólogo em São Paulo, no Recife, segundo Oliveira, “ninguém sabia quem era Florestan”. *Ibid.*, p. 16.

⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 92.

⁴¹ *Ibid.*, p. 92.

Ou seja, o banco do Nordeste do Brasil, que fora criado em 1952⁴², já havia começado a “recrutar gente para trabalhar basicamente em análises de projetos, [e] em pesquisa sobre a economia do Nordeste”⁴³. Entretanto, relembra Oliveira, não havia economistas no Nordeste nesse período, uma vez que, tanto “a maioria das Escolas de Economia eram muito ruins”⁴⁴, como ninguém queria “sair do Rio [de Janeiro] para ir para lá. E [economistas de] outras partes do Brasil também não interessavam. Eram tão ruins quanto os de lá [do Nordeste]”.⁴⁵ Desse modo, portanto, o banco do Nordeste teve de recrutar “gente de outras áreas”⁴⁶ e, assim sendo, Oliveira viu uma possibilidade concreta de trabalho em sua cidade natal.

Oliveira prestou então dois concursos que o banco abriu para “gente formada em Direito, Economia, Ciências Sociais, Administração e até gente que não tinha título universitário”⁴⁷: um “para ser funcionário comum” e o outro para “entrar no escritório técnico de estudos econômicos”.⁴⁸ Passando no concurso, acompanhou então um curso de economia criado por essa instituição, curso que, segundo ele, era uma “espécie de forno de padaria”⁴⁹ donde em apenas seis meses⁵⁰, “o sujeito saía com um preparo melhor do que o da Universidade”.⁵¹ Ao concluir o curso, Oliveira

⁴² “O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal”. Cf. HISTÓRICO/BANCO DO NORDESTE. <http://www.bnb.gov.br/Content/aplicacao>. Acesso em: 24 fev. 2008.

⁴³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 92.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 92. Observa Oliveira que as Escolas de Economia neste período eram fracas; “eram as piores possíveis”. Segundo ele: “Em todo o Brasil, a única faculdade de Economia que prestava era a Universidade do Brasil [atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)]. As outras eram lastimáveis, mesmo a de São Paulo. Não tinha nada que prestasse no Recife também”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 16. Não é à toa que, segundo o autor, os grandes economistas dessa época são todos formados em outras disciplinas “O [Eugênio] Gudin é engenheiro. O Celso [Furtado] é formado em Direito. E [Ignácio] Rangel também é formado em Direito”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 92.

⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 17.

⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 92.

⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 17.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 17.

⁵⁰ “depois de seis meses a gente saía para atuar”. *Ibid.*, p. 17.

⁵¹ Segundo Oliveira, sua formação de economista tinha sido bastante precária e isto porque, observa ele: “eu não fiz o curso sistemático de Economia. Se eu tivesse feito no Nordeste, provavelmente ela não seria melhor. Podia até ser pior. Surpreendentemente, para quem conhece minhas posições, a minha formação começou pelos Keynesianos transformados em neoclássicos. O Banco do Nordeste nos dava um curso intensivo e o livro básico era Introdução à Análise Econômica, do Paul A. Samuelson, que a Editora Agir publicou no Brasil durante décadas, que foi um best seller”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.).

ingressou então no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, emprego em que permaneceu por dois anos.⁵²

Em fins de 1957, Oliveira sai do Banco do Nordeste para ir à recém criada Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Após um ano nessa instituição o jovem cientista toma conhecimento, graças a um amigo seu,⁵³ de um curso da Cepal que era patrocinado pelo BND⁵⁴ e que seria ministrado na cidade do Rio de Janeiro. Assim, como “cada instituição deveria financiar aqueles que mandava para fazer o curso”⁵⁵, Oliveira consegue que a Comissão, à qual estava ligado, o mandasse para o Rio.

Esse curso “intensivo, de [apenas] quatro meses”,⁵⁶ também marcou a formação econômica inicial de Oliveira. Nele, o jovem sociólogo teve aulas com os professores “Jorge Ahumada, que dava Programação Geral. (...) Julio Vaunic, que era professor de Teoria de Projetos; Pedro Vuscovic⁵⁷, que dava Contabilidade Nacional. (...) Carlos Iasum, um economista chileno que dava Financiamento e Desenvolvimento”⁵⁸, além dos conferencistas Celso Furtado⁵⁹, Roberto Campos⁶⁰ e Mário Magalhães da Silveira⁶¹. Nesse curso, cujo conteúdo pautava-se em “certos autores que a Cepal privilegiava”,⁶² a orientação teórica de Oliveira se transformou,

Conversas com Economistas Brasileiros II, p. 92. Cf. SAMUELSON, Paul Anthony. *Introdução à Análise Econômica*. (Trad. Sérgio Túlio dos Santos). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.

⁵² “A partir daí veio o gosto pela coisa [pelo campo da Economia] e uma formação melhor. Fui contaminado pelo vírus. Acho que fui um bom produto da escassez”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 92.

⁵³ “Tomei conhecimento do curso porque um amigo meu, que era professor no recife, disse: ‘você deve fazer o curso da Cepal. Não te contenta com o que você fez’. Eu tinha feito um curso de seis meses, patrocinado pelo Banco do Nordeste, onde a gente tinha aula teórica e, depois, estágio. Ele disse ‘é insuficiente, vai fazer o curso da Cepal’. E aí arranjei uma inscrição. E o time da Cepal era o melhor que havia na América Latina”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 18.

⁵⁴ Atualmente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 18.

⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 93.

⁵⁷ “Pedro Vuskovic, uma grande figura que foi ministro da Fazenda de Allende [Presidente do Chile]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 18.

⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 93.

⁵⁹ Celso Furtado “deu uma conferência antes de sair para a Inglaterra, onde escreveria o Formação Econômica do Brasil”. *Ibid.*, p. 93.

⁶⁰ “Roberto Campos também dava conferências, mesmo porque ele era superintendente do BNDES, que patrocinava o curso junto com a Cepal”. *Ibid.*, p. 93.

⁶¹ “Outro conferencista importante foi Mário Magalhães da Silveira, um sanitarista e demógrafo que me influenciou muito”. *Ibid.*, p. 93.

⁶² *Ibid.*, p. 93.

isto é, nele o jovem sociólogo teve um contato mais direto com a “obra de Keynes”, que ele “já conhecia desde o curso do Banco do Nordeste, mas de uma forma atenuada pela visão do Samuelson”.⁶³

Entrementes, Oliveira, que diz ser reformista “desde criancinha”⁶⁴, também colaborou ativamente no Partido Socialista do Brasil⁶⁵ do qual fazia parte. Esse partido que, segundo ele, era composto por um “grupo de socialistas muito bom”⁶⁶ foi em grande medida o responsável tanto por sua formação socialista inicial⁶⁷, como por algumas, ainda que não muitas, de suas experiências com a militância política⁶⁸, atividade que, todavia, fora bastante atenuada quando de seu ingresso na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959⁶⁹.

Em 1958, logo após a conclusão do curso da Cepal, Oliveira veio pela primeira vez para São Paulo para trabalhar no escritório da empresa Lambreta do Brasil S/A, com um diretor que havia sido seu chefe no Banco do Nordeste. Nessa empresa, onde permaneceu por um ano, Oliveira se sentiu muito solitário, pois, como nos diz ele:

⁶³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 93.

⁶⁴ Oliveira quando questionado em recente entrevista (8 de fevereiro de 2007) se havia sido membro do Partido Socialista Brasileiro, assim respondeu: “Era. Sempre fui reformista, desde criancinha”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 19.

⁶⁵ Partido constituído em 1947 a partir da denominada Esquerda Democrática que fora constituída, em 25 de agosto de 1945, como bloco autônomo dentro da UDN, concorrendo na mesma legenda para as eleições presidenciais de 1945.

⁶⁶ “A esquerda católica e o pessoal do Partido Socialista eram de primeira linha, mas não tinham voto”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 19.

⁶⁷ “Havia [no Partido Socialista Brasileiro] um grupo de socialistas muito bom, no qual também me formei”. (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 19. Nesse Partido “as nossas referências não eram Marx. Eram os trabalhistas ingleses. Alguns dos quais marxistas como Laski. O nosso modelo era mais ou menos o do Labour Party. Uma linha democrática socialista. Eu não sei dizer a respeito de outras influências, em outras partes do Brasil. O trotskismo foi certamente muito importante em certas facções do Partido Socialista Brasileiro, mas não na de Pernambuco, onde militei. Aí a influência maior era certamente do Partidão. Nós éramos uma espécie de ‘ala feminina’ do PCB (risos), mas tinha outra corrente de socialistas, que tinha maior influência dos trabalhistas ingleses. Então, eu comecei a tomar contato com uma certa literatura trabalhista, do tipo Laski, do Svebi, nas poucas traduções a que a gente tinha acesso. Algumas traduções do Editorial Vitória, que mudava de nome cada vez que a polícia empatelava, e algumas traduções em espanhol, que eram acessíveis aos estudantes”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 93 e 94.

⁶⁸ Para Oliveira a militância que faziam nesse período era muito pouca, mesmo porque, segundo ele: “Quem é que numa cidade de operários, ia ouvir intelectual? (...) Então a militância era fazer comício, estender faixa. Elegemos um vereador, uma vez, que era um professor de Belas Artes, Arquitetura e Urbanismo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p.19.

⁶⁹ “quando fui para a Sudene atenuei muito a minha militância política”. *Ibid.*, p. 19.

meus conterrâneos vinham ser operários, e eu era de classe média. Não tive contato nenhum com eles. Morava no lado da Nove de Julho, na rua Sílvia. A fábrica da empresa ficava na Vila Hamburguesa e o escritório na praça da República, onde eu trabalhava.⁷⁰

Nesse ínterim, relembra Oliveira, Celso Furtado já havia retornado ao Brasil e “estava recrutando gente para ir para o Recife”.⁷¹ Assim, como o jovem sociólogo já o conheceu desde o curso da Cepal, resolveu então visitá-lo no Rio de Janeiro, no BNDS, buscando conseguir seu espaço nessa nova empreitada. Oliveira levou então suas notas do curso da Cepal, “todas gloriosas” segundo ele, entretanto, Celso Furtado “nem quis olhar e disse: ‘Estou a sua disposição. Vá ali falar com o Medeiros, chefe da administração, e já acerte tudo’”.⁷²

2 – O bem-aventurado “escudeiro”: experiências de Francisco de Oliveira na SUDENE.

Em 1959⁷³, Oliveira retornou então à sua cidade natal para trabalhar na recém criada Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),⁷⁴ em cuja

⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 18. Oliveira recentemente nos diz, referindo-se a sua primeira vinda a São Paulo em 1958, que: “eu odiei nessa cidade exatamente o caráter de exceção da migração forçada, embora este não tenha sido o meu caso, nem antes nem depois. Ofendia minha formação socialista que as pessoas fossem obrigadas a um desenraizamento tão profundo. E não ajudava muito, ao contrário, o preconceito contra os ‘baianos’, que reiterava a exceção da exclusão e que ainda grassa – veja-se a infeliz frase do atual ministro da Segurança Alimentar. Fomos e ainda somos vistos como a ameaça, os bárbaros que atentam contra a civilização. A cidade não reconhece que é ela que cria a exceção, e que os migrantes que aqui acodem são apenas sua consequência”. (grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 244. A infeliz frase a que Oliveira se refere foi proferida pelo então ministro extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano, numa reunião para empresários, realizada em 07 de fevereiro de 2003, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na ocasião, disse excelentíssimo ministro: “Temos que criar emprego lá [referindo-se ao Nordeste], temos que gerar oportunidade de educação lá, temos que gerar cidadania lá. Porque, se eles continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado.” Cf. NATALI, João Batista. Graziano vincula migração de nordestinos à violência. FolhaOnLine. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil>. Acesso em 12 mar. 2008.

⁷¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 18.

⁷² *Ibid.*, p. 18.

⁷³ Como se sabe, já havia ocorrido nesse período a Revolução Cubana (1959), entretanto, tal evento quase não teve influência sobre o jovem Oliveira, uma vez que, segundo ele: “Eu era reformista demais para ser identificado com os cubanos”. *Ibid.*, p. 20.

chefia estava Celso Furtado. Nessa instituição, onde permaneceu até o Golpe Militar de 1964, ele teve uma experiência muito marcante em sua vida:

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o ‘diabo-a-quatro’ de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista (PC) era muito forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado]. Então, era um pau só.⁷⁵

Oliveira, que tinha então 26 anos de idade, foi nomeado por Celso Furtado para uma importante função dentro da SUDENE⁷⁶: “Meu cargo era de ‘mandachuva’. Abreviando, eu era o segundo do Celso”.⁷⁷ Desse modo, portanto, nas ocasiões de ausência de Celso Furtado, e segundo Oliveira ele se ausentava freqüentemente para viajar para o Rio, quem conduzia a administração era ele:

Eu substituía o Celso toda hora, embora sem intervir nos assuntos de política, que era área dele. Havia uma divisão de trabalho, nunca explícita, que entendi desde o início. Minha função era fazer aquilo funcionar, e funcionava. E a política estava com ele. Ele era de uma integridade espantosa. Até hoje foi a melhor lição de vida que recebi.⁷⁸

Estando, pois, “em posição privilegiada vendo, participando, dissentido, perdendo dentro do processo”⁷⁹, Oliveira foi então protagonista de inúmeros episódios que, sem dúvida, marcaram a história de sua vida e da própria SUDENE. Dentre eles, Oliveira nos conta que, em fins de 1961, sob o governo parlamentarista:

⁷⁴ A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que fora criada em 1959 no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), teve como principal idealizador e primeiro superintendente o economista Celso Furtado.

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 18 e 19.

⁷⁶ Celso Furtado “me nomeou, sem pedir autorização a ninguém, só ao Conselho da Sudene. Não era um cargo de quadro, mesmo porque a SUDENE não tinha quadro”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 20.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 19.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 20.

⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. p. 14.

A derrubada do Celso estava no gatilho⁸⁰. Ele viajara para Israel e eu o substituí. Eles prepararam uma sessão do Conselho para apresentar o caso. Aí reuni minha tropa, diretores da SUDENE, e fomos ao comandante do Quarto exército dizer a ele que os armazéns da SUDENE seriam entregues ao Exército porque o governador de plantão ameaçava invadi-los, e a SUDENE não tinha força armada. Era o General Arthur da Costa e Silva. Ele me recebeu, dizendo: ‘O senhor é muito jovem, está assustado, imagine se o governador [de Pernambuco] Paulo Guerra vai fazer um ato insensato desse. Volte para o seu trabalho’. (...) No outro dia seria a reunião do Conselho, o governador cometeu a besteira de mandar um bilhete que dizia: ‘Convoco o senhor superintendente a comparecer ao meu gabinete e, se não entregar tantas toneladas de milho, feijão, arroz e não sei o quê dentro de tantas horas, a Polícia Militar de Pernambuco invadirá os armazéns da SUDENE’. Chamei o ajudante-de-ordens dele e disse: ‘Diga ao seu governador que sou funcionário federal e não obedeco a ordens de governador nenhum’. (...) ‘E este bilhete eu quero’. Sai com o bilhete, junto com Jader de Andrade e mais dois diretores, e fomos de novo ao general. ‘Está aqui, general, o assustado não sou eu’. Ele então armou o golpe ali mesmo: ‘Ah, agora o senhor está falando sério, não vou duvidar da sua palavra. Mas só posso fazer isso autorizado pelo primeiro-ministro’. Era o Tancredo Neves. ‘Porque o senhor sabe, esta é uma unidade da Federação, se eu fizer isso configuraria uma intervenção no estado de Pernambuco e eu não posso. O senhor me passando o telegrama do primeiro-ministro, eu agirei’. (...) Quando saímos da casa do general meu compadre Jader teve um estalo. ‘Negativo, esse é o pretexto para intervirem não no Estado de Pernambuco, mas na SUDENE, porque o Celso não está, você não é um funcionário nomeado pelo presidente, eles vão dar o golpe’. Chamamos os dois jornais locais, o *Jornal do Comercio* e o *Diário de Pernambuco*, e pedimos que suspendessem a edição até mandarmos uma nota. Fomos para o escritório da SUDENE e redigimos uma carta duríssima e enviamos para os jornais. No outro dia haveria uma reunião do Conselho e os jornais deram a manchete: ‘Superintendente substituto denuncia complô para derrubar Celso Furtado’, com fotocópia do bilhete do Paulo Guerra, o governador de plantão. Foi uma debandada geral, esse momento vou guardar pelo resto da vida.⁸¹

Com a nomeação, em 1962, de Celso Furtado para Ministro do Planejamento no governo de João Goulart, Oliveira assumiu provisoriamente o comando

⁸⁰ No Recife, segundo Oliveira, os “militares conspiravam abertamente. O Castelo Branco, que havia sido comandante do Quarto Exército, ia a cada quinze dias a Recife. Conspiravam a tal ponto que Cid Sampaio [líder usineiro que havia sido governador do Estado] e Gilberto Freyre [ambos pertencentes ao Conselho da SUDENE] planejavam um golpe para derrubar o Celso [Furtado]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 22.

⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 22 e 23.

administrativo da SUDENE. Nesse período, donde a “pressão era formidável”⁸², o jovem sociólogo já começou a pressentir os “ventos” de um golpe que se aproximava, ventos esses cujas impressões⁸³ transmitia a Miguel Arraes⁸⁴ então governador de Pernambuco.

Quando da irrupção do Golpe Militar em 1º de abril de 1964, Oliveira estava juntamente com Celso Furtado no Palácio do Governo de Pernambuco, onde foram obrigados a permanecer até as três horas da tarde.⁸⁵ Dali, ele e Furtado seguiram, “praticamente presos no carro”, para o Quartel General do Quarto Exército, onde Celso teria uma entrevista com o General Justino Alves Bastos, entrevista que, segundo Oliveira, seria “decisiva para sua inclusão na lista de cassados”.⁸⁶

⁸² “Com a política eu não tinha nenhuma relação, tratava de agüentar o tranco de governadores do tipo Aloísio Alves, Virgílio Távora, que era governador do Ceará e telefonava ameaçando porque eu me recusava a entregar-lhe recursos fora do convênio. A pressão era formidável”. *Ibid.*, p. 23.

⁸³ Oliveira, lembrando algumas de suas impressões da clarividente eminência de um golpe de Estado em 1964, assim nos diz: “Recordo que, antes do comício [de João Goulart e Leonel Brizola] de 13 de março na Central do Brasil, eu tinha vindo a São Paulo e fui visitar o Diogo Gaspar, que foi meu diretor no Banco do Nordeste e com quem eu vim trabalhar aqui [na Lambreta do Brasil S/A]. Era uma visita de camaradagem. Ele inventou ao Carvalho Pinto, ao qual era muito ligado, que eu era um emissário do [Miguel] Arraes, o que era mentira, mas ele botou o verde para colher maduro. Me levou à casa do Carvalho Pinto no Morumbi, ele me recebeu de gravata, paletó e conversamos. Eu seria emissário do [Miguel] Arraes para fazer a dobradinha Arraes-Carvalho Pinto, que era o sonho da burguesia e da esquerda também. Tudo fantasia. O Carvalho Pinto já tinha rodado com o Jango, fora ministro da Fazenda, e ele disse: ‘Eu vou levar você para ver umas coisas e avisar o pessoal lá de cima’. Depois de almoçar fomos à empresa norte-americana Clark, que fazia elevadores de carga. ‘Você está vendo aquelas coisas ali?’. Tudo coberto de lonas. ‘São tanques. Isso é para o caso de haver alguma tentativa de golpe da esquerda’. O fantasma [do golpe de esquerda] era real. Parece brincadeira, mas estavam improvisando o armamento. Evidentemente até a hora em que os norte-americanos chegassem com aquele Hércules e despejassem. Isso eu vi aqui em São Paulo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 24.

⁸⁴ “Eu viajava muito a trabalho e tentava passar informações ao [Miguel] Arraes, que era o político com quem eu tinha maior relação. Eu vinha a São Paulo, ao Rio, a Brasília e procurava transmitir informações. Cada vez que chegava a Recife ia visitar o Arraes e dava minhas impressões”. *Ibid.*, p. 24. Como se vê, Oliveira tinha muito contato com Miguel Arraes, esse “coronel de esquerda, muito íntegro”; sua “relação com ele [Arraes] era ótima. Entrava em seu gabinete a qualquer hora ou quando” lhe “chamava para conversar”. *Ibid.*, p. 20.

⁸⁵ Oliveira, que estava no Palácio do Governador de Pernambuco naquele fatídico dia (1º de abril), nos relata – bem ao sabor das lendas do popularmente conhecido Pai Arraia – a cena presenciada quando da voz de prisão ao então governador Miguel Arraes: “Eu estava ao lado de [Miguel] Arraes em 1964, quando chegou o coronel Dutra de Castilho (...). Esse coronel era o comandante do 15º RI [Regimento de Infantaria] que deu voz de prisão a Arraes em 1º de abril de 1964. Eu ouvi ele dizer: ‘Governador, estamos pedindo ao senhor. Nossa ação é contra o Presidente Goulart, não contra o seu governo, entretanto, é necessário mudar os postos de comando do estado. Pedimos ao senhor que permaneça no Palácio como nosso hóspede’. O Arraes respondeu sem vacilação: ‘Coronel, não posso ser hóspede de mim mesmo porque esta é a casa do governador. Ou permaneço aqui como governador ou pode me prender’, e uniu os pulsos como para ser algemado. Evidentemente, o coronel não o prendeu. Há lendas sobre o Arraes, ele era um político maneiroso, mas nunca vacilante”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 20.

⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 100.

Chegando lá, tinha um **corredor polonês**⁸⁷ em frente do gabinete do general para nos receber. Eles olhavam para o Celso com ódio de classe, que não era nem o caso porque o Celso era filho de desembargador... Ali eu vi uma cena inesquecível. O general Justino era um cachorro pequeno – isso não é uma ofensa aos homens pequenos porque eu mesmo só tenho um metro e sessenta – financiado pelos usineiros, todo mundo sabia. Ele mandou que sentássemos e fez o discurso. “Lamentavelmente temos de tirar o presidente Goulart do cargo porque ele está ameaçando as Forças Armadas”. E o Celso, quieto. “Lamento muito, mas o senhor não colaborou”. Quando ele disse isso o Celso reagiu: “General, eu sou um servidor público, os senhores deram um golpe de Estado, derrubaram um presidente legitimamente eleito. Se o senhor não sabe, eu sou reservista de primeira classe da FEB [Força Expedicionária Brasileira], não me ofenda falando em colaboração”. O general, que já era pequeno, ficou com um metro e meio. Saímos de lá e eu pensei: daqui vou preso.⁸⁸

Do gabinete do general, Celso Furtado e seu fiel escudeiro Francisco de Oliveira não saíram presos, todavia saíram certos da entrega da superintendência da SUDENE aos militares⁸⁹. Contudo, na madrugada de 6 de abril, logo após um último jantar com Celso Furtado na casa de um colega, os militares batem então na porta de Oliveira e, como ele “não tinha a mesma importância”⁹⁰ e o mesmo prestígio que Celso Furtado no exército⁹¹, acabou por ser levado à prisão.

Oliveira, portanto, ficou preso por 45 dias⁹² na companhia de “João Guerra, secretário da Fazenda de Arraes”⁹³. Saindo de lá, retornou novamente à SUDENE, donde encontrou então “um clima de perseguição”⁹⁴.

⁸⁷ (Grifos nossos) Segundo Oliveira, esse “corredor polonês” que sem dúvida “desenhava a cara do golpe” era “formado, de um lado, pela alta oligarquia pernambucana do açúcar e, de outro, por militares”. *Ibid.*, p. 100.

⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 24 e 25.

⁸⁹ “Um general da reserva que trabalhava conosco, que era um João-ninguém, foi designado para receber a SUDENE”. *Ibid.*, p. 25.

⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 100.

⁹¹ “No Celso eles nunca tocaram porque ele tinha um enorme prestígio no exército. Tinha sido febian [FEB] e acabara de receber uma condecoração. O subchefe do Estado-Maior do Exército, general Lindemberg dos Santos, foi recebê-lo no Rio e garantiu sua integridade até que tomasse um avião para o Chile. Isso foi no dia 8 de abril. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 25.

⁹² Há aqui uma divergência sobre quantos dias Oliveira efetivamente esteve preso, ou seja, na entrevista concedida à *Revista Margem Esquerda* (p. 25), o autor diz ter sido preso por 45 dias, sendo que na entrevista concedida à Guido Mantega e Marcio Rego (p. 100) diz ele ter sido preso por 3 meses (90 dias). Decidimos adotar a versão proferida na entrevista concedida à *Revista Margem Esquerda*, uma vez que nela o autor nos dá mais detalhes dessa prisão. Contudo, o número de dias pouco importa, pois, mesmo que tenha ficado apenas uma hora preso, a experiência já é marcante e aterrorizante. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios*

Durante esse período, relembra Oliveira:

Não me davam nada para fazer e eu era rigorosamente proibido de ter acesso a qualquer documento da instituição. Passava os dias lendo. Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional⁹⁵. Tinha uma “Introdução Metodológica sobre a Dialética nas Ciências Sociais”, na Revista Brasileira de Ciências Sociais editada por Júlio de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era Estanislau Soviski, Estrutura de Classe na Consciência Social. Eu passei lendo... Passei quarenta dias aí nesse limbo, onde você nem via Deus nem o Diabo (risos)”⁹⁶.

Todavia, Oliveira começou a pressentir que estava prestes a passar do limbo ao inferno; seus amigos da SUDENE lhe alertavam que já estava na lista, que logo iria ser chamado a depor e que sua prisão preventiva já havia sido solicitada. Desse modo, Oliveira, que já sentia a “barra pesar para os comunistas de sempre, aqueles que tinham pasta de dente e cueca já prontos para ir para Fernando de Noronha”⁹⁷, aproveitou-se da “frouxa”⁹⁸ vigilância da Ditadura e, assim, viajou clandestinamente para o Rio de Janeiro.

Eis aqui o fim de um importante capítulo da vida de Oliveira; o fim de mais uma “história do famoso” Celso Furtado, “que foi o mais casto enamorado e o mais

marxistas, p. 25. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 100.

⁹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 25.

⁹⁴ “Iniciavam-se os inquéritos policiais militares, éramos convocados para depor a toda hora”. *Ibid.*, p. 25.

⁹⁵ Cf. CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Difusão Européia, 1962.

⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 101.

⁹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 25. Segundo Oliveira: “O Recife sempre foi um lugar suspeito por causa da forte presença do Partido Comunista. É a velha anedota que todos nós conhecemos: o sujeito que já tem a mala pronta, com escova, pasta de dente e a cueca, era comum entre os comunistas de Recife, que eu nunca fui do Partidão, mas eu era considerado como. E, semanalmente, a gente era transportado para Fernando de Noronha para passar uma temporada lá. Tomava banho de sol. Banho de mar, não, porque não deixavam. Então eu vi que ia enfrentar um período de idas a Fernando de Noronha com uma pasta e escova de dentes e eu não estava disposto a tolerar aquilo”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 101.

⁹⁸ Oliveira nos diz que naquela época “as polícias ainda eram relativamente desligadas uma das outras. Você tirava o R.G. no Rio e ninguém sabia em Pernambuco. Aí comprei uma passagem e fui embora para o Rio e fiquei clandestino”. *Ibid.*, p. 101.

valente cavaleiro que de muitos anos esta parte se viu naqueles arredores”⁹⁹ e do também “famoso” Francisco de Oliveira “seu escudeiro, em quem, no meu entender, te dou cifradas todas as graças escudeiras”¹⁰⁰.

Importante trazer à tona ainda que, em entrevista concedida em outubro de 1997 a Guido Mantega e Márcio Rego, Oliveira diz que a criação da SUDENE, que sem dúvida foi bastante influenciada pela burguesia nacional desenvolvimentista¹⁰¹, fora uma experiência “extraordinária sob vários pontos de vista”¹⁰². Dentre eles importante reter, segundo ele, “dois lados” que “fizeram da experiência da SUDENE uma coisa notável”¹⁰³. O primeiro diz respeito ao fato de que essa instituição

era uma tentativa de profunda reforma das estruturas da economia do nordeste, mas não para integrá-la à dinâmica geral da economia brasileira. Era um projeto reformista sem nenhum disfarce. Mas um projeto reformista interessante porque surgido num embalo de uma enorme crise, e do aparecimento de novos atores muito importantes. Inclusive do campesinato, que no nordeste estava aparecendo com as ligas camponesas.¹⁰⁴

Já o segundo refere-se à “tentativa de reformular o federalismo”¹⁰⁵, ou seja:

No diagnóstico do Celso [Furtado], que é uma obra clássica hoje (a SUDENE o reeditou há uns três anos), há uma clara percepção da crise do federalismo. Isto é, você não pode ter uma federação que se aguenta nas

⁹⁹ CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo, p. 36. Em apresentação escrita no inverno de 2003 para o Livro *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, Oliveira assim escreveu: “Num Brasil e num Nordeste plagados de patrimonialismo, Furtado entrou como um cavaleiro da razão montado no Rocinante, de uma aguda inteligência plasmada para desvendar os enigmas de uma sociedade que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela. Alto e austero, seco de carnes, semblante talhado a foice, como certos tipos do sertão, o cavaleiro da razão é um Quixote que do alto de sua loucura combate incansavelmente os moinhos do capitalismo predador e de suas classes-abutres”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 8.

¹⁰⁰ CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo, p. 36.

¹⁰¹ “O seminário que inaugurou a SUDENE foi patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria [CNI]. Todo mundo passou uma semana em Garanhuns. Lula estava nascendo. A Confederação tinha uma revista importante, *Desenvolvimento e Conjuntura*, porque a da Fundação Getúlio Vargas era *Conjuntura Econômica*, de grande influência entre os economistas. A *Desenvolvimento e Conjuntura* foi criada para martelar os temas do desenvolvimento. Então tinha grande entrada [na SUDENE]. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 21 e 22.

¹⁰² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 98.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 99.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 98.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 98.

pernas se você tem uma concentração do poder econômico em alguns Estados, como em São Paulo. Com essa percepção, que Celso diagnosticou de uma forma que é teoricamente equivocada, mas que apanha a dramaticidade, ele propunha uma reformulação da federação em termos regionais e não mais em termos de cada Estado, porque a enorme concentração econômica em São Paulo havia desbalanceado a federação de forma irreparável.¹⁰⁶

3 – O “desterrado”: andanças de Francisco de Oliveira no exílio.

Em 1964, já no Rio de Janeiro, Oliveira enviou à Cepal seu currículo. Esta instituição lhe ofereceu então “um lugar no Haiti e outro na Bolívia”¹⁰⁷, propostas que Oliveira prontamente negou dizendo preferir “a prisão do Marechal Castelo Branco”¹⁰⁸. Seguiu, pois, para o Chile, onde conheceu Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort; contudo, logo viu que ali “não dava pé”¹⁰⁹ e, assim, voltou novamente para o Brasil ainda no mesmo ano.

Já no Rio de Janeiro, Oliveira, que tinha então um processo judicial, bem como um mandado de prisão preventiva em Recife, permaneceu ostensivelmente clandestino por um ano nessa cidade e isso porque, segundo ele, “a gente ia para a praia. Tomava banho de mar. Conversava e ia visitar os amigos do BNDES”.¹¹⁰ Nesse ínterim, Oliveira conseguiu então, junto a um advogado amigo seu da Paraíba, “a liberação do processo pelo Eraldo Gueiros, que era ministro do Superior Tribunal Militar”.¹¹¹

Assim, livre do processo e já com seu passaporte em mãos, Oliveira seguiu então com toda a família para Guatemala, país em que permaneceu por um ano como assessor da Cepal. Entretanto, após ver “o que aquilo era”¹¹², escreve para um

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 98 e 99.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 26.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 26.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 101.

¹¹¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 25.

¹¹² OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 101. Quando de sua estada na Guatemala, Oliveira assistiu à “toda montagem dos boinas-verdes para destruir a guerrilha. Era pesado. Se andasse de

diretor do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA) que “havia conhecido no Nordeste, quando eles levavam os alunos em viagens de treinamento”.¹¹³ Esse diretor convida-o então para ir ao México, convite que Oliveira prontamente aceitou.

Oliveira desligou-se, pois, da Cepal e assim seguiu para o México para trabalhar num programa do CEMLA¹¹⁴ que o “BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] financiava”.¹¹⁵ Após dois anos, “lecionando e pesquisando”¹¹⁶ nesse programa, Oliveira se convenceu de que “ser exilado era uma coisa muito triste”¹¹⁷ e, assim, resolveu aceitar o convite de Roberto Santos, reitor da Universidade da Bahia, para remontar o Instituto de Economia da universidade”.¹¹⁸ Na Bahia, Oliveira permaneceu por três meses apenas: “vi que não era o caso e vim embora para São Paulo”.¹¹⁹

Já em São Paulo, Oliveira trabalhou numa consultoria: “Tinha pleno êxito e ganhava muito bem. Naquela época havia uma febre de planos de desenvolvimento, planos urbanísticos, regionais”.¹²⁰

carro à noite sem a luz acesa, era bom se preparar para uma rajada de metralhadora. Paravam os carros mandando acender a luz interna. A guerrilha tinha o controle do lado Atlântico da Guatemala, só passava quem eles deixassem. Depois os norte-americanos armaram-se até os dentes e surgiram os boinas-verdes para destruir a guerrilha da Guatemala. Não demorou muito e já veio outro golpe. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 26.

¹¹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 101 e 102.

¹¹⁴ Segundo Oliveira, o CEMLA, “era uma instituição estranha porque era o núcleo da ortodoxia monetarista na América Latina sustentada pelos bancos centrais”. *Ibid.*, p. 102.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 102.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 102.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.102. Oliveira se convenceu que o exílio era muito ruim porque, segundo ele: “Quando havia as festas de 7 de setembro e do Natal a gente se reunia e via todo mundo chorando e cantando o Hino Nacional. Além de quê, o CEMLA era reduto de republicanos espanhóis. Aí era trágico. No dia nacional da Espanha, eles só faltavam morrer. Porque estava muito longe de casa e amargavam a derrota para o franquismo. Eles choravam como crianças, mesmo Marques, que já era completamente integrado. Eles deram uma enorme contribuição à cultura mexicana. Fundaram o Fondo de Cultura, o Colégio de México. Mas eles eram exilados, no fim das contas. Era uma choradeira. Quando eu vi aquilo: um bando de homens velhos chorando... Contaminava! (risos) E a gente ia para as festas de brasileiros, era a mesma coisa. Aí, eu disse: definitivamente eu não fico exilado nem que seja para fazer O Capital (risos). Aí voltei!”. *Ibid.*, p. 102.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 26.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 102. “Fiquei lá [na Bahia] três meses, não recebi um tostão. No último dia me pagaram salários atrasados que eu joguei na cara do chefe de gabinete do reitor. Foi um calvário. Tinha um amigo que morava em São Paulo, telegrafei para ele e recebi passagens para mim e toda a minha família. E vim bater aqui [em São Paulo]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 26 e 27.

¹²⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 102.

Em 1970, Octávio Ianni, que Oliveira conheceu nos tempos em que ele dava cursos na SUDENE, convida-o para “participar de um projeto que iria ser financiado pela Academia Brasileira de Ciências, que receberia dinheiro do Ministério do Planejamento, e passaria para o *CEBRAP* [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento]”¹²¹. Apesar de essa pesquisa não ser realizada, “porque a Academia Brasileira de Ciências não deu o dinheiro”¹²², Oliveira se integrou então ao *CEBRAP*, centro de pesquisa em que permaneceu por 25 anos.

4 – O insurgir do “crítico-crítico”: Francisco de Oliveira na “casa” da “analítica paulista”

Importante aqui, antes mesmo de seguirmos na exposição da trajetória de Oliveira, nos determos sucintamente na história da formação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (*CEBRAP*), centro que, sem dúvida, representará uma importante fase tanto na formação teórica, quanto na vida desse autor.

O jovem filósofo José Arthur Giannotti (1930), quando bolsista na França, chegou a freqüentar o grupo *Socialisme ou Barbarie* donde ouvira “as exposições de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética”¹²³. Ao retornar ao Brasil em 1958, esse filósofo propôs então a uma “roda de amigos, jovens assistentes de esquerda, que estudassem o assunto”¹²⁴. Entretanto, tal proposta logo foi questionada pelo historiador Fernando A. Novais que, segundo Roberto Schwarz, achava “que era melhor dispensar intermediários e ler *O Capital* de uma vez”.¹²⁵

Formou-se assim, um grupo multidisciplinar para dar conta de tal empreitada, cujas figuras constantes eram o filósofo José Arthur Giannotti¹²⁶, o historiador

¹²¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 102 e 103.

¹²² *Ibid.*, p. 103.

¹²³ SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx, p. 100.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 100.

¹²⁵ SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx, p. 100. Segundo Roberto Schwarz essa anedota, por ele lembrada acima, “mostra a combinação heterodoxa e adiantada, em formação na época, de interesse universitário pelo marxismo e distância crítica em relação à União Soviética”. *Ibid.*, p. 100.

¹²⁶ Paul I. Singer quando questionado recentemente (setembro de 1997) sobre quem eram os integrantes do grupo de leitura d’*O Capital*, assim respondeu: “Pela ordem de importância, o Giannotti, que foi o autor da idéia e que, de certa forma, dava uma unificação do ângulo filosófico. Quer dizer, a forma de ler foi muito influenciada por ele. Nós apreendemos a ler como filósofos lêem, dando atenção até as vírgulas, à construção gramatical, ao uso de certas palavras. Coisas que

Fernando A. Novais, o jovem economista Paul Singer, os cientistas sociais Octavio Ianni, Fernando Henrique e Ruth Cardoso, bem como alguns estudantes tais como Bento Prado Jr., F. Weffort, Michel Löwy, Gabriel Bolaffi e Roberto Schuwarz.

Esse grupo que, seguindo a sugestão de José Chasin denominaremos aqui de “analítica paulista”¹²⁷, ficou então conhecido como o “afamado Seminário sobre O *Capital*”¹²⁸, cujo procedimento teórico adotado se afirmava “desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade”¹²⁹.

Claro está, portanto, que o afamado grupo d’O *Capital* que, segundo Paul Singer, “não era marxista”¹³⁰, não tinha como pretensão primeira resgatar a obra marxiana em sua profundidade e extensão, embora tenham contribuído parcialmente nesse diapasão, mas buscavam, sobretudo, valer-se da interpretação d’O *Capital*, assim como das obras de outros autores¹³¹, enquanto fonte epistêmica, seja para

normalmente você não faz. Eu não fazia. Eu não sabia ler desse jeito. Isso foi muito importante para todos nós. Sem dúvida, o Fernando Henrique, a Ruth Cardoso, o Octávio Ianni, o Fernando Novais. Cito todos num mesmo plano. Eram todas pessoas jovens”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 63. Como sugestão para uma melhor compreensão da filosofia de José Arthur Giannotti, ver: RAGO FILHO, Antônio. A Filosofia de José Arthur Giannotti: Marxismo Adstringido e Analítica Paulista. *Cadernos de Ciências Sociais 1 – Ciência e Engajamento*. Santo André: Centro Universitário Fundação Santo André, FAFIL, Colegiado de Ciências Sociais, 2005, pp. 479-512.

¹²⁷ “expressão com a qual é referida a vertente teórica produzida, desde a virada dos anos 50 aos 60, por destacados integrantes dos meios acadêmicos de SP, e que difundiu por todo o país como tributária e melhor intérprete do legado científico de Marx”. CHASIN, José. *Ad Hominem – Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista*, p. 6.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 7.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 7. Segundo Chasin, a “analítica paulista”, representada pelo grupo d’O *Capital* ou Seminário sobre O *Capital*, tinha por procedimento teórico uma “exclusão praticamente completa dos textos de Marx dos anos quarenta, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feurbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurado e teve continuidade a elaboração do corpus teórico marxiano. Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano, - a problemática, real e idealmente inalienável, da emancipação humana ou do trabalho, na qual e somente pela qual a própria questão prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu telos, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação”. (Grifos no Original) CHASIN, José. *Ad Hominem – Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista*, p. 7.

¹³⁰ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 62.

¹³¹ “Nós queríamos apreender não só o pensamento de Marx. O grupo d’O *Capital* estudou Hilferding, estudou Keynes, estudou Weber, Rosa Luxemburgo”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas (Orgs.). Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 62. “Terminada a leitura d’O *Capital*, passamos imediatamente para a leitura da Teoria geral do emprego, juro e dinheiro [de J. M. Keynes]”. GIANNOTTI, José Arthur. *Recepções de Marx*, p. 116.

uma melhor compreensão das “estruturas do capitalismo da época”¹³², seja para “promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção científica superior, ainda que meio esotérica no ambiente”¹³³; ou ainda – e porque não? – construir uma dita “Economia Política moderna, captando o que havia de importante no pensamento teórico, sociológico e histórico”¹³⁴ do período.

Todavia, esse grupo, que já estava fadado a inscrever seu nome nos anais das ciências humanas brasileiras, sofreu um duro golpe com a irrupção da Ditadura Militar em 1964. Logo começou a ser desfalcado pela ausência de alguns de seus integrantes¹³⁵ que, uma vez perseguidos pelo Regime Militar, acabaram por se exilar em outros países na América Latina. Contudo, mesmo a despeito de tais desfalques e perseguições, esse grupo ainda se reuniria por mais um ano sendo, após esse período, extinto.

Em 1969, boa parte do grupo d'O Capital, que até então eram professores da USP, foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5 e, assim sendo, formaram um centro de pesquisa e planejamento, denominado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).¹³⁶ A esse Centro que, segundo Paul Singer, foi inicialmente planejado por ele, José A. Giannotti e Fernando Henrique Cardoso¹³⁷, se juntaram posteriormente outros colaboradores¹³⁸ tornando-se, assim, um importante e influente Instituto de pesquisa do país.

¹³² GIANOTTI, José Arthur. *Recepções de Marx*, p. 116.

¹³³ SCHWARZ, Roberto. *Um Seminário de Marx*, p. 102.

¹³⁴ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 63.

¹³⁵ Segundo Paul Singer, um dos motivos de desfazimento do grupo d'O Capital se deveu à um fato ocorrido com Fernando Henrique Cardoso, ou seja “Nós fomos, de certa forma, desfalcados pelo golpe militar, por causa do Fernando e da Ruth. O Fernando teve um mandado de prisão e resolveu não se deixar prender. Mas, se tivesse deixado, hoje, sabemos que, naquele momento, em 64, nada de mais teria acontecido. Ele teria ficado, provavelmente, detido quinze dias. Em São Paulo, não havia tortura. Diferente do Nordeste. Onde o Chico [Francisco de Oliveira] foi detido e torturado. Mas ninguém sabia, a verdade é essa. Agora é fácil de dizer, mas naquele momento a incerteza era enorme. E ele resolveu se exilar. Então, ele foi para o Chile, o que teve grande influência sobre a vida dele, evidentemente. Ele passou no exílio de 64 até 68, mas o grupo continuou se reunindo pelo menos mais um ano”. *Ibid.*, p. 64.

¹³⁶ “Esse mesmo grupo continuou junto em circunstâncias bem diferentes a partir de [19]69, quando uma boa parte, mas não todos, fomos aposentados pelo AI-5 e aí criamos o CEBRAP. Nós nos encontramos todos. E o Octávio Ianni não tinha sido convidado. Eu sugeri que ele fosse e ninguém se opôs”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 64.

¹³⁷ Cf. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 64.

¹³⁸ “A Elza Berquó foi aposentada comigo lá na Faculdade de Higiene, portanto, estava ligada a mim e eu a trouxe para o CEBRAP. O Cândido Procópio Ferreira, que foi o primeiro presidente do

Em 1970, um ano após a criação do *CEBRAP*, entrou em cena, pois, Oliveira¹³⁹. Esse sociólogo, que contava então com 37 anos de idade, se integrou como economista *sênior* dessa nova “casa”¹⁴⁰, colaborando nela por 25 anos de sua vida¹⁴¹.

Nesse Centro, não só eram realizados trabalhos profissionais de pesquisa e assessoramento de empresas de planejamento, mas também ocorriam cursos¹⁴², bem como intensos e frutíferos debates, denominados à época de “mesões”¹⁴³.

Em 1972, num desses “mesões” realizados no *CEBRAP*, Fernando Henrique Cardoso apresentou um trabalho seu¹⁴⁴, em cuja argumentação buscava demonstrar, segundo P. Singer, que “o regime militar era não só economicamente avançado, progressista (...) ao lado disso, o regime militar também era socialmente

CEBRAP, também estava ligado a mim e estava também na Faculdade de Higiene e Saúde Pública. E pessoas que o Fernando Henrique trouxe. Enfim, o CEBRAP ficou muito maior do que essas poucas pessoas. Mas há uma ligação evidente entre a composição, ou mais que a composição, a proposta do CEBRAP, que era interdisciplinar desde o primeiro momento. É uma conclusão óbvia daquilo que tínhamos apreendido nos longos anos que passamos juntos trabalhando no seminário”. Também “Entrou o Francisco Weffort, o Carlos Estevan Martins, o Bolívar Lamonier, e várias outras pessoas”. *Ibid.*, p. 65.

¹³⁹ “Eu fui para o CEBRAP, e não tinha título de mestre nem de doutor, porque a minha carreira foi diferente, mas eles me acolheram muito bem”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 104.

¹⁴⁰ Como nos diz Singer: “O CEBRAP foi nossa casa comum, do Chico [Francisco de Oliveira] e minha, por quase vinte anos. (...) [Francisco de Oliveira] Estava morando aqui em São Paulo e teve a ousadia de se meter com um grupo de pessoas que tinham sido, pouco antes, exiladas definitivamente do ensino universitário”. SINGER, Paul I. *Crítica e Rememoração*, p. 15.

¹⁴¹ Além das inúmeras pesquisas profissionais promovidas por Oliveira no período em que esteve no CEBRAP, também esse autor contribuiu com muitos artigos seus que foram publicados pela Revista Estudos Cebrap e posteriormente na Novos Estudos Cebrap. As referências bibliográficas desses artigos se encontram citadas ao longo do presente capítulo, como também no final de nosso trabalho, mais particularmente nas Fontes.

¹⁴² “Nos primeiros anos do CEBRAP fazíamos um bom número de trabalhos profissionais para nos sustentar, assessorando empresas de planejamento, que tinham nossos ex-alunos dirigindo ou que precisavam de nossa assessoria e, ao mesmo tempo, dávamos cursos uns aos outros”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 70.

¹⁴³ O “mesão”: “Era uma discussão geral de textos ainda não inteiramente prontos. Quer dizer, prontos, mas que poderiam ainda ser modificados ou que não tinham sido publicados. A possibilidade de apresentar os meus textos e serem discutidos por pessoas daquele calibre era um enorme privilégio”. *Ibid.*, pp. 70 e 71.

¹⁴⁴ Diz-nos Oliveira que: “O artigo do Fernando Henrique é um artigo sobre 64 que está publicado numa das primeiras revistas do CEBRAP e que chamava 64 de ‘revolução burguesa’. Nós [Oliveira e Paul Singer] nos insurgimos contra a interpretação daquilo como revolução burguesa, mas não me lembro do título do artigo do Fernando, mas é fácil encontrar. Nós nos insurgimos e deu um debate fecundo e generoso”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p.103. O artigo de Fernando Henrique a que Oliveira se refere foi publicado na revista Estudos Cebrap, no mesmo número em que foi publicado seu clássico ensaio *Crítica à Razão Dualista*. (Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972).

avançado, progressista”¹⁴⁵. Ao lerem esse trabalho e discordarem bastante dele, Singer e Oliveira, que também compunham o mesão, resolvem então respondê-lo por escrito, o que não era usual.¹⁴⁶ Germina ali, portanto, dois importantes textos das Ciências Humanas brasileira, textos esses que viriam se transformar, posteriormente, no *O Milagre Brasileiro*¹⁴⁷ de Paul Singer e no *Crítica a Razão Dualista*¹⁴⁸ de Francisco de Oliveira.

A respeito desse episódio, nos conta Oliveira que

havia um choque realmente importante, interessante, fecundo de opiniões, de posições, de contrastes e isso foi um período muito rico. O “pau quebrava” sem contemplações. Eu ouvi discussões muito duras. O meu próprio texto foi uma discussão com Fernando Henrique Cardoso. Eu e o Paulo Singer (*sic!*) fizemos dois textos que se transformariam no *Crítica à Razão Dualista* e *O Milagre Brasileiro* do Paulo (*sic!*). Na verdade, foram duas respostas a um artigo do Fernando Henrique.¹⁴⁹

Em 1973¹⁵⁰, na ocasião do lançamento da anticandidatura simbólica de Ulysses Guimarães à Presidência da República¹⁵¹, deu-se, então, uma aproximação

¹⁴⁵ SINGER, Paul I. *Crítica e Rememoração*, p. 17.

¹⁴⁶ “Esse trabalho [o de Fernando Henrique] foi distribuído, nós lemos, era um trabalho interno, para debate. E dois de nós, o Chico e eu, resolvemos responder por escrito. O que não era absolutamente usual. O que se fazia era colocar questões em debate, todo mundo falava, era um debate extremamente interessante, acirrado algumas vezes, mas raramente, muito raramente alguém se dava o trabalho de, antes do debate, escrever”. *Ibid.*, p. 17.

¹⁴⁷ SINGER, Paul I. *O Milagre Brasileiro: causas e conseqüências*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

¹⁴⁸ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972 ou OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. A análise crítica-imanente dessa obra será exposta mais detidamente no terceiro capítulo de nosso trabalho.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 103.

¹⁵⁰ Nesse ano, Oliveira publicou pela Revista Estudos Cebrap mais dois artigos: *Capital, inflação e empresas multinacionais*, uma resenha do livro de Charles Lewison. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Capital, inflação e empresas multinacionais* (resenha do livro de Charles Lewison). Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 1, n. 4, p. 173-183, 1973); e *Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil*, escrito em co-autoria com P. Reichstul (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; REICHSTUL, H. P. *Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil*. Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 4, p. 131-168, 1973).

¹⁵¹ Paul Singer com seu crédulo saudosismo relembra: “Em 1974 haveria uma eleição presidencial meio fajuta – indireta –, mas com campanha. E o Ulysses Guimarães saiu como único candidato e fez uma locução final na televisão, muito incisiva, denunciando o processo inteiro e aquilo calou fundo. Esse é o momento de virada. Porque nós votávamos nulo ou em branco. Nós não votávamos no MDB. O MDB era considerado o partido do ‘sim, senhor’. A Arena era o partido do ‘sim’. E o outro do ‘sim, senhor’. A gente achava que era falsa oposição. E não era. Era verdadeira. Mostrou ser autêntica e nós mudamos – o Brasil inteiro e o CEBRAP também”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 72.

mais concreta do *CEBRAP* com o MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. Nesse período, relembra Oliveira:

[O Ulysses Guimarães] chegou lá [no *CEBRAP*] sozinho. A gente era muito freqüentado pelo pessoal do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], basicamente de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. O *turquinho* Pedro Simon bancava tudo. E Ulysses chegou lá. Fernando Henrique conta uma história segundo a qual ele teria intermediado a visita, **mas é mentira**.¹⁵² Ele chegou lá sozinho, queria falar com Cândido Procópio, que era o presidente mas não a referência principal. Para iniciar a conversa, ele disse: “Meus amigos, o mundo basta para o socialismo”, aí a gente abriu um riso. Juro por Deus. Continuou: “Eu queria ver com os amigos como poderiam nos ajudar na campanha presidencial”. Aí, o Fernando Henrique disse: “Dr. Ulysses, aqui há um grupo de gente que quer ajudar o MDB, mas o *CEBRAP* não pode assumir essa responsabilidade”. (...) Eram seis. Disse o Fernando Henrique: “Se o senhor quiser, esse grupo aqui está disposto a engajar-se”. (...) Aí o Ulysses disse: “Está bem”.¹⁵³

Esse grupo de seis pessoas¹⁵⁴, todas elas pertencente ao *CEBRAP*, começaram então “a desenvolver a colaboração, que resultou em um relatório que, por sua vez, tornou-se o programa do MDB e do anticandidato [Ulysses Guimarães] em 1974”.¹⁵⁵ Concluído o programa, todo o grupo seguiu então para Brasília, onde ocorreria sua apresentação a Ulysses Guimarães e a todo o “Estado-Maior do MDB, que era todo o antigo **PSD**”¹⁵⁶.¹⁵⁷ Nesse encontro, relembra Oliveira

¹⁵² (Grifos nossos) Segundo Singer, a aproximação concreta com o MDB deu-se em sua casa “através de uma sobrinha do deputado do MDB João Pacheco Chaves, muito próximo a Ulysses Guimarães. Era um fazendeiro do interior de São Paulo. A sobrinha dele, Ana, da Faculdade de Filosofia, me perguntou se eu receberia o João e o Ulysses na minha casa para conversar. Eu concordei. Então, eles vieram na minha casa e conversamos os três. Eles nem sabiam direito o que era o *CEBRAP*. Eles queriam conversar comigo, com meus amigos, porque eles achavam que precisavam criar um programa, uma visão política-ideológica para o MDB. Eu imediatamente sugeri o *CEBRAP*. Então eu fiz a ligação do Ulysses e do João Pacheco Chaves com o Fernando Henrique, com o Weffort e com o Chico de Oliveira”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 72.

¹⁵³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 28 e 29.

¹⁵⁴ Segundo Oliveira, essas seis pessoas eram: ele, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Paul I. Singer. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 29.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 29.

¹⁵⁶ (Grifos nossos) O Partido Social Democrático (PSD), fundado em 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas, fora criado a partir da reunião dos antigos interventores do Estado Novo.

¹⁵⁷ Os membros do MDB que estavam no encontro eram Ulysses Guimarães, André Franco Montoro, Amaral Peixoto, Thales Ramalho, Tancredo Neves e Nelson Carneiro. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 29.

A gente despejou uma tonelada de soda cáustica em cima deles. Eles não pestanejavam, não se comoviam. Era impossível comovê-los. Aí, concluímos a exposição: trouxemos todos os horrores da distribuição de renda, o diabo; eles, impassíveis. Quando terminamos, nos cumprimentamos formalmente. Excelente, e nenhum comentário. Só o Montoro comentou; ele era um estranho no ninho. O problema deles, depois decifrei, **era a ditadura, não o regime econômico**¹⁵⁸.

Em 1974¹⁵⁹, buscando conhecer melhor a produção de Karl Marx, autor cuja obra tivera um contato mais sistemático somente mais tarde¹⁶⁰, Oliveira organizou no *CEBRAP* um grupo de estudos de *O Capital*, evento que, lamentavelmente, lhe levou novamente à prisão pelos militares.

Fui preso. Foi um equívoco do aparelho de repressão. O Caico [Carlos Eduardo Fernandez da Silveira], a personagem de *O Ornitorrinco*. O Fredão [Frederico Mazzucchelli] também tinha desaparecido. Fui a casa do Caico para procurá-lo. Eu tinha um carrão norte-americano. Parei na porta da casa dele; não desconfiava de nada. Se tivesse desconfiado teria sido pior. Quando eu me aproximei da casa do Caico, a porta se abriu e... já senti a pistola na nuca. Encapuzaram-me e eu fui para o Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Eles nos prenderam porque participávamos de um

¹⁵⁸ (Grifos nossos) Observem aqui, nessa decifração de Oliveira, uma clara evidência do ardil da politicização da totalidade, já há muito denunciado por José Chasin no artigo *A "Politicização" da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*. Dito de forma mais precisa: "Longe de qualquer dúvida, sob as mais diversas formas, a marca que tem selado a identidade da oposição [brasileira desde 1964] é a da politização do discurso. Entenda-se por isto a redução do todo problemático nacional ao meramente político. (...) o discurso politicizado da oposição é a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais. É a autonomização e prevalência politicológica do 'político' em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômica". (Grifos no original) CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 8.

¹⁵⁹ Nesse ano Oliveira publicou mais dois textos pela revista *Estudos Cebrap*, trata-se de *Um assalto contra a burocracia*, uma resenha do livro *Pantaleón y las visitadoras* de M. Vargas Llosa (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Um assalto contra a burocracia* (resenha de M. Vargas Llosa). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 8, p. 97-101, 1974; e OLIVEIRA, Francisco M. C. *Para Entender A Revolução Peruana: do Modo de Produção Asiático à Crise de 1968*. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 10, p. 57-78, 1974.

¹⁶⁰ "Me tornei marxista já bem adiantado. Na verdade, a minha formação marxista completou-se em São Paulo já nos anos 1960. Não foi em Recife". OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 16. Como se vê, ao contrário do que muitos supõem, Oliveira não foi marxista "desde criancinha" – para utilizar uma expressão por ele cunhada. O marxismo, segundo ele, "foi uma aquisição tardia, já depois de passar por esses fornos da CEPAL e do 'neoclassicismo' Keynesiano. (...) De forma que o meu contato mais firme, mais sistemático e mais enriquecedor com o marxismo só se vai dar, na verdade, já com 30 anos e depois do aprendizado da CEPAL e da indicação de que havia na sua construção teórica uma pitada de marxismo, que era importante. O Inácio Rangel foi importante nisso, devido meu contato com o pessoal do BNDE, apesar de não ter sido meu professor, em nenhuma ocasião". OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 93 e 94. Ver "O Jovem 'reformista': percurso e formação juvenil de Francisco de Oliveira" neste capítulo.

grupo de estudos de *O capital* que era organizado sob minha liderança no CEBRAP. Mas, na verdade, procuravam outro grupo, ligado ao movimento chileno, que pretendia reorganizar a esquerda brasileira. Devia haver dezenas de núcleos de estudo de *O Capital*. Foi um brutal equívoco.¹⁶¹

Nessa sua segunda estada na prisão, Oliveira foi duramente torturado pelos militares,¹⁶² que pretendiam arrancar dele “os nomes do grupo de *O Capital* e os nomes do Chile”¹⁶³. Todavia, por um golpe de sorte – se é que se pode denominar esse triste evento dessa forma – Oliveira conseguiu se safar desse duro suplício, sendo libertado, portanto, alguns dias após sua prisão.¹⁶⁴

Em 1977¹⁶⁵, Oliveira publicou então mais dois livros que, sem sombra de dúvida, tornaram-se imediatamente importantes referências nas Ciências Humanas brasileiras. Trata-se da obra *A Economia da Dependência Imperfeita*¹⁶⁶, uma reunião de trabalhos esparsos dentre os quais alguns já previamente publicados¹⁶⁷ e *Elegia*

¹⁶¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 27 e 28.

¹⁶² Oliveira quando questionado recentemente (8 de fevereiro de 2007) se havia sido torturado quando de sua prisão em 1974 assim respondeu: “Pesado. Pau-de-arara, choque. Felizmente não ficou trauma nenhum. Devo ser meio maluco. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 28.

¹⁶³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 28. Importante observar que em 11 de setembro de 1973, O General Pinochet (Augusto José Ramón Pinochet Urgate) dá o Golpe Militar no Chile, intensificando ainda mais a “caça às bruxas” na América Latina.

¹⁶⁴ Questionado Oliveira se nessa ocasião havia permanecido muito tempo preso, assim respondeu: “Não, não durou bastante. Tinha um sujeito de Pernambuco. Ela não me bateu, mas saquei que ele era um tipo híbrido muito comum no Nordeste: cruzamento entre o índio e negro que dão uns homens de altura excepcional. Ele estava lá quando falei o nome de meu irmão, que era oficial da Polícia Militar e nada progressista, daí ele sacou quem eu era”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 28.

¹⁶⁵ Um ano antes, Oliveira publicou pela editora brasiliense o livro *O Banquete e O Sonho: Ensaios Sobre Economia Brasileira*. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Banquete e O Sonho: Ensaios Sobre Economia Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976).

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

¹⁶⁷ No livro *A Economia da Dependência Imperfeita* (1977) estão reunidos os seguintes trabalhos de Oliveira: Cap. 1 – A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha, pesquisa publicada anteriormente no periódico *O Brasil Republicano* (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano*. 1. Estrutura de Poder e Economia. 1 ed. São Paulo: Ed. Difel, 1974, v. 1, p. 391-414); Cap. 2 – Mudança na divisão inter-regional do trabalho, ensaio escrito em co-autoria com Henri-Phillippe Reichstul e publicado pela revista *Estudo CEBRAP* em 1973 (Ver: nota 151); Cap. 3 – Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil 1950-1976, ensaio escrito em co-autoria com Frederico Mazzucchelli e publicado na *Cidade do México/México* em 1977 (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; MAZZUCHELLI, F. *Patrones de Acumulación, Oligopólios Y Estado en Brasil (1950-1976)*. *Investigacion Economica, Cidade do México - México*, v. XXXVII, n. 143, 1977); Cap. 4 – Expansão Capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro; e Cap. 5 – A produção dos homens: notas sobre a reprodução, artigo publicado

para uma *Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*¹⁶⁸, que, “escrito sob o signo da paixão”¹⁶⁹ fora, segundo ele, resultado da metamorfose de sua reflexão sobre o Nordeste e a SUDENE, metamorfose operada sobretudo pela influência do fértil ambiente intelectual do *CEBRAP*.¹⁷⁰

Durante o período da ditadura militar, Oliveira também teve uma importante atuação na imprensa alternativa: “Começou com o *Opinião*, cujos editores eram o Fernando Gasparian, que tinha uma rede de contatos importante, inclusive o Celso Furtado, e o Raimundo [Rodrigues] Pereira, que era muito inteligente, embora na verdade, **tenha assassinado o *Opinião***¹⁷¹. Escrevi muito para o *Opinião* e, depois, para o *Movimento*”.¹⁷²

em 1976 na revista Estudos Cebrap (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976.). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. Introdução à Guisa de Prefácio (1977) - *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*, p. 13.

¹⁷⁰ Oliveira no Prefácio de janeiro de 1977 do livro *Elegia para uma Re(li)gião* assim nos diz: “Encontrei no Centro Brasileiro de Planejamento – CEBRAP -, instituição à qual pertencio desde 1970, o clima propício à metamorfose de minha reflexão sobre o Nordeste; aqui, entre os companheiros dessa aventura intelectual, foi possível recuperar a dimensão da criação da SUDENE, a salvo tanto da crônica de um participante, quanto de um infantilismo saudosista. Aqui [no CEBRAP], encontrei o ambiente propício ao trabalho de ‘preservar o encanto’ da experiência, sem voltar a ‘cair na puerilidade’. Os agradecimentos, ainda que longos demais, serão feitos: a Fernando Henrique Cardoso, pelo estímulo intelectual que chegou até a assumir a co-autoria do trabalho, para fins externos, sem perguntar pelo seu conteúdo, o que revela um sentimento e uma confiança que extrapola as fronteiras simplesmente intelectuais; a José Arthur Giannotti, sempre disposto a tolerar os equívocos metodológicos, quando percebe algo que brilha em meio ao lixo; a Octávio Ianni, valorizador de qualquer esforço intelectual que esteja disposto a assumir um lado da História; a Vinicius Caldeira Brant, pela fértil discussão e ferrenha disposição em não deixar passar ‘gatos por lebres’; a Paul Singer, pela sempre afável e generosa disposição em discutir e ajudar mesmo aqueles que, como eu, contrastam pelo estilo e pouco verniz com seu cavalheirismo; a Geraldo Muller, ‘ché’, sempre inclinado a encontrar em meus trabalhos as virtudes que somente sua amizade é capaz de exagerar; a Carlos Estavam Martins, testemunha da história, que não permite o uso dos desvão da memória; a todos os demais companheiros do CEBRAP, que transformaram nossas discussões no ‘mesão’ numa extraordinária oportunidade de crítica intelectual vigorosa e sem ademanos acadêmicos”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*, pp. 18 e 19.

¹⁷¹ (Grifos nossos) Segundo Oliveira: “O *Opinião* fechou por determinação do PCdoB [Partido Comunista do Brasil] ao Raimundo, que inventou um conflito com o Gasparian... Ele [Raimundo Rodrigues Pereira] contesta porque não vai confessar. Estou convencido de que foi o Raimundo. Ele contava com o fato de que o Gasparian era mão-de-vaca. Não é à toa que o Raimundo sacrificou um número inteiro do *Movimento*: após a morte de Mao [Tse Tung], ele botou o retrato do líder na capa do jornal. Sabia que a censura não ia deixar passar. Eu mesmo fui vítima do stalinismo do Raimundo, em um período no qual o *Movimento* organizava um seminário, que já era uma ação do PCdoB. O Raimundo manipulava elementos que iam ao seminário para fazer profissão de fé, para dizer barbaridades. E eu comentei, na saída desse seminário: ‘Isso aqui parece a reunião de um partido’. Aí ele instruiu o Sérgio Buarque, um dos jornalistas do *Movimento*, a propor um confronto meu com os personagens de lá. Quando ele propôs isso, eu virei e disse: ‘Sérgio, quando quiser ir ao Dops

Já no periódico *Movimento*, Oliveira fez parte, pois, do Conselho de Redação. Todavia, após dois anos de sábados gastos indo a reuniões desse jornal, ele foi expulso por ordem do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, injustamente, o acusava de trotskista.¹⁷³ Após sua saída do *Movimento*, Oliveira ainda contribuiu na criação de *O Tempo*, periódico donde não permaneceu por muito tempo, porque, dirá ele: “vi do que se tratava”.¹⁷⁴

Em 1978, ano “da **reemergência e afirmação** do movimento operário”¹⁷⁵, Fernando Henrique Cardoso, que desde aquele encontro com os representantes do MDB no *CEBRAP* ficara “amigo de Ulysses Guimarães e de outras figuras”,¹⁷⁶ se lançou candidato ao Senado por esse partido, candidatura que Oliveira prontamente apoiou, e em cuja campanha contribuiu ativamente.

Nas palavras do próprio autor:

Apoiei. Estava com ele [Fernando Henrique Cardoso] na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde se decidiu isso. Na verdade, ele era suplente de senador pelo Orestes Quércia, como estratégia para combater o Montoro, que acabou sendo eleito como primeiro candidato e o Fernando Henrique pegou a suplência, pois o Quércia mandou votar nele. O Robertão [Roberto Cardoso Alves], aquele do “É dando que se recebe” gritava: “Estão entrando os comunistas”, contra o Fernando [Henrique Cardoso]. Eu estava lá, fiz

[Departamento de Ordem Política e Social], vou pelas minhas próprias pernas’. A partir daí, rompi com o Raimundo. Só voltei a colaborar com ele por causa do Paulo Arantes, na fase do Retrato do Brasil [empreendimento editorial cujo diretor de redação é Raimundo Rodrigues Pereira]. Mas sei quem ele é”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, pp. 30 e 31.

¹⁷² *Ibid.*, p. 30.

¹⁷³ “Fazia parte do Conselho de Redação. Todo Sábado. Gastei dois anos dos meus sábados indo a reuniões do Movimento. Eu, Bernardo Kucinski, aqueles que o Raimundo depois chamou de trotskistas. Fomos expulsos numa reunião que virou a noite. Foi a fase em que o [Partido Comunista do Brasil] PCdoB transitava da influência maoísta para a influência albanesa. Uma fase terrível. (...) Nem éramos [trotskistas]. Isso era uma invenção. Sempre foi mais fácil de o PCdoB tratar os dissidentes”. *Ibid.*, p. 30.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 31. Segundo Oliveira, sua permanência no jornal *O Tempo* foi “outra má lição” e continua: “O grupo principal era dos trotskistas e o Flavio [Andrade] sustentava. Dinheiro da Andrade Gutierrez. (...) Um dia, depois de uma larga discussão, Flavinho botou a pergunta fatal: ‘O que você acha do Lula?’. Eu respondi na lata: ‘O Lula é de direita, não se engane. O horizonte dele não passa de um terno do Mappin, de um carro e de uma casa. Não se engane”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 31.

¹⁷⁵ (Grifos no Original) CHASIN, José. *Ad Hominem – As Máquinas Param Germina a Democracia! Das Assembléias de Massas ao Movimento Democrático de Massas*, p. 92.

¹⁷⁶ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 72.

campanha, arranjamos dinheiro. Foi ali que o gordo sinistro Sérgio Motta se aproximou dele.¹⁷⁷

Contudo, esse apoio de Oliveira a candidatura de Fernando Henrique, motivado de certa forma por um acordo para tentativa de se criar “um núcleo do partido socialista”¹⁷⁸ logo se mostrou inócuo, uma vez que, relembra Oliveira: “Fernando Henrique saltou dentro do MDB com a senha de que ele tinha saltado no partido para abrir as portas. Foi o contrário, ele as fechou”¹⁷⁹.

Como se vê, “dentro do *CEBRAP* e fora também”, nos diz Oliveira, “as águas já estavam se dividindo”¹⁸⁰, isto é, nesse período da história brasileira donde as contradições se mostravam cada vez mais explícitas, exigia-se então dos atores sociais posições mais definidas, posições essas que já se mostravam cada vez mais irreconciliáveis e antagônicas.

Foi nesse ambiente, portanto, que se iniciou uma nova e importante fase da vida de Oliveira, isto é, foi em fins dos anos 1970¹⁸¹ que veio à tona toda a conjuntura que desaguou no surgimento de um novo partido de massas – o Partido dos Trabalhadores (PT) –, partido em cuja fundação e consolidação Oliveira participou ativamente¹⁸².

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 30.

¹⁷⁸ “o acordo era tentar criar o núcleo de um partido socialista. Então a gente conversava com o operariado. Teve um grupo que se reuniu durante dois anos para tentar criar pontos. Desse grupo faziam parte o Fernando Henrique, eu, o Chico Weffort e o Alminio Alfonso”. *Ibid.*, p. 32.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 30.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 32.

¹⁸¹ Em fins de 1970 e início dos anos 1980, Oliveira publicará mais três importantes artigos pela revista Estudos Cebrap que, nesse período, terá seu nome mudado para Novos Estudos Cebrap, são eles: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 24, p. 137-168, 1979; OLIVEIRA, F. M. C.; BORGES, W. J. Notas Intempestivas sobre a Questão da Universidade (II). Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 27, p. 15-24, 1980; e OLIVEIRA, Francisco M. C. Anos 70: as Hostes Errantes. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1981.

¹⁸² P. Singer referindo-se ao PT assim nos diz: “todos nós o construímos, certamente o Chico [Francisco de Oliveira] e eu, junto com dezenas ou centenas de intelectuais, de pensadores, de lideranças da Igreja, dos sindicatos, cientistas, artistas”. SINGER, Paul I. Crítica e Rememoração, pp. 17 e 18.

5 – “um petista da primeira hora”: a segunda militância partidária de Oliveira.

Em 10 de fevereiro de 1980, num encontro histórico realizado no colégio Sion, em São Paulo, nasceu então a dita “novidade política”¹⁸³ – O Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse encontro, em que estavam presentes importantes figuras históricas tais como Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, também se encontravam intelectuais ainda não tão notórios, mas já bastante conhecidos à época, dentre os quais o sociólogo Francisco de Oliveira¹⁸⁴.

Dessa ocasião, relembra Oliveira:

O Leôncio Martins [Rodrigues] espumava de satisfação. Dizia: ‘o Velho sonho dos trotskistas, o encontro da intelectualidade com a classe operária’. E nós três [Oliveira, J. A. Gianotti e Leôncio M. R.] saímos do colégio assim. Lá a gente assinou uma ata que depois foi roubada. O PT começou logo com muito fogo. Roubaram. Aí a gente teve de ir novamente à Assembléia assinar o livro porque tinha três deputados. Eram Marco Aurélio Ribeiro, Airton Soares e Bete Mendes. Era na assembléia que a gente assinava o livro. Eu e o Gianotti. Estão lá as assinaturas. As **águas já estavam se dividindo**¹⁸⁵ antes.¹⁸⁶

¹⁸³ Em artigo publicado em 1997 na revista *Novos Estudos Cebrap*, Oliveira assim nos diz: “Os partidos comunistas, depois de longa repressão, perderam sua identidade e influência. O PT é o novo: corresponde à tarefa original dos partidos comunistas, de dotar o operariado de identidade política. Juntos, PT e partidos comunistas – que não conseguem representar ainda a classe operária – têm uma árdua e dura tarefa”. (Grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 19, p. 03-05, dez. 1987, p. 4. Essa “novidade” do PT a que se refere Oliveira será tratada adiante mais detidamente, todavia, àqueles leitores mais afoitos fica a sugestão de leitura do E Agora PT?, artigo em que Oliveira trata mais especificamente dessa questão. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986. Esse artigo também se encontra publicado na íntegra em: OLIVEIRA, Francisco M. C. Qual é a do PT?. In: SADER, E. S. E Agora PT: caráter e identidade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

¹⁸⁴ Quando questionado se estava no famoso encontro no colégio Sion em que fora fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), respondeu Oliveira: “Estava. O encontro do Sion é interessante porque, na saída, caminhávamos eu, o [José Arthur] Gianotti e o Leôncio Martins Rodrigues”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 32.

¹⁸⁵ (Grifos nossos) “No fim do regime militar houve a fundação do PT, houve o momento de divisão de águas essencial, em 1979. Chico e eu estreamos juntos, tentando formar um partido socialista, um partido socialista popular, e todos nós acabamos, de certa forma, absorvidos pela imensa novidade que foi Lula e o PT. E isto nos dividiu. O Fernando Henrique e muitos outros acabaram optando por ficar no PMDB, pela razão, é importante recordar isso, de que não estava na hora ainda de dividir a oposição ao regime militar. Em 1979, o regime militar estava longe ainda de acabar. Acabaria só em 85. E houve debates importantes lá em São Bernardo, inclusive com a presença do Fernando Henrique, do Almino Afonso, do Plínio de Arruda Sampaio, uma série de figuras históricas, sobre se a esquerda brasileira deveria formar um partido, sobretudo um partido de classe, um partido dos

Em 1982, o PT enfrentou sua primeira eleição. “Pela primeira vez”, observa P. Singer, “o PT teve candidato: Lula para Governador de São Paulo. Foi um resultado eleitoral incrivelmente pequeno, muito aquém das expectativas, não só nossas, mas dos adversários. Nós só elegemos oito deputados federais, dos quais seis em São Paulo”.¹⁸⁷

Nesse mesmo ano, Lula e a direção do PT incumbiram ao economista P. Singer à tarefa de dirigir “uma equipe para fazer um programa econômico”¹⁸⁸ para o partido. Essa equipe, da qual também fez parte Oliveira¹⁸⁹, realizou tal empreitada e, assim, apresentou um programa econômico para o PT que, segundo Singer, tinha “como grande questão a distribuição de renda”¹⁹⁰.

Relembra P. Singer que esse primeiro programa econômico do PT não colocou em pauta o socialismo

mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. Via distribuição da renda. Havia então até um germe do programa de renda mínima do Suplicy. Havíamos proposto uma espécie de salário-família significativo como uma das formas, não a única, de redistribuição da renda. Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir renda.¹⁹¹

trabalhadores, certamente antagônico à classe capitalista, à burguesia e ao capitalismo, ou se deveríamos manter essas diferenças no segundo plano, para manter uma frente única de resistência democrática ao regime militar. E a opção foi feita e nós fomos ao PT”. SINGER, Paul I. *Crítica e Rememoração*, p. 17.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 32.

¹⁸⁷ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 81. De fato o resultado eleitoral do PT nas eleições de 1982 foi irrisório. Lula, então candidato a Governador por São Paulo teve apenas 3,7% dos votos válidos, sendo que os candidatos eleitos pelo partido somavam: 2 prefeitos, 8 deputados federais, 12 deputados estaduais e 118 vereadores. Cf. COMO FORAM AS ELEIÇÕES/SITE PT. <http://www.pt.org.br/pt25anos/>. Acesso em: 10 abr. 2008.

¹⁸⁸ “dirigi, por incumbência do Lula, e da direção do Partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982”. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 81.

¹⁸⁹ “O [Antônio] Kadir me ajudou. Eu reuni os amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos um programa econômico para o PT”. *Ibid.*, p. 81.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 81.

¹⁹¹ SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 81 e 82.

Com efeito, não poderia ter esse programa econômico outra natureza que não a reformista, e isso porque, segundo Oliveira em artigo publicado em 1986, “o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir”.¹⁹²

Deixando de lado a discussão sobre a vocação revolucionária ou reformista do Partido dos Trabalhadores, pois, ainda que seja importante, extrapola os limites desse capítulo, sigamos, então, no encaço da trajetória particular de Oliveira, trajetória que nesse período se confunde com a do Partido.

Como se sabe, além da já assinalada função estratégica na confecção do primeiro programa econômico do PT, também esse “petista da primeira hora”¹⁹³ contribuiu intelectualmente com tal partido, isto é, foi ele responsável por inúmeros artigos, publicados em vários meios de comunicação, inclusive do próprio PT, cujos conteúdos versaram sobre os mais variados assuntos, desde propostas reflexivas da prática militante, da identidade política, defesas ou mesmo críticas a esse partido.

Em meados de 1999, Lula fez uma visita a Antonio Candido para, segundo ele, “conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças”¹⁹⁴. Nessa ocasião, o petista solicitou então a Candido que emprestasse “sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina”.¹⁹⁵

Antonio Candido então convida Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi realizaram “inúmeras reuniões e consultas até conceber os Seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em

¹⁹² OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT? Novos Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986, p. 35.

¹⁹³ SCHWARZ, Robert. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*, p.12.

¹⁹⁴ LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Classe Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*, p. 5.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 5.

parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho de 2000”.¹⁹⁶

De fato, relembra Singer:

Em certo momento, houve uma crise de identidade do PT. Estou falando do ano de 2001 se não me engano. Por quê? Porque há uma crise mundial do socialismo, acho que não estou revelando nenhuma novidade, desde a queda da União Soviética e a contra-revolução neoliberal. E numa certa altura alguém disse que já estava na hora de superar essa coisa de socialismo no PT. Isso criou uma polêmica negativa contra a idéia de que o PT pudesse renunciar à sua missão, à sua ideologia, à sua razão de ser ancorada no socialismo. E, nessa ocasião, Lula foi ao Antonio Candido e perguntou se ele estaria disposto a organizar seminários sobre o tema do socialismo. E Antonio Candido aceitou a tarefa e sugeriu para ajudá-lo, especificamente o professor Francisco de Oliveira (...) e eu. Formamos uma trinca que depois virou um sexteto na verdade, e nós organizamos não uma série, mas três séries de debates com a ajuda da Fundação Perseu Abramo, com ajuda do próprio Partido, da Secretaria de Formação e do Instituto Cidadania. Eu estou feliz com esse trabalho, o Chico [Francisco de Oliveira] fez uma das conferências mais importantes, vários de nós fizemos conferências sobre os mais diferentes ângulos e isso está registrado, felizmente publicado¹⁹⁷, e eu acho que isto contribuiu de alguma maneira para atualizar a discussão política e ideológica dentro do PT.¹⁹⁸

Todavia, todo o esforço de Oliveira para se manter fiel a essa segunda¹⁹⁹ e última²⁰⁰ militância político-partidária, logo se mostrou insustentável, isto é, em 14 de dezembro de 2003, quase dois anos após a posse de Lula para Presidente da República, Oliveira se desligou do Partido dos Trabalhadores (PT) mediante a publicação, no jornal *Folha de São Paulo*, do artigo *Tudo que é sólido se desmancha em... cargos*. Eis alguns trechos desse artigo:

¹⁹⁶ LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Classe Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*, p. 5.

¹⁹⁷ (Grifos nossos) A publicação a que Singer se refere é o livro *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo* em cujo conteúdo se insere Passagem na Neblina, artigo de Francisco de Oliveira. Cf. OLIVEIRA, F. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹⁹⁸ SINGER, Paul I. *Crítica e Rememoração*, p. 18.

¹⁹⁹ “A minha segunda militância foi no PT”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 34. Como já visto acima a primeira militância de Oliveira se deu no Partido Socialista do Brasil.

²⁰⁰ “Depois do PT, nunca entrei em nenhum outro partido”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 34.

Este artigo consuma meu afastamento do Partido dos Trabalhadores, do qual me desligo formalmente. Aqui não me dirijo a qualquer instância formal do partido, nem aos seus dirigentes no próprio partido e no governo, mas aos petistas e aos cidadãos em geral. Aos primeiros por ter compartilhado com eles a militância durante todos os anos de existência do partido, e aos segundos por serem os únicos detentores formais, pela Constituição, do poder republicano e democrático, aos quais o Partido dos Trabalhadores e seu governo devem obediência. (...) Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – o "triunfo da razão cínica", no dizer de César Benjamin –, uma política de alianças descaracterizadora, uma "caça às bruxas" anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza – enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC.²⁰¹

Ao sair do Partido dos Trabalhadores, Oliveira – *para não perder o costume*²⁰² – flertará com o então recém formado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)²⁰³. Entretanto, após constatar que “o sol do PSOL está se pondo porque a classe operária – que ele acha que o PT traiu e que cabe a ele restaurar – não existe mais”²⁰⁴ resolve afastar-se desse partido, uma vez que, segundo ele: “como o sol se levanta e se põe todo o dia, eu acho que esse já se pôs”.²⁰⁵

²⁰¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A8 - A8, 14 dez. 2003. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²⁰² É óbvio que a expressão acima utilizada trata-se apenas de uma ironia de nossa parte, isto é, não vemos essa aproximação de Oliveira ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) meramente como fruto de um hábito ou costume militante-partidário do autor, mas ao contrário, acreditamos que essa tentativa de aproximação – frustrada é certo –, deriva de sua concepção política, concepção essa que será melhor explicitada ao longo de nosso trabalho.

²⁰³ Partido fundado em 2004 após a expulsão, da então senadora Heloísa Helena e dos deputados João Batista, João Fontes e Luciana Genro, do Partido dos Trabalhadores. Recebeu apoio de intelectuais tais como o jornalista e ex-deputado Milton Temer, os sociólogos Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, o cientista político Carlos Nelson Coutinho, o economista João Machado, os filósofos Leandro Konder e Paulo Arantes, dentre outros.

²⁰⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 34. Quando questionado recentemente sobre a primeira campanha eleitoral do PSOL realizada no pleito de 2006, assim respondeu Oliveira: Foi uma campanha “Despolitizada, evangélica, horrorosa. Se o trauma era a então chamada traição do PT, não entendemos nada do que se passou. Eu vou a reuniões para as quais me convidam, não mais para as que convocam. Já passei dessa idade. Estou

6 – A Docência universitária e a produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira.

Como visto acima, a produção intelectual de Oliveira até meados dos anos de 1980 se deu praticamente fora da Universidade, ainda que desde sua segunda vinda a São Paulo em fins dos anos 1960 ele estivesse a esse meio intimamente ligado.²⁰⁶

Todavia, àqueles leitores que acham que sua trajetória intelectual já fora bastante intensa até esse período, pedimos que retomem mais uma vez o fôlego, para que assim possam nos acompanhar no conhecimento de mais essa importante fase da produção intelectual de Oliveira, fase marcada, sobretudo, por sua efetiva inserção na *Academia*.

Em 1980, o Departamento de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC) instituiu o primeiro concurso para a admissão de professores²⁰⁷; concurso esse que Oliveira concorreu, logrando, pois, seu ingresso como professor nos Estudos Pós-Graduados de Economia.

Do período de oito anos em que permaneceu nessa instituição não há, segundo Oliveira, “grande relato”²⁰⁸ e isso porque:

Era um **time muito ruim**²⁰⁹. Não somava, não fazia cola não. O curso era desprestigiado, a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

na idade dos profetas catastrofistas do Antigo Testamento”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 35.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 34.

²⁰⁶ “Inseri-me na segunda migração no meio acadêmico-universitário, o que me livrou da solidão de classe da primeira migração”. OLIVEIRA, Francisco M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica, p. 244. Ver também nota 71.

²⁰⁷ Paul Singer, que desde 1977 havia sido convidado para integrar o Departamento de Economia da PUC, relembra, a respeito desse primeiro concurso realizado pela FEA-PUC que: “Havia necessidade de ampliar o departamento de Economia. Até então os professores eram convidados. Não havia concurso. E quando sugeri que houvesse concurso, alguns foram contra. (...) Mas eu ganhei. A maioria do Departamento me acompanhou e fez o concurso. No primeiro concurso, lá por 1979 ou 80, entraram o Chico de Oliveira, o Barelli e o Plínio de Arruda Sampaio. Eu acho que foi um dos primeiros concursos instituídos em faculdade de Economia, se não me engano. Nos anos seguintes, entraram por concurso Paulo Sandroni, o Ladislau Dowbor, o Ricardo Abramovay, Guido Mantega, Álvaro Zini, a Lídia Goldenstein, o Antônio Kandir, o José Marcio Rego e muitos outros”. Cf. SINGER, Paul Israel. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 66.

²⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 33.

de Nível Superior] não reconhecia e vivia naquela flutuação da PUC. Um mês pagavam o salário; outro mês não pagavam. A gente não podia fazer nada, senão dar aula. A vantagem era que você fazia o que queria. Mas o curso não era reconhecido, era um curso noturno, enfim, tinha muitas desvantagens. A PUC não oferecia nada, absolutamente nada.²¹⁰

Em 1982²¹¹, Oliveira publicou pela revista *Espaço & Debates* o ensaio *Estado e Urbano no Brasil*²¹² que, juntamente com o livro *Crítica à Razão Dualista*, influenciou sobretudo diversos pesquisadores do processo de urbanização brasileiro desde então.²¹³

Em 1984, Oliveira obteve, graças a uma bolsa de dois anos patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), seu título de pós-doutorado pela *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (EHESS) de Paris. No mesmo ano, vinculou-se ainda ao *Office de La Recherche Scientifique Et Technique D'outre Mer* (ORSTOM), instituição francesa donde permaneceu como pesquisador por um ano.

Em 1987, já há três anos de volta ao Brasil²¹⁴, Oliveira publicou outro importante livro - *O Elo Perdido: Classe e identidade de classe*²¹⁵ –, obra em que

²⁰⁹ (Grifos nossos) Segundo Oliveira, estavam no Programa de Estudos Pós-Graduados de Economia da FEA-PUC ele, “o Paul [Singer], o Walter Barelli. Estava o japonês lá, o Ademar Sato, estava o irmão do Antônio Barros de Castro [Armando]”. Cf. *Ibid.*, p. 33.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 33.

²¹¹ Nesse ano Oliveira publica ainda mais dois artigos na revista *Novos Estudos Cebrap*, trata-se de *Da Paixão de Poulantzas*, prenúncio de sua nova teorização sobre o papel do Estado e do “fundo público” na economia capitalista contemporânea (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Da Paixão de Poulantzas*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 2, p. 7-11, 1982); e *O compromisso dos intelectuais*, texto preparado para a 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *O compromisso dos intelectuais*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 3, p. 3-3, 1982).

²¹² OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano*. *Espaço & Debates*, São Paulo - SP, v. 6, 1982. Cf. também OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*. (Folheto-Mimeogra.), acervo FAU-USP, 1982.

²¹³ “Nesses textos [*Crítica à Razão Dualista* e *Estado e Urbano no Brasil*], Chico articula idéias fundantes sobre aspectos da urbanização capitalista no Brasil, que acabaram sendo mais elaboradas por vários outros pesquisadores voltados para a questão da habitação, dentre os quais me incluo, compondo um quadro referencial sobre a cidade no período da implantação do capitalismo industrial no Brasil”. BONDUKI, Nabil. *Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira*. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*, p. 225.

²¹⁴ Nesses três anos anteriores, (1984, 1985 e 1986), Oliveira publicou oito textos pela revista *Novos Estudos Cebrap*, sendo sete deles dedicados a análises da conjuntura econômica e propostas de decisões a serem tomadas naquele momento crucial de fim da ditadura militar (1964-85) (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *As decisões cruciais: democracia ou bestialização*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 2, n. 4, p. 1-2, 1984; OLIVEIRA, Francisco M. C. *Por quem as greves dobrem?* *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 12, p. 1-10, 1985; OLIVEIRA, Francisco M.

trata mais particularmente do processo de industrialização, classes e representação de classes ocorrido na Bahia a partir da década de 1950, bem como - *lato sensu* - das circunstâncias da economia regional do Nordeste, tal como já realizado por ele na obra - *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*.²¹⁶

Em 1988²¹⁷, Oliveira publicou então, pela revista *Novos Estudos Cebrap*, o polêmico ensaio *O Surgimento do Anti-Valor*²¹⁸, trabalho em que sustentou a controversa interpretação, “ruminada” desde a realização de seu pós-doutoramento em Paris²¹⁹, de que no capitalismo contemporâneo “o padrão de financiamento público do *Welfare State* operou uma verdadeira ‘revolução copernicana’ nos fundamentos da categoria do valor como nervo central tanto da reprodução do capital quanto da força de trabalho”, isto é, “‘implodiu’ o valor trabalho como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral”.²²⁰

C. Crise Econômica e Pacto Social. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 3-13, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Além da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 12, p. 2-15, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Por que Pacto Social? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 2-3, 1985; OLIVEIRA, Francisco M. C. Depois da paz, a guerra!. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 16, p. 1-10, 1986; OLIVEIRA, Francisco M. C. E Agora PT?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 15, p. 32-43, 1986). E um último texto In memoriam (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 11, p. 5-30, 1985)

²¹⁵ Alexandre Fortes, membro da equipe editorial da coleção História do Povo Brasileiro, observa na Apresentação à 2ª edição (2003) desse importante livro de Oliveira que: “acrescentamos ao seu título [O Elo Perdido: Classes e Representação de classes] o complemento ‘na Bahia’, que não constava da edição original (1987), indicando desde a capa o caráter de estudo de caso. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. O Elo Perdido: Classes e Representação de Classes na Bahia. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

²¹⁶ Ver nota 171.

²¹⁷ No ano anterior (1987) Oliveira publicou mais três textos pela revista *Novos Estudos Cebrap*, sendo dois deles homenagens (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 19-19, 1987; OLIVEIRA, Francisco M. C. Homenagem a Stanislaw Ponte Preta. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 1-10, 1987) e outro em que discute a dita “novidade” do Partido dos Trabalhadores (PT) (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A Longa Espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 19, p. 3-5, 1987).

²¹⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988.

²¹⁹ “este ensaio [O Surgimento do Anti-valor] não apareceria agora, permanecendo, talvez, numa longa ruminância, que vem desde uma bolsa de pós-doutoramento patrocinada pelo CNPq e CNRS em Paris. Para além dos agradecimentos formais de praxe, meu reconhecimento não pode deixar de ancorar-se nos amigos e instituições, particularmente, neste caso, minha casa – O CEBRAP -, dispostos a patrocinar uma discussão que rema contra a maré montante do Moloch privatista neoliberal, o ‘ai-jesus’ de hoje no Brasil, que uma vez mais mostra como as ‘idéias podem estar fora do lugar’”. OLIVEIRA, Francisco M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988, (1ª nota).

²²⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988, pp. 13 e 14. Essa polêmica tese de Oliveira, cada vez mais constante em sua

Nesse período bastante fértil da produção intelectual de Oliveira (1988), relembra ele:

eu estava sendo disputado, e foi a única vez na minha vida. Mas não usufruí muito. (...) Meu passe estava supervalorizado. Aí chegaram a Unicamp e a USP no mesmo momento. Dei palestras na Unicamp e na USP, como se fossem meu vestibular para entrar no pós-graduação, já para entrar por cima e tal. Na Unicamp foi uma discussão muito interessante. **Na USP não**²²¹. Eu me decidi pela USP por razões práticas, eu detesto dirigir, não gosto de estrada e resolvi: ‘Vou ficar aqui’.²²²

De sua experiência no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde lecionou por dez anos (de 1988 a 1998), Oliveira nos conta que:

Lá [no Departamento de Sociologia da USP] renovei minha interlocução, sobretudo com gente muito boa da Sociologia. E ganhei amigos. Formou-se um grupo com o qual trabalho até hoje. Dar aulas nunca foi o meu barato, eu não gosto, mas isso é uma plataforma a partir da qual você vai para fora da universidade, que é a vantagem que eu vejo. Ficar dentro da universidade é vantagem para eruditos, para gente de maior sofisticação, não é o meu caso. Se ficar nessa, estou morto. Aproveitei muito da USP. Há professores que nunca passaram da fronteira da universidade, o que é uma perda para a sociedade, para movimentos, sindicatos, partidos. Gente de primeira. Eu lembro de [José Carlos] Bruni, um senhor professor, que tinha uma erudição não arrogante, mas fora da universidade ninguém conhece o Bruni.²²³

produção pós-publicação do artigo O Surgimento do Anti-valor, será melhor discutida em nosso quarto capítulo, ocasião em que tratamos mais detidamente da interpretação desse autor do que denomina de “novo” modo de produção de mercadorias – o modo social-democrata de produção.

²²¹ (Grifos nossos) Segundo Oliveira: “A USP estava na onda, domínio das feministas, como a Eva Blay. Estava lá a Beth Lobo, casada com o Marco Aurélio. E elas eram furiosamente feministas. Então, a polêmica que se instalou depois da minha conferência no seminário é se a mulher vinha antes da classe ou depois. Eu disse: ‘Acho isso uma besteira, com o perdão da minha mãe, das minhas seis irmãs, da minha mulher; se vocês estão nessa discussão, estou fora dela. (...) Essa distinção é boba, não leva a lugar nenhum. E depois, eu sinto muito, aprendi Marx já muito velho. Sou ortodoxo. Não vem que não tem, quero que vocês coloquem a mulher de classe média junto de uma operária para ver se não há distinção. Aí foi um escândalo, a Beth, que era militante e mais sofisticada teoricamente do que a Eva, se indignou. Resumindo, a discussão na USP foi pobre, não teve nenhuma relevância”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 33.

²²² *Ibid.*, p. 33.

²²³ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 34.

Em 1992²²⁴, ano em que Fernando Collor de Mello renunciou a Presidência da República, publicou Oliveira, por encomenda do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), o livro – *Collor: a falsificação da ira*²²⁵. Nessa obra, composta por vários trabalhos já previamente publicados, seja na revista *Novos Estudos Cebrap*, seja no jornal *Folha de São Paulo*²²⁶, buscou o autor “prever os desdobramentos da presidência Collor”²²⁷, isto é, dedicou-se, tal como já vinham fazendo alguns de seus companheiros do *Cebrap*²²⁸, à interpretação teórica do que denominou “fenômeno Collor”²²⁹.

No início do ano de 1993²³⁰, foi publicado pela *Revista USP* mais um importante trabalho de Oliveira. Trata-se do ensaio *Economia Política da Social-*

²²⁴ Dois anos antes, em março de 1989, Oliveira publicou mais um ensaio na revista *Novos Estudos Cebrap*, texto em que faz um balanço positivo das eleições para as prefeituras, ocorrido em novembro de 1988. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Eleições, mais que simplesmente. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 23, p. 3-6, 1989).

²²⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

²²⁶ “O livro se compõe de uma primeira parte com o ensaio originalmente preparado para a CLACSO, que é sua ‘pièce de résistance’, recebendo como fecho o artigo publicado na revista *Novos Estudos Cebrap*, ‘A Herança do marajá superkitsch’, uma espécie de posfácio indagando o que fica após a saída de cena de Collor. Essa primeira parte é denominada de Laboratório da Falsificação, pois são analisadas as condições que deram lugar à candidatura e a vitória de Collor, seu plano mistificador, e as conseqüências de sua presidência. A segunda parte é composta de cinco artigos publicados na *Folha de São Paulo* sobre Collor, sua personalidade, suas extravagâncias, a corrupção de seu governo, seu plano e as falhas assinaladas no calor da hora, terminando com um artigo publicado ainda antes do ‘impeachment’, ‘Réquiem para um falsificador’. Trajetória e Queda, que é esta segunda parte, descreve e interpreta, em cima dos fatos; é uma espécie de história imediata desse período a mesmo tempo triste e inapelavelmente marcante da história nacional”. OLIVEIRA, Francisco M. C. Apresentação - Collor, a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992, p. 9. (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Marajá Super-Kitsch. *Novos Estudos Cebrap*, v. 26, p. 5-14, 1990; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Falsificação da Ira. Ensaio-síntese para o projeto RLA 86/001. Clacso, Buenos Aires - Argentina, 1991; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Herança do Marajá Superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 34, p. 8-14, 1992; OLIVEIRA, Francisco M. C. Fernando Collor de Mello: perfil de um prestidigitador. *Nueva Sociedad* (Venezuela), Caracas - Venezuela, v. 118, p. 99-108, 1992.

²²⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. Apresentação - Collor, a falsificação da ira, p. 9.

²²⁸ “Na revista *Novos Estudos Cebrap*, depois da eleição [de Fernando Collor de Mello] e ainda antes da posse, eu e outros colegas do CEBRAP aventuramo-nos a prever os desdobramentos da presidência Collor. Sem artes mágicas, e para nosso horror e lástima dos brasileiros, particularmente dos trabalhadores, aquelas previsões viram-se largamente confirmadas, para pior até. As previsões valeram-se apenas dos instrumentos da ciência social, e portanto um evento como o ‘impeachment’ não se incluía nelas; nem podia estar, pois quem pratica a árdua tarefa da ciência social não pode copiar a personagem central da tragédia política analisada neste ensaio [Collor, a falsificação da ira], fazendo simulacros falsificadores para parecer mais ‘científico’”. OLIVEIRA, Francisco M. C. Apresentação - Collor, a falsificação da ira, p. 9.

²²⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. Apresentação - Collor, a falsificação da ira, p. 9.

²³⁰ Neste ano de 1993, bem como no ano subsequente (1994), Oliveira publicará pela revista *Novos Estudos Cebrap* mais quatro artigos: dois deles resultados de pesquisas realizadas no CEBRAP e coordenadas por ele (Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; EQUIPE. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 36, p. 3-7, 1993; OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994); um outro dedicado a importância das eleições presidenciais de 1994 para a história do CEBRAP (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Eleições 94: da

*Democracia*²³¹, texto que corresponde “à aula, preparada como prova de erudição, no Concurso para Professor-titular da cadeira de Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, prestado pelo autor em 19 de outubro de 1992”.²³² Nesse ensaio, em que Oliveira comunga idéias com autores tais como José Arthur Giannotti, Jünger Habermas, Claus Offe²³³, defende ele, no mesmo diapasão do artigo *O Surgimento do Anti-Valor*, que: “a sociabilidade que tem no trabalho seu núcleo estruturador estaria em veloz transformação para desaparecer. E a sociedade de classes do capitalismo fatalmente seria afetada”.²³⁴

No mesmo ano de 1993, Oliveira, que ainda estava vinculado ao *CEBRAP*, tornou-se presidente dessa instituição²³⁵. Desse período, nos diz o autor:

Paixão do CEBRAP. *Novos Estudos*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 3-4, 1994); e um último em que discute o processo de integração da Amazônia (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Reconquista da Amazônia*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 38, p. 3-14, 1994).

²³¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia Política da Social-Democracia*. *Revista da USP*, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.

²³² Os professores membros da banca desse Concurso prestado por Oliveira eram: Manoel Corrêa de Andrade, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Reginaldo Prandi. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Economia Política da Social-Democracia*. In: _____, *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 49 (1ª nota).

²³³ Segundo Francisco Soares Texeira: “Independentemente de como cada um desses autores [Francisco de Oliveira, Giannotti, Habermas, Offe] pensa, todos comungam com a idéia de que o capitalismo não pode mais ser apreendido a partir da análise clássica realizada por Marx. As diferenças que separam as análises de Marx das que são realizadas por eles são tão profundas, que se poderia tomar por empréstimo o conceito elaborado por [Francisco de] Oliveira – o modo social-democrata de produção – para designar a atual forma de produção como expressão de um novo modo de produção de mercadorias; uma forma de produção que não cabe mais dentro dos limites da racionalidade da produção capitalista”. TEXEIRA, Francisco José Soares. *O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política*. In: BOITO JR., Armando et. al. (orgs). *A Obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*, p. 214. Essa associação que Francisco Soares Texeira faz da recente análise de Oliveira (especialmente nos ensaios *A Economia Política da Social-Democracia* e *Surgimento do Anti-Valor*) com as análises dos autores acima citados (Giannotti, Habermas, Offe), será exposta mais detidamente em nosso quarto capítulo, ocasião em que, como já dito na nota 221, será melhor discutido o que Oliveira denomina de modo social-democrata de produção.

²³⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Economia Política da Social-Democracia*. In: _____, *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*, p. 57.

²³⁵ Quando da comemoração dos 25 anos do CEBRAP em 1994, relembra Oliveira: “Eu estava na presidência, e nós resolvemos como única comemoração do CEBRAP realizar uma magna conferência, que seria dada por ele [Fernando Henrique Cardoso]. Foi dada aqui na USP, na sala do Conselho Universitário... Ele era o Ministro da Fazenda. Eu acho que já havia renunciado, para fazer a campanha. Eu era o presidente do CEBRAP. Todos achavam que era arriscado, inclusive a oposição dentro do CEBRAP. Eu disse: ‘Eu assumo’. E acho que a história é feita assim. Eu assumo que a pessoa mais adequada para falar nisso é o Fernando Henrique Cardoso. Eu o convidei e ele fez, ao meu modo de ver, o que eu ainda hoje acho uma desfeita: ele refez a história do CEBRAP na conferência dele, como se o CEBRAP houvesse sido o demiurgo da democracia no Brasil. Como se ele, Fernando Henrique, tivesse sido o demiurgo do CEBRAP. Isto é, justificando a candidatura dele em nome de algo que havia sido começado a construir vinte e cinco anos atrás. E esse procedimento eu não faço. Me recuso a fazer em respeito à minha própria história”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, p. 104.

Fui presidente, mas como uma rainha da Inglaterra. Eles me botaram como presidente por duas razões: em primeiro lugar, para satisfazer uma espécie de rodízio; e, em segundo, e aqui a maldade, para não dar a presidência à Elza Berquó. Eles não tinham confiança nela. Quando fui presidente eles já tinham dominado intimamente. Era a quadrilha do mal: Ruth Cardoso, Elza, Gianotti e Vilmar Faria. Este era um grandessíssimo canalha. Ele era o presidente em exercício e renunciou à metade do mandato, então eu fui eleito presidente. Para não mandar em nada. Eu me comportei bem, cumpri os dois anos e saí do *CEBRAP*. Quando começou, portanto, a política a dividir...²³⁶

Em 1995²³⁷, Oliveira ainda funda, juntamente com importantes pesquisadores-professores oriundos de diferentes departamentos e campi da USP, PUC, UNICAMP e UNIFESP, o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC). Esse núcleo, que a partir de 1999 passou a se chamar CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania)²³⁸ dedicar-se-á “ao estudo das intensas transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira na

²³⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: Revista *Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas*, p. 30. Quando questionado recentemente se o CEBRAP havia perdido o lugar que tinha conquistado nos anos 70, na época da ditadura, respondeu Oliveira: “Perdeu! E acho que perdeu para o bem. Porque aquilo era um regime de exceção, um período excepcional. As universidades não deixavam de produzir, mas estavam sob fogo cerrado e o CEBRAP pôde ser esse lugar onde vinha gente de toda parte. (...) Então eu acho que perdeu para o bem, ou seja, para diversificar o ambiente, para criar mais instituições. E a universidade retomou seu lugar central na produção intelectual e científica. E o CEBRAP, não é que foi reduzido às suas devidas proporções, eu não penso assim. Acho que o CEBRAP agora é um centro que produz pesquisa como qualquer outro. Ele não tem mais a notabilidade que era dada pelo regime de exceção e, sem dúvida, e para não fazer historiografia à soviética, pelo valor que as pessoas tiveram na época de enfrentar certas condições. Pessoas saídas da prisão foram diretamente para o CEBRAP. Como o Vinícios Caldeira Brant, como Régis de Castro Andrade. O Luiz Werneck Viana vinha do Rio e tinha passado pelo Partido Comunista. São pessoas que o CEBRAP acolheu generosamente, sem discriminação e contruíram uma história político-intelectual. Os políticos do MDB nos procuravam muito. Quase todos eles passaram por lá. Assistiram conferências. Do Marcos Freire que era ‘autêntico’ de Pernambuco, ao Oreste Quércia de São Paulo. Passando por Ulysses Guimarães. Severo Gomes, quando Ministro da Indústria e Comércio do Geisel, foi ao CEBRAP ostensivamente. As pessoas encontravam ali um lugar onde se respirava. Onde as pessoas da universidade, do Governo, podiam dizer e discutir coisas que não se podia discutir, talvez, na universidade e talvez nos institutos do setor público. Mesmo assim há uma mitologia construída em torno disso”. OLIVEIRA, Francisco M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*, pp. 104 e 105.

²³⁷ Em março deste ano (1995) Oliveira publicou mais um ensaio pela revista *Novos Estudos Cebrap*, trabalho esse em que trata de analisar os resultados das eleições presidenciais de 1994, bem como a formação inicial do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Quem Tem Medo da Governabilidade?* *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995).

²³⁸ Dentre os pesquisadores do CENEDIC estão: Maria Celia Pinheiro Machado Paoli (líder do grupo juntamente com Oliveira), Ana Amélia da Silva, Cibele Saliba Rizék, Gabriel Cohn, Leonardo Gomes Mello e Silva, Maria Carmelita Yazbek, Olgaria Chain Feres Matos, Carlos Alberto Bello e Silva, Laymert Garcia dos Santos, Luiz Dagobert de Aguirra Roncari, Vera da Silva Telles.

atualidade, trazidas pelas mudanças no capitalismo contemporâneo e mundializado”.²³⁹

Seguindo, pois, a “ótica específica de abordagem do CENEDIC”, ótica essa centrada na dita “noção de direitos da cidadania”²⁴⁰, Oliveira escreveu, em abril de 1997²⁴¹, o ensaio *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: O totalitarismo neoliberal*, trabalho que seria publicado posteriormente, em 1999, no livro *Os Sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Nesse texto, que é influenciado sobretudo pela obra *Desentendimento: Política e Filosofia* de Jacques Rancière²⁴², Oliveira conclui

que a face real do neoliberalismo, na sociedade brasileira, “é a do totalitarismo”. Esta tese aparece encaminhada como um concerto trágico que narra a destruição continuamente refeita da possibilidade da política, através do esvaziamento de uma esfera pública atuante que havia aparecido no cenário brasileiro recente com um novo e sensível sentido: o de operar pela tentativa, feita pelos trabalhadores, de fundar conflitos negociáveis entre as classes sociais cuja responsabilidade partilhada fazia aparecer, para toda a sociedade, não apenas a clareza dos critérios mas sobretudo o corpo e a facticidade de deliberações democráticas ampliadas.²⁴³

²³⁹ Segundo informações que constam no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPQ, os pesquisadores do CENEDIC, ainda que “adotem distintas referências teóricas e temas empíricos (...) lograram construir, pelo debate continuado, uma ótica específica de abordagem para analisar essas transformações. Ela se centra na noção de direitos da cidadania, que visa formular o campo de tensões e conflitos através dos quais o sentido dos direitos, como possibilidade de ampliação democrática e republicana, é disputado. Ao mesmo tempo, o Cenedic compromete-se com uma crítica epistemológica do instrumental das ciências sociais, crucial para se entender a dinâmica dos problemas reconhecidos e da crítica, possibilidade e impossibilidades de sua resolução. Reuniões e Seminários regulares de debates das pesquisas em curso foram e são realizados, numa atividade que envolve também os estudantes e bolsistas orientados pelos pesquisadores, posto ser uma das ênfases do grupo a de formar jovens pesquisadores. O Cenedic mantém convênios internacionais com universidades da França e contatos regulares com seus pesquisadores”. Cf. CNPQ/ DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe.grupo.js?grupo>. Acesso em: 14 maio 2008.

²⁴⁰ Cf. CNPQ/DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe.grupo.js?grupo>. Acesso em: 14 maio 2008.

²⁴¹ “escrevo no momento - abril de [19]97 – em que a marcha do Movimento dos Sem-Terras sobre Brasília recupera, notavelmente, o espaço da política”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999, p. 60. Nesse mesmo ano (1997), Oliveira publica pela revista *Novos Estudos Cebrap* mais um ensaio, trata-se de: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997.

²⁴² RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.

²⁴³ PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*, p. 12.

Em 1998, devido “à generosa insistência de Paulo Arantes, amigo e colega da FFLCH-USP, um dos coordenadores da Coleção Zero à Esquerda”²⁴⁴, Oliveira publicará o polêmico livro *Os Direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita*, obra que, composta por uma reunião de ensaios já previamente publicados por Oliveira²⁴⁵ visava, segundo ele: “ser parte da luta dos que pretendem barrar o caminho do ‘suave terror’ e construir uma alternativa democrática, imperfeita”.²⁴⁶

No ano de 2000, Oliveira ainda estabelecerá mais um vínculo com uma instituição universitária - a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – instituição onde atuará como Professor-Visitante do Programa de Mestrado em Serviço Social.

²⁴⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Os Direitos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*, p. 9.

²⁴⁵ Este livro está organizado em três partes: “A primeira, Do mercado aos direitos, contém dois artigos [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. O Surgimento do Anti-valor. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988; OLIVEIRA, Francisco M. C. A Economia Política da Social-Democracia. Revista da USP, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.] que tratam do tema da regulação do capitalismo – nada a ver com a chamada Escola da Regulação, outrora capitaneada por Michel Aglietta – construída, através do conflito e cuja característica básica constitui-se, segundo a interpretação adotada, em um trânsito da produção de mercadorias regulada sobretudo pelo mercado para aquela cuja regulação dependeu basicamente dos direitos da cidadania, alicerçados sobretudo nos novos direitos sociais e do trabalho” (p. 9). “A segunda parte, intitulada ‘A quase-hegemonia’ muda o registro do plano mais geral para o plano brasileiro. Ela é constituída de material sobre as bases materiais e sociais da dominação burguesa no Brasil, um artigo já antigo sobre os novos poderes econômicos no Nordeste pós-Sudene [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. A Metamorfose da Arribaça. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 27, p. 67-92, 1990.], e outro sobre concentração e centralização industrial em São Paulo [Ver: OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. Novos Estudos Cebrap, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994.]. Os dois foram publicados na Novos Estudos Cebrap, e são artigos em colaboração com antigos colegas de pesquisa no Cebrap” (p. 13). “A terceira parte do livro, ‘Suave é o terror: O neoliberalismo termidoriano no Brasil’, diz logo a que vem. Ela é aberta com o artigo publicado também na Novos Estudos Cebrap, elaborado ainda antes da posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência” [Ver: OLIVEIRA, Francisco M. C. Quem Tem Medo da Governabilidade?. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995.], bem como por mais três textos já escritos anteriormente, quais sejam: “Além da hegemonia, quem da democracia”, texto “preparado para um seminário sobre Gramsci no Instituto de Estudos Avançados da USP”; “A Vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda’ texto-base da conferência magistral proferida, por obra e graça da generosidade do meu amigo Emir Sader, no XXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) e publicado na revista Praga” (p.13); e fechando a terceira parte “Dominantes e Dominados na Perspectiva do Milênio no Brasil: do Iluminismo para a Reação” [In: MARTINS, C. E. (Org.). O Livro da Profecia. O Brasil no Terceiro Milênio. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, 1997, v. 1, p. 273-282.] “no qual procuro caracterizar o sentido da grande mudança, isto é, o sentido da história brasileira, desde a Colônia, por sobre as misérias que o escravismo perpetrou atualizadas, parcialmente rompidas ou simplesmente reiteradas, num processo profundamente contraditório, violento, cruel e sangrento, era conduzido, apesar de tudo, sob o signo do Iluminismo fundamentalmente denunciadas e trabalhadas pela Escola de Frankfurt” (pp. 15 e 16). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Introdução - Os Direitos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

²⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Introdução - Os Direitos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*, p 16.

Em julho de 2003, pouco antes de deixar o Partido dos Trabalhadores (se desliga em 14 de dezembro desse ano), Oliveira escreve mais um polêmico ensaio que logo causará *frisson*, trata-se de *O ornitorrinco*²⁴⁷, trabalho que, concebido “na própria oportunidade em que o Partido dos Trabalhadores [PT] chega à Presidência da República”²⁴⁸ buscava reconhecer segundo Schwarz “o monstro social em que, até segunda ordem, nos transformamos”.²⁴⁹

Ainda no mesmo ano, Oliveira publica o livro *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*²⁵⁰, uma reunião de textos já previamente publicados²⁵¹ sobre o economista cepalino que, segundo o Oliveira “não necessita de dedicatória, pois ela está explicitamente declarada”.²⁵²

Em julho de 2007, como “resultado do desenvolvimento de um projeto coletivo dos pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC)”²⁵³ foi publicado o livro *A Era da Indeterminação*²⁵⁴. Dentre os artigos componentes dessa obra encontrava-se o ensaio *Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*²⁵⁵; trabalho em que Oliveira, coeso aos textos de seus colegas de CENEDIC, buscava “avançar na compreensão

²⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

²⁴⁸ SCHWARZ, Robert. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*, p. 12.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 12.

²⁵⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

²⁵¹ Esse livro “reúne um conjunto de artigos que escrevi sobre Celso Furtado, a começar pelo primeiro deles, uma introdução que fiz – da qual roubei o título para este livro – a uma antologia do que eu considerava, à época, seus melhores textos, com exclusão, evidentemente, dos seus clássicos livros. A ordem dos artigos é simplesmente cronológica, na seqüência em que os escrevi e que foram publicados. não há qualquer outra organização. É simples como pão, e espero que os leitores o encontrem gostoso como pão”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Apresentação - A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, p. 7.

²⁵² OLIVEIRA, Francisco M. C. *Apresentação - A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. p. 7.

²⁵³ “Esse projeto, aprovado pela FAPESP, foi desenvolvido entre 2001 e 2005, ainda que suas diretrizes gerais tenham sido concebidas anteriormente, entre 1999 e 2000, momento de transformações que, desde os anos 1990, podiam ser caracterizadas como destituição das possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar. Utilizando a expressão de Roberto Schwarz – o desmanche neoliberal -, o projeto buscava abordar a forma e o fundo desse processo por meio de uma reflexão sobre a política que pudesse dar conta da simultânea violência e banalidade que bloqueavam e rompiam sua própria possibilidade”. RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Céilia. *Apresentação: Depois do desmanche*. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio, p. 07.

²⁵⁴ OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

²⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

do presente, em sua conformação social e política”, compreensão que, segundo Rizek e Paoli, “aparece como que modulada por um vocabulário e uma reflexão que interroga e vislumbra contornos e relações, nas disjunções entre as possibilidades e truncamentos do pensamento e da política”.²⁵⁶

* * *

Eis que termina aqui nossa sucinta *travessia* pela vida e obra de Francisco de Oliveira, *travessia* que, por mais detalhada que almeje ser, não nos dará, como diria Balzac²⁵⁷, a *extensão* de um homem como ele.

Entretanto, esperamos que no *ponto final* de nossa viagem – *ponto* que, sem dúvida, é para Oliveira *reticência...* – tenhamos tido a oportunidade de melhor conhecer a vida e obra desse importante sociólogo, conhecimento que, como visto em nossa *Introdução*, será imprescindível ao desvendamento de seu pensamento.

²⁵⁶ RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Apresentação: Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). A Era da Indeterminação. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 11.

²⁵⁷ Em Carta à Condessa Mafei em 1837, Honoré de Balzac assim escreveu: "Acho as pessoas muito impertinentes quando dizem que sou profundo e tentam me conhecer em cinco minutos. Cá entre nós, eu não sou profundo, e sim muito extenso, e caminhar à minha volta requer bastante tempo".

Capítulo II - A República Velha no Brasil (1889-1930)

A obra *A Economia da Dependência Imperfeita* (1977), uma reunião de trabalhos esparsos, cuja unidade, segundo Oliveira, consiste na perseguição obsessiva de “buscar entender a especificidade do capitalismo no Brasil”,²⁵⁸ é um esforço do autor – mediante a utilização do que denomina método marxista ou materialismo histórico e dialético²⁵⁹ - para se “apanhar a riqueza dos processos sociais”²⁶⁰. Dentre os trabalhos que a compõem se insere, no primeiro capítulo, *A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)*²⁶¹ pesquisa que, por tratar mais detidamente do período discutido nesse capítulo, será o principal objeto da presente análise.²⁶²

Atento a afirmação de Karl Marx de que “o capital não é apenas uma relação social: ele é também e essencialmente um movimento, uma reprodução”,²⁶³ Oliveira busca responder, por meio da já citada pesquisa das formas e do movimento da reprodução do capital, a duas importantes questões, quais sejam: “Por quê tardou a

²⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 9.

²⁵⁹ Oliveira, rejeitando um procedimento de “negação do marxismo”, de uma “teleologia vulgar” donde se opera, segundo ele, uma transformação da “história concreta dos homens numa história do pensamento, cuja única tarefa seria a de esperar acontecer os fatos para confirmar os princípios”, defende que é somente por meio da pesquisa das formas e do movimento da reprodução do capital que se pode apreender a especificidade da economia brasileira, ou seja, “a pesquisa que se requer é essencialmente a das leis que presidem, que fazem esse movimento, pois é somente pela pesquisa do movimento que se pode desvendar a especificidade da reprodução”. Eis o método marxista ou materialismo histórico e dialético de Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 2 e 7.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 7.

²⁶¹ Ver nota 168 do Capítulo I – Origem Social, Vida e Obra de Francisco de Oliveira.

²⁶² Não pretendemos, obviamente, apresentar um mero resumo da pesquisa acima citada, mesmo por que ler o original é sempre mais recomendável. A intenção aqui é utilizá-la como fio condutor de nossa crítica imanente, uma vez que ela figura, ao contrário dos demais escritos de Oliveira que abordam *en passant* esse período, como uma interpretação mais sistemática e contundente da economia da República Velha.

²⁶³ Karl Marx (sem citação no original) Apud. OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 2. Segundo Oliveira, uma “leitura linear da História” que desconsiderasse a pesquisa do movimento e das formas do capital inferiria, conseqüentemente, “o futuro da divisão social do trabalho no Brasil a partir da economia cafeicultora, desde que os elementos formais do capital estariam dados, seriam presentes, como de fato o eram”, ou seja, conforme tal leitura “os proprietários do antigo capital transformar-se-iam em proprietários do novo capital, isto é, a burguesia cafeicultora em burguesia industrial”. Segundo o autor, a pesquisa que ora apresenta tenta fugir a esse tipo de vício, observando, entretanto, que em seu trabalho ‘A emergência do modo de produção de mercadorias’ “não nega a existência do antigo capital [e] nem a emergência do novo”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 2.

industrialização no Brasil, como forma do novo capital”²⁶⁴ e “Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?”.²⁶⁵

Nesse sentido, afirma ele que para responder a tais questões, não basta assumir como pressuposto o legado escravagista brasileiro²⁶⁶, nem tampouco remeter a subordinação da economia nacional frente ao capitalismo internacional²⁶⁷. O que é necessário entender, através da já citada pesquisa das formas e do movimento da reprodução de capital é:

como e por quê no Brasil, desde o século XIX e adentrando o atual [século XX], um pressuposto da inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho comandada pelas potências imperialistas transforma-se num obstáculo, numa contradição em termos mais rigorosos, para a expansão do capitalismo. E de como sua classe proprietária converte-se em uma oligarquia.²⁶⁸

Assevera ainda Oliveira, no que tange a teorização do Estado no capitalismo monopolista, que as contribuições de Karl Marx neste diapasão não passaram de “breves esboços”²⁶⁹ e, assim sendo:

ficamos órfãos precisamente do **método**²⁷⁰, que é o que pode nos ajudar a desbravar os caminhos e as situações concretas que nem mesmo o gênio de

²⁶⁴ (Grifo no original). OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 2.

²⁶⁵ (Grifo no original). *Ibid.*, p. 2.

²⁶⁶ Segundo Oliveira a escravidão já era “um pressuposto da forma como o capital se reproduzia aqui para engordar as potências colonialistas”. (Grifo no original). *Ibid.*, p. 2.

²⁶⁷ A validade desse pressuposto é questionável para Oliveira porque, segundo ele, outras economias - como o caso da Argentina, por exemplo – também eram subordinadas ao imperialismo, mas mesmo assim conseguiram lograr processos de industrialização bem antes do Brasil. Cf. *Ibid.*, p. 3.

²⁶⁸ (Grifo no original). *Ibid.*, p. 3.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 7.

²⁷⁰ (Grifos nossos) Importante apontar aqui um equívoco muito comum – e claramente presente nesta citação de Oliveira – derivado do que José Chasin denominou de “imperialismo gnosiológico ou epistêmico que dominou a marxologia nos últimos decênios”. Noutras palavras: “Desde os anos 50, com antecedentes bem mais remotos, sem se indagarem pela adequação do caráter de suas abordagens ao objeto pesquisado, o mais que fizeram os interpretes de Marx foi disputar sobre ‘o estatuto científico’ de seu discurso. Em suas querelas, mais ou menos agudas, primaram por conferir talhes analíticos ao pensamento marxiano que infletiram ao sabor das conflitantes equações formuladas pela tematização convencional da problemática do conhecimento, isto é, cada um deles descobriu ou emprestou ao pensamento de Marx o fundamento de um perfil teórico cognitivo e método diverso, porém, laborando todos eles na certeza uníssona de que a base da reflexão marxiana ou a resolução de suas ‘dificuldades’ estava em algum canteiro do subsolo lógico-gnosio-

Marx poderia antecipar: fazê-lo de outra forma seria reduzir o marxismo àquela teleologia, que pode ser muito confortável para as discussões acadêmicas, mas que pode nos conduzir àquele estado de inação, à semelhança da Carolina da canção de Chico Buarque: o tempo passou pela janela, e só Carolina não viu.²⁷¹

Atentos à *janela* e, sobretudo, ao *tempo que Carolina não viu*, sigamos então à análise da pesquisa *A emergência do modo de produção de mercadorias (1889-1930)*, essa que, segundo o autor, é uma “incessante síntese entre teoria e prática”.²⁷²

Oliveira já de início adverte que o período da República Velha ou Primeira República (1889-1930) é geralmente entendido sob o “ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho ‘produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas’”.²⁷³ Padrão esse que entrará em crise em 1929 tendo, nesse período, “seu ponto de inflexão ou de ruptura”.²⁷⁴

Segue na exposição de duas perspectivas teóricas que buscaram interpretar o período correspondente à República Velha (1889-1930). A primeira, “que se pode genericamente enquadrar como histórico-estruturalistas” ressaltou segundo ele “o aspecto de formação do mercado interno, via expansão da renda monetária das exportações, principalmente do café, que se dava mediante a reiteração e o aprofundamento da própria economia agroexportadora”.²⁷⁵ Já a segunda, “filiada à teorização neoclássica e marginalista” ressaltou “o processo de alocação dos fatores econômicos e sua distribuição entre produção para exportação e produção para o mercado interno”.²⁷⁶

Para Oliveira, as perspectivas acima citadas possuem, ainda que sejam claramente antagônicas, um mesmo fundo teleológico, qual seja:

epistêmico”. (Grifos no Original) Cf. CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*, p. 337 e seguintes.

²⁷¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 7.

²⁷² *Ibid.*, p. 2.

²⁷³ *Ibid.*, p. 9.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 9.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 10. Aqui, Oliveira refere-se particularmente ao economista histórico-estruturalista Celso Furtado.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 10 e 11. O autor se refere mais especificamente a três economistas neoclássicos: Carlos Manuel Peláez, Annibal Villela e Wilson Suzigan.

o de que a economia brasileira estava destinada a etapas superiores de atividade econômicas, pela existência de recursos naturais, mão-de-obra, vastidão continental, mercado interno; chegar ou não a essas etapas superiores é, nas interpretações mais citadas, ora uma distorção na alocação de recursos, ponto de vista dos neoclássicos, ora uma decorrência natural da renda produzida pelas exportações, ponto de vista dos históricos-estruturalistas.²⁷⁷

Segundo ele, sua posição interpretativa distingue-se das análises acima referidas uma vez que busca entender o movimento das forças sociais e suas diversas situações “nem como desvios [como para os neoclássicos], nem como decorrência natural [como para os históricos-estruturalistas]”²⁷⁸, ou seja:

O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental”.²⁷⁹

1 – A Emergência de um Novo Modo de Produção de Mercadorias.

Recuando um pouco na história, afirma que apesar de o período correspondente ao Primeiro e Segundo Império (1822-1889) se apresentar, nas aparências, com um mesmo estilo de crescimento econômico do período colonial, ou seja, centrado no modelo agro-exportador, tanto seu “conteúdo quanto as formas desse crescimento haviam mudado substancialmente”²⁸⁰. Enquanto no período colonial a classe dominante local, forjada a partir das concessões do Estado português, tinha suas atividades econômicas totalmente subordinadas aos interesses metropolitanos, no Primeiro Império e, principalmente no Segundo (em

²⁷⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 11.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 11.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 11.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 12.

particular na economia cafeeira), a “natureza” dessa classe se alterará fundamentalmente:

De classe dominante fundada pelo Estado, o baronato brasileiro (mais no sentido da propriedade e posse dos meios de produção que no sentido da às vezes ridícula e sempre pretenciosa aristocracia) passava à condição de classe dominante que repudiava um tipo de Estado estranho aos interesses e, portanto, hostil. De posse do principal meio de produção – a terra –, essa classe detinha a total virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra – escrava, decerto – e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado.²⁸¹

Outra importante determinante que, segundo Oliveira, contribuiu sobremaneira para importantes mudanças na forma e no conteúdo da reprodução do capital no período histórico analisado foi a Abolição da escravatura (13 de maio de 1888). Esta, que representou o golpe de misericórdia do Império, não se deu, tal como alerta o autor parafraseando Marx, *como um raio num dia de céu azul*, mas foi fruto de uma “contradição entre a estrutura de produção e as condições de realização do produto”.²⁸²

Isso porque, a sempre crescente expansão das lavouras de exportação, especialmente a cafeeira, exigiu como contrapartida um aumento mais que proporcional do capital constante “constituído seja pelo próprio estoque de capital empatado nos escravos, seja pelos meios de subsistência dos mesmos escravos”²⁸³.

²⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 12. Aqui Oliveira está claramente dialogando com Celso Furtado uma vez que, também para esse economista: “Se se compara o processo de formação das classes dirigentes nas economias açucareira e cafeeira percebem-se facilmente algumas diferenças fundamentais. Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtivas e comerciais estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. Já a economia cafeeira “formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. (...). Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançara sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, pp. 115 e 116. Essa importante determinante do pensamento de Oliveira será exposta, mais detidamente, no final do presente capítulo.

²⁸² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 12 e 13.

²⁸³ *Ibid.*, p. 13.

Somado a isso, teve-se um considerável crescimento das importações nesse período – impulsionado principalmente pelos constantes incrementos da demanda pelos meios de subsistência necessários a manutenção da crescente massa de escravos – fato que, segundo o autor, representava constantemente um preocupante risco “a estabilidade da forma de valor do produto: a moeda estrangeira e principalmente a taxa de câmbio”.²⁸⁴

Agravando ainda o quadro, observa Oliveira que essa expansão produtiva, por se dar numa insuficiente base de infra-estrutura necessária à cultura de exportação – tais como portos e ferrovias – exigiu “doses incrementadas de moeda externa, com o que as crises cambiais chegam quase a um estado crônico”.²⁸⁵

Desse modo, portanto, foi a abolição da escravidão que garantiu uma sobrevida a expansão do padrão de acumulação fundado na agroexportação; ela resolveu “um dos lados da contradição, transformando o trabalho compulsório em força de trabalho”.²⁸⁶

Com efeito, foram as “metamorfoses operadas nas relações de produção”²⁸⁷ que acabaram por potencializar o crescimento da economia da República Velha, ainda que nos mesmos termos da antiga divisão internacional do trabalho – produtor e exportador de produtos primários.

Ou seja, com a abolição da escravidão e o conseqüente rompimento das **autarcias** das unidades de produção²⁸⁸ houve, concomitantemente, o surgimento de

²⁸⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 13.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 13.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 13.

²⁸⁸ Como bem observa Oliveira, as unidades de produção da economia agroexportadora eram completamente autárquicas, isto é, dentro delas se produziam todos os insumos internos necessários à produção (como, por exemplo, a “roça” destinada à produção de alimentos para a reprodução dos escravos, que se situava dentro da própria unidade produtiva e era mantida pela força-de-trabalho dela componente). Segundo o autor, essa característica fundamental da economia agroexportadora acabou por bloquear – como veremos – a divisão social do trabalho nas já raras unidades camponesas do Brasil, fato que, com a abolição da escravatura, se transformou completamente. Tanto é assim que, segundo o autor: “Hoje tem muita gente que, para decorar suas casas, sai aí procurando, nas pequenas cidades do interior do Brasil, rocas de fiar que não passam de peças de museu; são peças tão raras que quem as consegue pode exibi-las orgulhosamente, mobiliando as casas, dando aquela aparência de novo-velho que é o bom-tom da nova classe média; mas isso na verdade são apenas peças de museu porque essa divisão social do trabalho interna à unidades camponesas no Brasil nunca houve ou, quando houve, foi em casos muito raros”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *O Estado e o Urbano no Brasil*, p. 42.

um “quase-campesinato”²⁸⁹ no Brasil, com que se deu um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho”.²⁹⁰ Desse modo, pois;

avançam os processos de **acumulação primitiva**²⁹¹, que a nova classe [a burguesia agrária brasileira] revertia agora *pro domo suo*, e que significavam não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas o controle das nascentes trocas entre as unidades de produção distintas, desfeita a autarcia anterior, por intermédio de todas as instituições que depois vão caracterizar a estrutura política e social de República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio-minifúndio, os agregados.²⁹²

Também foi graças à instauração do trabalho livre que se deu a inversão da composição orgânica do capital²⁹³ nas unidades produtivas agroexportadoras, isto é,

²⁸⁹ (Grifos nossos) Para Oliveira o surgimento do quase-campesinato – e essa designação por ele sugerida deve-se ao fato de não ter o camponês brasileiro a propriedade da terra, senão a posse - se dá, ao contrário das interpretações do que denomina leituras lineares da história, simultaneamente à instauração do trabalho livre. Defende o autor que a inexistência – ou melhor, rara existência - de um campesinato é uma das especificidades do processo de economias tal como a brasileira que, baseada na monocultura e no trabalho escravo “nasceram como uma reserva de acumulação primitiva da expansão do sistema capitalista em escala mundial”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 13.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 13.

²⁹¹ (Grifos nossos) Segundo Oliveira, esse “conceito” – e aqui mais uma vez se evidencia o já referido imperialismo gnosiológico ou epistêmico presente em seu pensamento (ver nota 271) –, que fora tomado de empréstimo de Karl Marx quando de sua análise da expropriação do campesinato europeu, como condição prévia à acumulação capitalista, deve ser, para os fins requeridos à sua análise, redefinido da seguinte maneira: “em primeiro lugar, trata-se de um processo em que não se apropria a propriedade – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação –, mas se apropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica à Razão Dualista*, p. 43. A respeito da acumulação primitiva exposta por Karl Marx, ver a obra *A Origem do Capital (Acumulação Primitiva)*.

²⁹² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 14.

²⁹³ “A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de reprodução empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica”. MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, v. II, pp. 712 e 713. Ainda no mesmo diapasão Francisco Teixeira também nos esclarece, em sua leitura crítico comentada de O Capital de Karl Marx, o seguinte: “O valor de todo e qualquer produto se resolve na seguinte equação: C + V + M. ‘C’ representa o capital constante, isto é, o valor das máquinas, equipamentos, matérias primas e outros tantos meios de trabalho [tal como o escravo e seus meios de subsistência]; ‘V’ expressa o capital variável, capital despendido na compra da força de trabalho, e ‘M’ a massa de mais-valia produzida. Noutras palavras, aquela equação pode ainda ser expressa da seguinte forma:

grande parte do capital constante que, no período anterior, era empatado nos escravos e na importação dos meios de sua subsistência foi então liberado. Dessa forma, portanto, alterou-se a composição orgânica do capital dessas unidades produtivas donde, tem-se o predomínio do capital variável que, segundo Oliveira, também concorreu para o crescimento da “rentabilidade das explorações”.²⁹⁴

Assim sendo, o volume de excedente que agora se transferia ao “controle dos ‘barões do café’ (assim como dos barões do açúcar e dos outros barões)”²⁹⁵ era quantitativamente muito superior ao das épocas anteriores, isto é, “o que passa virtualmente ao controle dessa nova classe social é aquilo que na Colônia constituía o ‘exclusivo’, como salienta **Fernando Novais**²⁹⁶, isto é, o monopólio do excedente econômico”.²⁹⁷

Entretanto, assevera Oliveira que, do controle do excedente econômico monopolizado pela classe de barões do café, açúcar e correlatos ainda escapava um segmento e, com ele, uma parte considerável do excedente produzido pela economia agroexportadora - tratava-se da *intermediação comercial e financeira externa* dos produtos de exportação que se situava na esfera de circulação. Em suma, o que antes constituía

o ‘exclusivo’ comercial da Colônia havia sido substituído pelos lucros da intermediação comercial dos produtos de exportação, agora pela Inglaterra e logo após pelos Estados Unidos da América do Norte (para citar apenas os dois principais) e pela intermediação financeira da City, que financiava a comercialização interna e externa dos produtos de exportação.²⁹⁸

o capital constante é trabalho passado materializado nos meios de produção, enquanto $V + M$ representam o valor novo criado durante o processo de trabalho, durante o tempo em que a força de trabalho está em ação”. Cf. TEIXEIRA, Francisco J. S. *Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*, p. 141.

²⁹⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 14.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 14.

²⁹⁶ (Grifos nossos) Fernando Antônio Novais, esse historiador paulista que aqui é citado por Oliveira, utilizou o termo “exclusivo” metropolitano para designar, à semelhança do termo utilizado na própria época, o denominado “monopólio comercial” que, segundo ele, “constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema [Colonial], através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européia em transição para o capitalismo integral”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, p. 72.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 14.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 14.

Claro está, portanto, que a economia da República Velha encerrava, nos termos observados por Oliveira, uma patente contradição. Ao mesmo tempo em que a abolição da escravidão foi responsável por novas condições de “produção do excedente e a passagem do seu controle para uma classe social interna”, a intermediação comercial e financeira externa acabou por malograr as plenas possibilidades desse controle pela “nova classe social burguesa agrária brasileira”²⁹⁹, bem como contribuiu, sobremodo, “para fazer abortar o avanço da divisão social interna do trabalho e, com isso, negar o processo de acumulação e crescimento”.³⁰⁰

Contudo, mesmo a despeito da contradição instaurada no coração econômico da Primeira República; essa, beneficiada pelas transformações ocorridas nas relações de produção acima descritas, acabou por reiterar a “vocaçãõ agrícola’ do País, atingindo seu auge da exportação de café entre 1910 e 1925”.³⁰¹

Para Oliveira, essa reiteração da ‘vocaçãõ agrícola’ da economia brasileira aprofundou a “virtualidade da diferenciação crescente da divisão social interna do trabalho, não tanto pelo **efeito-renda**³⁰² – que Celso Furtado privilegiou na *Formaçãõ [Econômica do Brasil]* –, mas principalmente pelo efeito-troca”.³⁰³ Segundo Oliveira a abolição da escravidão não poderia *jamaiz* – e o advérbio é do próprio autor – ter elevado a renda derivada do trabalho; o nível global da renda, ao contrário do que pregava Celso Furtado, permanecia constante, mudando, porém, “sua forma”.³⁰⁴ Ou seja, com o rompimento das autarcias produtivas das unidades agroexportadoras, bem como a conseqüente formação do já descrito quase-campesinato ou economia de subsistência, fora expulsa:

²⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 14.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 15.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 15.

³⁰² (Grifos nossos) Para o economista Celso Furtado, a virtualidade de constituição e crescimento tanto do mercado interno, quanto da divisão social interna do trabalho era, como já observado por Oliveira, uma “decorrência natural” do incremento da renda monetária produzida pelas exportações; segundo esse cepalino histórico-estruturalista: “Quando convergem certos fatores (...), o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente [devido ao dito efeito multiplicador] que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última”. (Grifos nossos) FURTADO, Celso. *Formaçãõ Econômica do Brasil*, p. 152. Ver a obra *Formaçãõ Econômica do Brasil* em sua extensão, principalmente da Quarta Parte em diante.

³⁰³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op.cit.*, p. 15.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 15.

para fora dos custos de produção do café a manutenção da massa trabalhadora (ainda que a produção dos bens de subsistência possa ter permanecido dentro das fronteiras do latifúndio); no proceder-se a essa mudança de forma da produção dos meios de subsistência, procedia-se, concomitantemente, a uma mudança de conteúdo fundamental, para a **existência de um modo de produção de mercadorias**, pois antes, ainda que existisse, a produção de subsistência pelos próprios escravos não fundava nenhuma troca.³⁰⁵

Como se vê, foram as transformações nas relações de produção, operadas com a instauração do trabalho livre que possibilitaram a emergência de um modo de produção de mercadorias fundado em relações internas de troca. Assim sendo:

no caso quase geral da agricultura brasileira, de persistência de uma fraca monetarização das relações de troca – fenômeno largamente existente ainda hoje –, a própria reiteração das relações de troca acaba por escolher uma mercadoria-padrão, que se metamorfoseia em dinheiro; virão a ser o sal, o querosene, o pouco vestuário e calçado, enfim, elementares artigos da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência, que quase tomam o lugar do dinheiro nas novas relações de troca.³⁰⁶

Contudo, ainda é importante atinar para o fato de que alguns desses produtos elementares tais como calçados, vestuário, etc. que, como visto acima, metamorfosearam-se em dinheiro nas relações de troca, não eram produzidos, tal com observa Oliveira, nem “pelas unidades de agroexportação nem pelas unidades da chamada agricultura de ‘subsistência’, o que forceja a diferenciação da divisão social do trabalho em **outros segmentos do sistema econômico**”.³⁰⁷

2 – A Intermediação Comercial e Financeira Externa da Economia da República Velha.

Voltemos agora, na esteira do ideário de Oliveira, àquele importante segmento do processo de acumulação da economia brasileira que, no período

³⁰⁵ (Grifos nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 15 e 16.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 16.

³⁰⁷ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 16.

histórico analisado, escapava ao controle da dita classe burguesa agrária brasileira, qual seja: *a intermediação comercial e financeira*.

Essa atividade que, como visto logo acima era de “realização quase que totalmente externa”³⁰⁸ (particularmente pela Inglaterra e Estados Unidos), não somente retinha grande parte do excedente produzido pela economia agroexportadora brasileira para servir à acumulação – primitiva – em seus países de origem, como também, por realizar-se “inteiramente na forma de **divisas estrangeiras**”³⁰⁹,³¹⁰ tornava “a preservação dessa forma de valor vital para a realização completa do circuito ‘produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção’”.³¹¹

Observa Oliveira, portanto, que a política cambial, com vistas à preservação do valor divisas estrangeiras, se converteu “ao longo da história da Primeira República, na determinante fundamental do arremedo do que se poderia chamar de ‘política econômica’ do governo e núcleo das controvérsias e das lutas econômicas, sociais e políticas **no seio** da própria classe dominante”.³¹² E isso porque, segundo ele, tanto a renda dos produtores da agroexportação, quanto a reposição dos pressupostos do circuito acima mencionado (produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção) eram completamente dependentes da preservação do valor “divisas”, isto é, da moeda externa.

No entanto, assegura Oliveira que a política cambial dessa época oscilava constantemente entre períodos de alta e de baixa da taxa de câmbio; ora a relação mil-réis/libra esterlina forçosamente se privilegiava³¹³ devido ao agravamento de problemas financeiros do governo e a escassez de meios de pagamentos suficientes

³⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 16.

³⁰⁹ (Grifos nossos) Oliveira observa que: “A reiteração da ‘vocação agrícola do país e as formas pelas quais se financiava essa ‘vocação’ chegaram ao ponto de converter a libra esterlina, então a moeda internacional por excelência, quase em moeda interna. Não apenas a renda dos próprios produtores da agroexporta o se expressava em moeda externa, como as transa oes importa o-exporta o podiam fazer-se diretamente sem necessidade de conversão   moeda nacional, como os depósitos nacionais no exterior e, principalmente, os pagamentos – na maior parte dos casos reten o de parte dos empréstimos – do financiamento da comercializa o realizava-se completamente   margem do sistema financeiro-monetário, interno. Mesmo os impostos governamentais sobre importa o, então a principal fonte de recursos públicos, realizavam-se parcialmente em ouro, ou, o que   o mesmo em moeda externa”. (Grifo no Original) *Ibid.*, p. 17.

³¹⁰ *Ibid.*, pp. 16 e 17.

³¹¹ *Ibid.*, p. 17.

³¹² (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 17.

³¹³ Menos unidades de moeda doméstica (mil réis) por unidade de moeda externa (libra esterlina ou ouro).

para saldar suas dívidas; ora essa relação se declinava³¹⁴ graças às exigências do setor agroexportador, que tinha na preservação do valor “divisas estrangeiras”, a condição necessária à manutenção de seus níveis de acumulação. Dessa forma, portanto:

Ausente da determinação explícita da taxa cambial está, sempre, a questão da divisão social do trabalho interno; são sempre, de um lado, a necessidade de preservação da forma de valor privilegiada da produção agroexportadora e, de outro os problemas financeiros do governo; mas por fora, à semelhança de corridas de cavalos, corre um ganhador potencial, que força, como tendência, uma relação declinante mil réis/libra esterlina.³¹⁵

Contudo, Oliveira chama a atenção para o fato de que, sob a perspectiva da ampliação do mercado interno e da formação do capital interno;

tanto uma taxa de câmbio alta como baixa são neutras em relação ao preço dos bens de capital importados **se não atuam fatores internos de intermediação financeira**, pois, se no primeiro caso exigem-se menos mil-réis por libra esterlina enquanto no segundo caso se dá o contrário, o resultado é o mesmo para **uma dada disponibilidade interna de recursos reais** a serem transportados em bens de capital importado.³¹⁶

Com efeito, esses fatores internos de intermediação financeira que, conforme Oliveira, poderiam contribuir para a redução do custo do capital-dinheiro interno e a conseqüente formação interna de capital em outros segmentos da economia que não só o agro-exportador, somente se viabilizaria quando coincidisse **“temporalmente** retração de demanda externa do café – com a conseqüente contração da receita [do governo] em divisas”.³¹⁷ Ou seja, com a simultânea redução das exportações, queda das receitas governamentais graças à diminuição das importações³¹⁸, bem como aumento ou simples manutenção do serviço da dívida

³¹⁴ Mais unidades de moeda doméstica (mil réis) por unidade de moeda externa (libra esterlina ou ouro).

³¹⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 18.

³¹⁶ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 18.

³¹⁷ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 19.

³¹⁸ Note, tal como já observado por Oliveira (nota 310), que os impostos governamentais sobre a importação eram, nesse período, a principal fonte de recursos públicos do Estado brasileiro. Desse modo, ao reduzir-se as importações ocorria, conseqüentemente, também uma retração nas receitas do governo.

externa, acabava-se por gerar constantes déficits nas receitas correntes do governo, obrigando-o, frente à “necessidade de aumentar os meios de pagamentos tanto externos quanto internos”³¹⁹ a impor a *desvalorização cambial*³²⁰. Porém, para financiá-la, o governo acaba por se valer de um expediente até então pouco utilizado, qual seja:

o governo emite e, na passagem, cria a necessária intermediação financeira que reduz temporariamente o custo do capital-dinheiro interno, dando alento à realização do valor das mercadorias internas, com o que potencializa também os níveis de formação de capital interno, apesar de que a desvalorização **em si mesma** pudesse elevar os custos de importação; o crucial aqui será o diferencial que vier a se estabelecer entre o custo do capital-dinheiro interno e a elevação em mil-réis dos preços dos produtos de importação.³²¹

Entretanto, Oliveira nos revela o caráter efêmero de tais soluções, pois cessa seus efeitos, uma vez restabelecido “os níveis de exportação, reforçados os empréstimos externos, reativadas as importações e, portanto, as receitas governamentais”. A partir daí, o governo retomava o financiamento “quase que exclusivamente externo da economia”³²², isto é, retomava sua “política contracionista”³²³ retirando, dessa forma, “os mecanismos de intermediação financeira interna, que havia temporariamente criado, [e] bloqueando a formação de capital interno nos outros segmentos da economia”.³²⁴

Necessário ainda frisar outra importante determinante que, por ter “um efeito substancial na composição da dívida externa”,³²⁵ acabava por influir sobremodo na taxa de câmbio desse período – trata-se, pois, dos “capitais estrangeiros que se aplicavam sobretudo na implantação da infra-estrutura de ferrovias e portos, necessárias para a própria reiteração da ‘vocação agrícola do país’”.³²⁶

Segundo Oliveira, não seria possível a cultura cafeeira ter assumido a posição que assumiu na economia do país, nem tampouco a economia brasileira ter

³¹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 19.

³²⁰ Redução oficial do valor real da moeda doméstica (o mil-réis) frente à moeda estrangeira (a libra esterlina).

³²¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 19.

³²² *Ibid.*, p. 19.

³²³ *Ibid.*, p. 19.

³²⁴ *Ibid.*, p. 19.

³²⁵ *Ibid.*, p. 20.

³²⁶ *Ibid.*, p. 20.

assumido a posição que assumiu na divisão internacional do trabalho no capitalismo mundial, não fossem as profundas modificações no sistema de transportes aqui ocorridas. Com a construção das ferrovias em substituição às conhecidas “tropas de burros”, houve um conseqüente incremento da produtividade que se corporificava no “valor dos produtos da agroexportação, aumentando substancialmente também a massa de valor via incremento das quantidades produzidas e exportadas”.³²⁷

Contudo, uma vez sendo o Estado o garantidor do financiamento externo dos investimentos diretos de capital estrangeiro no sistema de transportes, padece, ele, de duras crises que acabaram por assolar gravemente suas finanças, visto que

à medida que a dívida externa aumentava pelo incremento da implantação do sistema de transportes a debilidade do Estado, face às flutuações da oferta e da demanda e dos preços dos produtos da agroexportação, colocava-o frente a uma rigidez do serviço da dívida externa, cuja margem de manobra se desdobrava freqüentemente em reforçar o endividamento externo.³²⁸

Porém, em algumas situações tais como redução de meios de pagamento externo, bem como impossibilidade de tomar novos empréstimos externos, teve o Estado de recorrer a um procedimento não tão tradicional – a já descrita desvalorização cambial e a “ampliação da dívida interna, seja pela simples emissão monetária, seja por títulos representativos da dívida pública, seja autorizando os bancos privados emissores, seja autorizando os próprios Estados a emitirem títulos”.³²⁹ Desse modo, pois, estão dadas as condições do nascimento da intermediação financeira interna, atividade que, para Oliveira, intensificou “o passo à concretização da diferenciação da divisão social do trabalho interno mediante um reforço à realização do valor das mercadorias internas”.³³⁰

Uma vez descrito o complexo³³¹ movimento da intermediação comercial e financeira e seus desdobramentos na economia brasileira, sigamos, pois, nossa

³²⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 21.

³²⁸ *Ibid.*, p. 21.

³²⁹ *Ibid.*, p. 21.

³³⁰ *Ibid.*, pp. 21 e 22.

³³¹ Digo complexo por se tratar de uma discussão que, imagino, tenha exigido do leitor – não muito afeito ao que podemos designar de “economês” – atenção redobrada e muita perseverança, bem como, parafraseando Oliveira em resenha crítica a um livro de Celso Furtado, um bom dicionário de economia que resolva os termos mais especializados e facilite a leitura. Como sugestão do próprio

análise imanente, buscando compreender melhor a divisão social do trabalho e a formação do mercado interno no período correspondente à República Velha.

3 – Os obstáculos estruturais à diversificação da divisão social do trabalho rumo à industrialização brasileira.

Segundo Oliveira, não foi a condição de produtor de bens primários para o mercado capitalista mundial que gerou sérios obstáculos ao país para que este lograsse “o salto quantitativo e qualitativo”³³² rumo à industrialização³³³; “bem mais importante que a simples condição de colônia para a existência daqueles obstáculos foi o **tipo de colonização**”.³³⁴

Ou seja, Oliveira utilizando-se de uma distinção entre *tipos de colonização* presente em Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais - qual seja: colônias de exploração e colônias de povoamento³³⁵ – defende que:

Na raiz, pois, da impotência da divisão social do trabalho no Brasil, encontra-se o ter sido o País **colônia de exploração comercial que adotou formas de trabalho compulsório**³³⁶. Esta é a base ou a ausência de base

Francisco de Oliveira, ver Novo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: Ensaio Sobre Celso Furtado*, p. 86.

³³² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 22.

³³³ Lembrem-se, como observado logo acima (nota 268), que Oliveira afirma ser a validade desse pressuposto questionável, uma vez que, segundo ele, outras economias – tais como a da Argentina, por exemplo – também produziam bens primários para o mercado capitalista mundial, mas mesmo assim conseguiram galgar processos de industrialização bem antes do Brasil.

³³⁴ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 22.

³³⁵ Essa distinção que se apresenta na tese de doutorado de Celso Furtado e nas obras *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. e *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* de Fernando A. Novais deve-se ao autor francês LEROY-BEULIEU, Paul (*Colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillamin, 1886). Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: Ensaio Sobre Celso Furtado*, p. 88.

³³⁶ (Grifos nossos) Oliveira, citando novamente o historiador Fernando Novais, afirma que: não bastava que as colônias de exploração, ao contrário das colônias de povoamento inglesas ou francesas, produzissem “os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias européias. (...) Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou, na sua forma limite, o escravismo”. (Grifos no Original) NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, p. 42 e 43. Apud. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 22.

para o mercado interno, e não simplesmente o da produção de bens primários de exportação.³³⁷

De fato, a adoção do trabalho escravo com vistas à acumulação primitiva nas metrópoles capitalistas acabou por gerar sérios efeitos na economia brasileira³³⁸. Dentre eles, importante frisar que: “A acumulação, em economias desse tipo, (...) resulta na ampliação do fundo de terras, sem, entretanto, produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante”³³⁹, ou seja, o que há, para Oliveira, é “uma acumulação de riquezas [em fundo de terras, ou números de escravos], mas não de capital”.³⁴⁰ Desse modo, pois, inexistente o capital-dinheiro interno sendo o avanço da divisão social do trabalho, nessas condições, “insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico de acumulação e crescimento”.³⁴¹

Como já visto, a necessidade da Abolição começou a se desenhar tão logo os encargos com a manutenção dos escravos passaram a ameaçar a própria forma de valor da economia agroexportadora. Ou seja, na composição orgânica do capital da economia agroexportadora predominava um “tipo de capital constante que incluía o escravo, cuja subsistência, também capital constante, forçava para baixo a taxa de lucro [do setor agroexportador]”³⁴². Nesse cenário, portanto, teria a Abolição o condão de resolver ao menos um dos lados dessa contradição, uma vez que, ao transformar o trabalho compulsório em força de trabalho, acabou por transferir “para fora dos custos de produção dos bens agro-exportados” o fundo de subsistência dos escravos que, agora enquanto trabalhador “livre” tem de cuidar, mediante a venda de sua força de trabalho, da reprodução de sua própria existência.

Essa transformação, como assinalado por Oliveira, possibilitou o nascimento de um modo de produção de mercadorias cuja emergência se deu, inicialmente, “no

³³⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 22.

³³⁸ Um desses efeitos, segundo Oliveira, seria a impossibilidade de um aumento da produtividade do trabalho nesse período, isto é: “O limite da possibilidade de aumento da produtividade (...) é, no máximo dado pela fase de cooperação; mais além, o aumento da produtividade mesmo em termos físicos esbarra naquilo que Marx chamou de ‘transferência da virtualidade técnica do operário para a máquina’, pois essa metamorfose, que culmina a subsunção formal do trabalho ao capital em subordinação real, não é possível na ausência do trabalho livre, na ausência da compra da força de trabalho, na ausência da mais-valia”. *Ibid.*, p. 23.

³³⁹ *Ibid.*, p. 23.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 23.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 23.

³⁴² *Ibid.*, p. 24.

próprio campo, na produção dos bens agrícolas e pecuários”,³⁴³ isto é, primeiramente foi fundado o já referido *quase-campesinato* ou *economia de subsistência* que, a partir de então, passou a assumir as tarefas de produção dos “bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e, de outro, cumprir, para o nascente modo de produção de mercadorias **interno**, o papel da acumulação primitiva, que a economia colonial havia desempenhado para o modo de produção de mercadorias **externo**”.³⁴⁴ Conseqüentemente, a própria agroexportação recebeu segundo Oliveira um “inusitado alento”, donde o nascimento da força de trabalho e, concomitantemente, do quase-campesinato constituiu “os motores que vão acelerar a radicalização da ‘vocaçãõ agrícola’ do País, ao ponto de tornar o café o produto primário de maior valor no comércio internacional”.³⁴⁵

Já no que concerne ao avanço da divisão social do trabalho nas cidades, também a passagem para o trabalho livre fundou a possibilidade da emergência de um modo de produção de mercadorias, uma vez que a “separação entre produtores e meios de produção vai fazer crescer enormemente uma **população para o capital** [citadino], com o que a potencialidade da acumulação é reforçada”.³⁴⁶ Porém, toda essa potencialidade surgida nas cidades graças às transformações nas relações de produção esbarrou em diversos fatores que, na esteira do pensamento de Oliveira, apresentaremos abaixo.

Primeiramente há de se notar que “a ausência daquela base capitalista prévia, desde que a economia agroexportadora era uma economia que exportava seu excedente, vai cobrar fortes direitos no momento em que se empreende o esforço no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização”,³⁴⁷ isto é, a inexistência de uma acumulação prévia que “se cristalizasse na máquina”³⁴⁸ acaba por forçar uma “capitalização de nível muito baixo: a força de trabalho liberada não tem, praticamente, nenhuma **virtude técnica a transferir**”³⁴⁹ para o capital”³⁵⁰.

³⁴³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 25.

³⁴⁴ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 24.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 25.

³⁴⁶ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 25.

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 116.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 116.

³⁴⁹ (Grifos nossos) Oliveira defende que essa força de trabalho liberada por ter antes estado na condição de escravo acabou por não agregar qualquer capacidade técnica ou domínio do instrumento de trabalho não tendo, pois, “nada a transferir para o capital senão sua força muscular”. Assim sendo, segundo o autor: “Não é estranho, por isso, que em meio a uma abundância de força de trabalho, a indústria brasileira nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX tenha que socorrer-se do

Somado a isso, também se observava uma “nova configuração nas relações campo-cidade”³⁵¹, ou seja, com a instauração do trabalho livre e a simultânea absorção da força de trabalho pelas novas relações de produção – seja na forma de assalariados, semi-assalariados, camponeses ou quase-camponeses –, opera-se uma maior radicalização da

especialização anterior: assalariados e semi-assalariados produzem **apenas** os bens de exportação, camponeses e quase-camponeses produzem agora **apenas** os bens alimentícios de sua própria cesta de consumo e algumas matérias-primas, cujo excedente vão para as cidades.³⁵²

O advérbio *apenas*, que na citação anterior é utilizado duas vezes e de forma sublinhada pelo autor, não deve ser desprezado, quer dizer, foi graças a esses *apenas* que nasceu a exigência, para que a divisão social do trabalho nas cidades avançasse, do que Oliveira denominou de “**simultaneidade da industrialização com urbanização**, cujo resultado será, quando concretizados, uma autarcização da produção industrial elevando os coeficientes do capital constante a níveis insuportáveis para a frágil formação de capital industrial”.³⁵³

4 – Simultaneidade da Industrialização com Urbanização e Autarcização da Produção Industrial: constituição inicial do Urbano e da Indústria brasileira

Necessário aqui esclarecer algumas mediações presentes no pensamento de Oliveira que, sem dúvida, contribuirão para o entendimento do que vem a ser essa *simultaneidade da industrialização com urbanização*, ou mesmo essa *autarcização da produção industrial*. Para tanto, pedimos paciência e atenção do leitor, virtudes que serão imprescindíveis a uma maior compreensão do tema em questão.

imigrante estrangeiro, cuja predominância no total da classe operária ainda era absoluta em 1920”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 26. Ver também nota 339.

³⁵⁰ *Ibid.*, p. 25.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 26.

³⁵² (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 26.

³⁵³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 26.

Inicialmente, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que havia alguns pressupostos históricos que acabaram por condicionar a formação do urbano na economia brasileira; esses pressupostos seriam, para ele, “derivados exatamente da formação da economia colonial e situavam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho”.³⁵⁴

Prosseguindo no mesmo raciocínio, afirma que as cidades brasileiras constituíram-se basicamente segundo um padrão litorâneo, observando, porém, que tal padrão não se deveu apenas ao caráter agroexportador de produtos primários da economia brasileira, mas também, à “divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora”.³⁵⁵

Em suma: na divisão social do trabalho da economia agroexportadora desde os tempos do “Brasil Colônia e depois, já com o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação (...) até o final dos anos 20”³⁵⁶ cabia às cidades o papel de sede tanto dos “aparelhos que faziam a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias, quanto dos aparelhos de Estado”,³⁵⁷ isto é, cabia a elas a função de serem sede do capital comercial e burocrático.

Segundo Oliveira, se não compreendermos esse caráter inicial da urbanização brasileira “como centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela”³⁵⁸ dificilmente poderíamos entender “o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos largos do que aqueles que nós acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização”.³⁵⁹

É obvio, tal como dispõe Oliveira, que a “industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo

³⁵⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 37.

³⁵⁵ *Ibid.*, p. 37.

³⁵⁶ *Ibid.*, p. 37.

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 37.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 38.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 38.

aparelho produtivo que é a indústria”.³⁶⁰ Entretanto, tal entendimento, segundo ele, nos tem levado a desprezar a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora como, por exemplo, o tamanho das cidades que, por cumprirem a já assinalada função de sede do capital comercial e burocrático já eram, antes mesmo da irrupção da industrialização, razoavelmente grandes para a época.

Importante notar ainda, no que se refere à formação do urbano analisada pelo autor, que por ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura, não se criou

ao estilo da Europa – se quisermos falar da Europa como uma referência – a imensa cadeia de aldeias e pequenas vilas. O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação.³⁶¹

Desse modo, portanto, ao contrário “dessa imensa teia de aldeias e pequenas cidades – que talvez seja um padrão característico da urbanização europeia”, verificou-se no Brasil “uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio”³⁶².

Todo o período colonial, bem como todo o século XIX será marcado pela permanência do padrão de urbanização acima descrito, sendo que:

A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio **caráter autárquico das produções para exportação**³⁶³. Esse caráter autárquico embota a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas.³⁶⁴

³⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 38.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 38.

³⁶² *Ibid.*, pp. 38 e 39.

³⁶³ (Grifos Nossos) Lembrem-se, como já visto anteriormente (nota 289), que havia na economia agroexportadora brasileira uma autarcização das unidades de produção.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op. cit.*, p. 40.

Ainda no que concerne ao padrão de urbanização acima assinalado, Oliveira observa que “não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo”.³⁶⁵ Ou seja, foi graças à existência do trabalho escravo, que não houve no Brasil

aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quanto dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização do país, de um lado e da polarização em torno de poucas cidades do outro.³⁶⁶

Como se vê, o fato de ter sido a economia agroexportadora brasileira fundada na monocultura e no trabalho compulsório acabou por negar a cidade enquanto mercado da força de trabalho, seja pelo caráter autárquico das produções agrícolas, seja como espaço na divisão social do trabalho.

Contudo, esse padrão de urbanização que, como mencionado acima, durou até os anos vinte do século passado, foi redefinido tão logo esse urbano passou a ser a sede não somente dos ditos “aparelhos burocráticos do Estado” e do capital comercial, mas também do novo aparelho produtivo que é a indústria. Ou seja, é “completamente óbvio e transparente”³⁶⁷ que a irrupção da industrialização foi a responsável pela redefinição no padrão urbano brasileiro rumo ao enorme salto que as cidades deram nesse período, de outro modo, “o próprio tamanho que as cidades tomam, a própria rapidez do processo de urbanização, medido pelos incrementos da população que aflui às cidades, tem muito a ver, de um lado, evidentemente, com a industrialização, com a massa de capitais e, portanto, com o processo de acumulação sediada nas cidades”.³⁶⁸

³⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 40.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 40.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 40.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 41.

Entretanto, se óbvio e transparente é essa relação causal entre industrialização e incremento da urbanização, não tão óbvio, e por isso necessário questionar, segundo Oliveira, por que “também a industrialização, quando se dá, impõe um **ritmo de urbanização desse porte**³⁶⁹?”³⁷⁰

A resposta a essa questão que, enfim, dará o real significado das expressões apresentadas ao atento e paciente leitor laudas acima, está na explicitação do que vem a ser para Oliveira essa *simultaneidade da industrialização com urbanização*, ou mesmo essa *autarcização da produção industrial*.

Ou seja, Oliveira defende que graças à antiga herança autárquica do campo, que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país, teve a cidade, ao tornar-se “com a industrialização o centro do aparelho produtivo”, que constituir-se também de forma autárquica, isto é

a industrialização vai impor um padrão de acumulação que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização.³⁷¹

Em outros termos: tanto a condição de autarquia do campo, que emperrou a diversificação da divisão do trabalho nos períodos anteriores, quanto a pretérita existência do trabalho compulsório, que impossibilitou a formação de um mercado de trabalho na cidade, acabou por exigir que a industrialização brasileira tivesse de se fazer “**imediatamente urbana e excepcionalmente urbana**”.³⁷²

Assim, enquanto nos países centrais (tais como Inglaterra e França, por exemplo) a expansão capitalista industrial repousou “inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade”³⁷³, no Brasil tal não se pode dar.

³⁶⁹ (Grifos nossos) O ritmo de urbanização a que Oliveira se refere pode ser exemplificado pelo “espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes cidades brasileiras, para, no curso de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina”. *Ibid.*, p. 41.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 41.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 41.

³⁷² *Ibid.*, p. 42.

³⁷³ *Ibid.*, p. 42.

Enquanto a indústria têxtil inglesa – para tomar um exemplo concreto segundo o autor – acolhia a tecelagem e a fiação, “a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou a residir no campo, isto é, o camponês europeu era autárquico noutro sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão social do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura”.³⁷⁴

Já no Brasil, o processo de constituição da indústria não se deu nos mesmos termos dos países clássicos, aqui, “quando a **industrialização** começa a ser o motor da expansão capitalista (...), ela tem que ser **simultaneamente urbana** porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas”.³⁷⁵ Ao contrário “do camponês europeu [que] era, simultaneamente, um agricultor e um artesão”³⁷⁶ o camponês ou, como alerta Oliveira o “semi-camponês (...) porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse”³⁷⁷ produzia **apenas**³⁷⁸ os bens agrícolas e pecuários. Aqui, devido ao fato de quase inexistir uma maior diversificação da divisão social do trabalho na unidade camponesa acabou-se por exigir que: ou a industrialização fosse simultaneamente urbana, “ou teria muito poucas condições de nascer”.³⁷⁹

Assim, uma vez compreendido a real significação para Oliveira da expressão *simultaneidade da industrialização com urbanização*, resta-nos ainda desvendar a outra, qual seja; *autarcização da produção industrial*.

Conforme o autor, as indústrias que nasceram nas cidades, que até então eram sedes “apenas do aparelho burocrático quanto do capital comercial”³⁸⁰, não

³⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 42. Engels já nos demonstrava em sua clássica obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que “antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário”. Cf. ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p. 45 e 46.

³⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 42.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 42.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 42.

³⁷⁸ Como já dito, será esse *apenas*, advérbio utilizado e sublinhado logo acima por Oliveira, que determinará a necessidade tanto da industrialização com simultaneidade da urbanização quanto, como veremos a seguir, da autarcização da produção industrial.

³⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 42.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 43.

encontraram um tipo de divisão social do trabalho “que desse lugar a unidades produtivas de pequeno porte”³⁸¹; por inexistir uma ampla divisão social do trabalho anterior tiveram as indústrias nascentes que se constituíram na forma de grandes unidades produtivas – em unidades de grande porte.

Somado a isso, também não tiveram essas indústrias como se apoiar “em nenhuma divisão social do trabalho pretérita que as ligasse com o campo”³⁸², uma vez que, como visto, o campo brasileiro **apenas** produzia, ao contrário do campo nos casos clássicos, os bens agrícolas e pecuários, não havendo qualquer produção manufatureira³⁸³.

Assim, seja pela inexistência anterior de uma ampla divisão social do trabalho nas cidades, seja pela relação estanque dessa mesma divisão entre o campo e a cidade, terão as indústrias nascentes brasileiras de ser “completamente autárquicas”, isto é;

de um lado, a grande maioria das indústrias brasileiras dos grandes conjuntos industriais, as Indústrias Matarazzo, por exemplo, vamos ver que ela, sendo uma indústria de bens não duráveis de consumo, tem dentro de si desde o princípio uma divisão social do trabalho extremamente complexa. Isso se repete por quase todos os grandes conjuntos da indústria brasileira. (...) A indústria vai conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde o fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica.³⁸⁴

Claro está, portanto, que por ter a nascente indústria brasileira de surgir mediante uma **autarcização de sua produção**, acabou ela por exigir “graus de capitalização muito mais altos”³⁸⁵, isto é, por ter de instalar “toda uma complexa divisão social do trabalho no interior de uma unidade industrial”³⁸⁶, terão essas

³⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 43.

³⁸² *Ibid.*, p. 43.

³⁸³ Lembrem-se, como já observado por Oliveira (nota 289), que peças tais como as rocas de fiar não passam de peças de museu no Brasil.

³⁸⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op. cit.* p. 43.

³⁸⁵ *Ibid.*, p. 44.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 44.

indústrias de elevar constantemente os coeficientes do capital constante de sua produção, sem o qual elas não se viabilizarão.

Por esta razão, todo esse complexo processo de constituição industrial concorrerá com o rebaixamento do “próprio poder de acumulação de cada grupo industrial em si mesmo”³⁸⁷ e isso por que, para tomar novamente um exemplo concreto do autor;

se uma indústria como a Matarazzo para funcionar, exigia manter quase todo um complexo industrial para fabricar um único bem, isto significava que do ponto de vista da produtividade do trabalho, para conseguir uma tonelada de sabão em relação aos capitais aplicados, a produtividade do trabalho era baixa. (...) Isso requereu taxas de capitalização elevadas e, quase que por essa determinação de base técnica, as indústrias logo tiveram uma alta concentração de capital e uma tendência a constituir-se em oligopólios ou conglomerados.³⁸⁸

Como se vê, tanto a simultaneidade da industrialização com urbanização, quanto a autarcização da produção industrial – condições necessárias segundo Oliveira ao nascimento das indústrias brasileiras – acabaram por resultar num ritmo de acumulação industrial “não apenas lento mas intermitente, e conseqüentemente níveis bastante medíocres para o conjunto da economia industrial como um todo”.³⁸⁹ Desse modo, o avanço da divisão do trabalho interno com vistas ao desenvolvimento do capitalismo industrial, repousou “tão-somente sobre as relações que o custo da reprodução da força de trabalho industrial guardará com a própria acumulação industrial, e, secundariamente, sobre o perfil de demanda das débeis camadas médias das cidades”.³⁹⁰

Ou seja, ao contrário de Celso Furtado que, baseando-se no consumo da burguesia, construiu a famosa tese da “industrialização por substituição de importações”³⁹¹, Oliveira defende que o avanço da diversificação da divisão social do trabalho rumo ao capital industrial se deu, na verdade, graças a outros fatores:

³⁸⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Estado e Urbano no Brasil*, p. 44.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 44, p. 44.

³⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 26.

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 26.

³⁹¹ Para Furtado, a “existência de uma classe dirigente [tal como a brasileira] com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em

Em primeiro lugar, devido à manutenção, mediante as “transformações que se processam no próprio campo”,³⁹² do baixo custo da reprodução da força de trabalho que, somada ao simultâneo surgimento do já assinalado exército industrial de reserva contribuíram para a permanência dos ínfimos níveis salariais dos novos operários industriais.

Em segundo, ao contrário da tese furtadiana acima citada, foram os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados, ou ainda da cesta de consumo dos novos produtores da agricultura de subsistência (campesinato ou quase-campesinato) que, segundo Oliveira:

imporão um caminho à industrialização nascente: ela começará pelos bens não duráveis, tipo alimentos, calçados, têxteis, e alguns bens intermediários para os quais a existência de recursos naturais do País, os altos custos de transporte de importação e o concurso da mão-de-obra barata os tornarão competitivos (principalmente no ramo de minerais não metálicos). O tamanho das empresas nesses ramos não será insignificante, principalmente no têxtil, dada a dimensão do mercado constituída por uma massa de valor (a folha de salários) de baixo nível, é certo, mas extremamente extensa. O sentido geral da industrialização seguirá, de perto, pois, os níveis, a composição e as modificações no custo de reprodução da força de trabalho; a demanda das classes médias, débeis tanto numérica quanto qualitativamente, bem como da burguesia agrária e urbana, continuará sendo atendida pelas importações.³⁹³

Nesse passo, faz-se necessário o resgate de alguns pontos anteriormente expostos para que assim não percamos o fio condutor da discussão até aqui realizada.

Como já visto no início deste capítulo, Oliveira busca responder, mediante a pesquisa das *formas e do movimento da reprodução do capital* no período correspondente à República Velha (1889-1930), a duas importantes questões;

fator básico na evolução dos países. (...) Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”. Desse modo, pois: “A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fases mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização” e, não sem razão segundo ele, será “durante a fase de ‘substituição de importações’, a qual se liga às tensões da balança de pagamentos que tem início a formação de um sistema industrial [brasileiro]”. (Grifos nossos) Cf. FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, pp. 77 a 94.

³⁹² OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 27.

³⁹³ *Ibid.*, p. 27.

1º - *Por quê tardou a industrialização no Brasil, como forma do novo capital?*

2º - *Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?*

Quanto à primeira questão, a discussão até aqui realizada já nos oferece subsídios suficientes para respondê-la, entretanto, não seria demasiado a nosso ver, repassar sucintamente os elementos que compõem essa resposta.

Como se viu, o nascimento do capital industrial no Brasil da República Velha foi marcado por uma série de restrições que, segundo Oliveira, acabaram por protelar seu avanço.

A quase inexistência, devido à herança do modo de produção agroexportador, de uma economia de trocas anterior; a ausência de virtualidade técnica da ampla população liberada para o capital com a Abolição; a necessidade, graças à referida relação estanque entre campo e cidade, da simultaneidade da industrialização com urbanização, bem como da autarcização da produção industrial; e, por fim, a concentração de renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo foram responsáveis, em grande medida, por esse intermitente e tardio avanço da economia brasileira rumo ao capitalismo industrial. Contudo:

ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada intermediação comercial e financeira externa da economia da República Velha, que privilegiará constantemente a forma de valor da agroexportação, e que se expressa na política de defesa do café. Um negativo dessa restrição pode ser encontrado no encilhamento: na ausência dos mecanismos internos de financiamento da formação de capital, a virtualidade das demais condições – que avançam, apesar de tudo – não conseguirá concretizar-se, pelo menos na velocidade esperada pelos agentes sócio-políticos-econômicos que viam na implantação do trabalho livre assalariado o sinal de mudanças há tanto tempo esperado.³⁹⁴

Respondida a primeira questão de Oliveira com base na lógica interna de seu próprio pensamento, resta-nos agora partir para a resposta da segunda que, por

³⁹⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 28.

exigir alguns elementos não expostos preteritamente, será mais extensa e detalhada.

5 – A Constituição Histórica da denominada “Oligarquia Antiburguesa”.

Como visto acima com Oliveira, desde o Império estava ocorrendo transformações na classe dominante brasileira que, de um baronato fundado pelo Estado e a ele subordinado no período colonial estava passando à condição de uma burguesia agrária graças à nova função por ela assumida de mediadora entre a força de trabalho e as forças produtivas, bem como da destruição do que Fernando Novais denominou de mecanismos do ‘exclusivo comercial’ externo.

No entanto, o acabamento completo dessa nova classe social (a dita burguesia agrária brasileira) se deu efetivamente

no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa a acumulação primitiva, se dá no nível da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que repõem o econômico sob formas de coerção não econômica: o coronelismo e suas seqüelas, a meação, a parceria, o colonato, o barracão.³⁹⁵

Oliveira observa que durante todo esse processo, a luta de classes deu-se em dois planos: o primeiro, que não se deve *superestimar* segundo o autor, seria o do antagonismo entre “proprietários e não-proprietários ou entre exploradores e explorados”³⁹⁶ sendo, o segundo, o antagonismo “**no seio da própria classe dominante, proprietária e exploradora**”.³⁹⁷

³⁹⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 29 e 30.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 29. Mesmo que Oliveira defenda que o antagonismo entre exploradores e explorados não tenha sido ausente nesse período, argumenta ele, todavia, que “uma superestimação desse conflito (...) teria caráter meramente ideológico”. (Grifos nossos) Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 29. Ora, aqui residem, a nosso ver, duas falhas da pesquisa de Oliveira. A primeira diz respeito ao significado implícito do termo ideologia que, como vimos na citação acima, apresenta claramente um sentido de falsa consciência, de mascaramento – intencional - de uma realidade. Já a segunda refere-se ao fato de que, ainda que busquemos não superestimar tal conflito, não se pode, entretanto, subestimá-lo, ou seja, hoje já existe uma ampla historiografia que

Quanto ao segundo, Oliveira adverte que não se trata de um mero antagonismo entre distintos proprietários do capital, mas, utilizando-se das contribuições de seu companheiro do *Cebrap* José Arthur Giannotti³⁹⁸, defende que: “A transformação de pessoas em **personas** do capital **distintas** somente se dá quando se diferencia a forma como o pressuposto é repostado (...), isto é, quando as diferenças na produção e apropriação do valor geram circuitos distintos de reposição do produto”.³⁹⁹ Assim, serão as transformações ocorridas no nível da produção e reprodução do valor que, de acordo com ele, gerarão os antagonismos na burguesia agrária brasileira e, conseqüentemente, sua metamorfose em seu contrário – na “oligarquia antiburguesa”.

Como já observado por Oliveira, a economia da Primeira República, beneficiada que foi pelas metamorfoses ocorridas nas relações de produção acima descritas, acabou por reiterar a ‘vocação agrícola’ do País, cujo financiamento se dava, fundamentalmente, na forma de empréstimos estrangeiros. Dessa forma, portanto, tal processo criou, segundo Oliveira, um círculo vicioso:

a realização do valor da economia agroexportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Simultaneamente, o mecanismo do financiamento **externo** bloqueava a produção do valor da mercadoria de realização **interna**.⁴⁰⁰

Todavia, esse círculo vicioso ao se agravar – e segundo Oliveira agravava-se permanentemente –, terminou por promover um duro golpe na formação do valor da economia agroexportadora com o que essa própria forma de produção de valor era

demonstra ter sido intenso o conflito entre exploradores e explorados. Tanto é assim que tal intensidade não somente representou uma grande preocupação do antropologismo dos intelectuais conhecidos como autoritários do começo do século, mas também motivou uma ampla repressão do Estado, cujo exemplo da colônia penal de Clevelândia só vem a ratificar. Ver os trabalhos de BRITO, Edson Machado de. *Do Sentido aos Significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. 2008, Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP. São Paulo e SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002; os autores autoritários TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914 e VIANNA, Francisco J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 5ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

³⁹⁷ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 29.

³⁹⁸ Ver o Capítulo II - Ardil do Trabalho constante da obra *Trabalho e Reflexão* de José Arthur Giannotti.

³⁹⁹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 30.

⁴⁰⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, pp. 30 e 31.

negada constantemente. Dito de outro modo: tem-se que, em casos extremos, os “requerimentos do financiamento externo acabam por consumir todo o valor da economia agroexportadora”⁴⁰¹, isto é, nesses períodos a quase totalidade do valor gerado pela economia agroexportadora destinava-se ao pagamento dos custos da intermediação comercial e financeira “operando-se uma redistribuição da mais-valia entre **lucros internos e lucros e juros externos** completamente desfavoráveis aos primeiros”.⁴⁰²

Desse modo, portanto, só havia uma forma de devolver a parte substancial do excedente produzido pela economia agroexportadora que se esvaía ao exterior na forma de lucros e juros da intermediação comercial e financeira; forma essa que consistiu na reiteração dos empréstimos estrangeiros, fato que, na opinião do autor, aprofundou sobremaneira a inviabilidade desse tipo de economia:

o saldo em circulação da dívida externa **era já** acumulação financeira – ou, se quiserem os Keynesianos, poupança – da própria economia agroexportadora, mas que não reentrava no circuito de produção senão sob a forma de novos empréstimos, isto é, sob a forma de uma distribuição de mais-valia que não se repunha como lucros, mas como juros, e que iria aparecer no produto também não como lucros, mas de novo como juros.⁴⁰³

Vale ressaltar ainda que essa reiteração da ‘vocalização agrícola’ do país não somente negará a produção do valor da economia agroexportadora: ela também bloqueará o desenvolvimento da divisão social do trabalho em direção ao “capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias nos setores não agroexportadores”⁴⁰⁴, bem como travará o avanço da divisão social do trabalho no campo.

Quanto a esse último ponto, Oliveira adverte que:

Nascendo como uma burguesia agrária, quando se funda na economia brasileira o trabalho assalariado e o campesinato, a classe dominante rural

⁴⁰¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 31.

⁴⁰² (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 31.

⁴⁰³ *Ibid.*, p. 34.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 33.

bloqueará o avanço da divisão social do trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva.⁴⁰⁵

Sem embargo, será graças à incapacidade “de ultrapassar os níveis de **reprodução simples**⁴⁰⁶, pela presença da intermediação comercial e financeira”,⁴⁰⁷ que a burguesia agrária brasileira reproduzirá internamente “o **mecanismo de exploração externa**⁴⁰⁸ que lhe roubava o excedente”⁴⁰⁹, ou seja, sendo os lucros dessa burguesia amplamente tolhidos pelos custos da intermediação comercial e financeira, acabará ela, como forma de alcançar ao menos os níveis da reprodução simples, por se valer de uma “apropriação do excedente ao nível da circulação via mecanismos de controle político e social já descritos [a meação, a parceria, o colonato, o barracão], com o que travou o acabamento da formação camponesa e sua conseqüente dissolução”.⁴¹⁰

⁴⁰⁵ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 34 e 35.

⁴⁰⁶ (Grifos nossos) A reprodução simples, a que se refere Oliveira, deve-se às contribuições de Karl Marx que assim a resume: “As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível, substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidade igual de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua. Determinada parte do produto anual pertence portanto à produção. Destinados, desde a origem, ao consumo produtivo, essa parte possui formas que, em regra, tornam-na inteiramente inadequada ao consumo individual. Se a produção tem a forma capitalista, também terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, no corrente ano, transforma 100 libras esterlinas em capital e produz 20 de mais valia, terá no próximo ano e nos subseqüentes de repetir a mesma operação. Como acréscimo periódico ao valor do capital, ou fruto periódico do capital em movimento, a mais valia toma a forma de um rendimento que tem sua origem no capital. Se o capitalista só utilizasse esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, reprodução simples”. (Grifos nossos) MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, v. II, pp. 659 e 660. Ver também a respeito dessa categoria presente em *O Capital*, o livro *Pensando com Marx – Uma leitura Crítico-Comentada de O Capital* (pp. 235-251) de Francisco Soares Teixeira.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op. cit.*, p. 35.

⁴⁰⁸ (Grifos nossos) Lembrem-se, como acima já explicitado por Oliveira que: “o que passa virtualmente ao controle dessa nova classe social é aquilo que na Colônia constituía o ‘exclusivo’, como salienta Fernando Novais, isto é, o monopólio do excedente econômico” produzido, agora, pelo campesinato ou quase-campesinato. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 14.

⁴⁰⁹ (Grifos nossos) *Ibid.*, p. 35.

⁴¹⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 35.

Para Oliveira, foi a constante reiteração das condições acima expostas que acabou por transformar a burguesia agrária no que ele denomina de oligarquia anti-burguesa. Vale dizer:

Esse complexo movimento vai separar e distinguir as distintas **personas** do capital, transformando-as em classes sociais com interesses antagônicos. A negação do valor da própria economia agroexportadora implicava necessariamente na negação das demais atividades econômicas, pelos mecanismos já descritos. Na reiteração dessa negação, a burguesia agrária transforma-se em oligarquia antiburguesa.⁴¹¹

Ainda no mesmo diapasão, salienta Oliveira que também o Estado se transformou graças as conseqüências dessa reiteração, isto é, também ele, por ter de se valer dos mesmos mecanismos de produção do valor da economia agroexportadora para a realização de suas receitas e despesas, acabou por perder “a autonomia de um ente separado das classes sociais dominantes. Torna-se incapaz de opor à reiteração agroexportadora os interesses das outras classes sociais”.⁴¹² Ou seja, o Estado brasileiro

Nem é mais um Estado liberal; transforma-se, se é permitida a expressão, num Estado Oligárquico. As reações surgidas de dentro do próprio Estado, de que o Tenentismo é a expressão mais presente e persistente ao longo da história da República Velha, podem receber hoje o crédito histórico de elementos dissolventes da República oligárquica e até os louros de futuras transformações. Mas elas são imponentes para transformar a sociedade a partir do seio do próprio Estado; apenas quando a própria unidade oligárquica se fratura é que surge a possibilidade da transformação.⁴¹³

Como se vê, foi graças à “subordinação de toda a economia, de todos os seus segmentos, tanto setoriais quanto regionais, à forma de produção do valor da economia agroexportadora e seu xifópago, a intermediação comercial e financeira externa”⁴¹⁴ que se formou uma oligarquia burguesa, bem como um Estado Oligárquico, isto é, foi mediante a reiteração da ‘vocaçãõ agrícola’ do País, e todas

⁴¹¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 34.

⁴¹² *Ibid.*, p. 35.

⁴¹³ *Ibid.*, pp. 35 e 36.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 35.

suas conseqüências já inúmeras vezes assinaladas, que se impossibilitou, como afirma Oliveira, que a “sociedade política no Brasil transite para formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais”.⁴¹⁵ Tanto é assim que, segundo ele

Não é estranho à dinâmica da história, portanto, que a reação a esse quadro, que vai desaguar na Revolução de 1930, tenha começado pela dissidência oligárquica de outras regiões do País em relação à oligarquia hegemônica, a cafeicultura, sediada sobretudo em São Paulo. A quebra do monolitismo oligárquico é condição para a Revolução, mas no seu rastro, terminado por impor-se, serão os novos interesses burgueses, será a nova forma de produção do valor, serão as novas condições de reposição do pressuposto fundamental – do lucro, em última instância – que darão a pauta desde metade da década de trinta, quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de **externa** passa para **interna**, depois de demonstrada *in extremis* a inviabilidade de permanência da economia agroexportadora e de suas relações internacionais com a crise de 1929 e a política de destruição dos excedentes de café. Nesse processo, o Estado [antes oligárquico] vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre o **novo capital** e o **novo trabalho** e, agora, na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial.⁴¹⁶

Percorrido, pois, as determinantes mais fundamentais do complexo ideológico do autor no que concerne a interpretação do período correspondente à República Velha (1889-1930) cabe-nos frisar ainda que, para ele, a análise desse processo histórico não poderia jamais prescindir do exame das relações internacionais que o conformara

a intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou ao longo deste trabalho, não é um acaso nessa trama de relações: ela é a **relação**. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportações de capitais; seu nome é **imperialismo**.⁴¹⁷

⁴¹⁵) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 2.

⁴¹⁶ (grifos no Original) *Ibid.*, p. 34. A interpretação de Oliveira concernente a esse novo processo de acumulação urbano-industrial da economia brasileira pós-30 será tratada mais detidamente no capítulo subsequente (Cap. III).

⁴¹⁷ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 35.

Ou seja, sustentando-se na formulação de Vladimir I. Lênin que, segundo ele, seria a melhor aproximação a esse desenvolvimento teórico⁴¹⁸ defende que:

ao controlar grande parte do comércio internacional de matérias-primas, cuja origem é a especificidade da composição orgânica do capital na Inglaterra, o sistema financeiro inglês tornou-se o responsável e o beneficiário da realização do valor das mercadorias em escala internacional. É essa a sua ligação com a economia brasileira. (...) No momento em que a moeda e o sistema financeiro ingleses se converteram em internacionais, eles se convertem no pressuposto de qualquer produção de mercadorias, em qualquer parte do mundo. (...) E, ao funcionar como moeda não nacional de subsistemas nacionais diferentes, o capitalismo inglês produziu a reiterações de um padrão de reprodução do tipo do que regeu a economia brasileira desde os dias do Império até a República Velha.⁴¹⁹

Com efeito, Lênin em sua clássica obra *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* já tinha antevisto (não no sentido de vidência profética, é claro) a subordinação de economias periféricas à forma de produção do valor – com base na agroexportação, por certo – que beneficiasse sobretudo os lucros da *intermediação comercial e financeira externa*, isto é, que beneficiasse o capital financeiro metropolitano em detrimento, inclusive, da própria independência política destes países. Eis o que diz ele:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de

⁴¹⁸ São várias, segundo Oliveira, as posições teóricas que divergem quanto a “natureza e as formas do imperialismo”. Dentre eles se encontra os de Rosa Luxemburg, que argumenta no sentido de ser o imperialismo o resultado de uma “crise de realização das metrópoles, criando a necessidade de novos mercados”; a de Ruy Mauro Marine cujo fundamento reside no “barateamento do custo da reprodução da força de trabalho metropolitana e acumulação, via imposição de relações de trocas desfavorável à periferia”; a de Fernando Henrique Cardoso que nega a validade a esta última, principalmente no que tange a “troca desigual” uma vez que, segundo ele, “o café não seria um item importante da cesta de reprodução da força de trabalho metropolitana”. Entretanto, nenhuma delas, segundo o autor, conseguiu resolver como se forma exatamente “o dinheiro internacional, o dinheiro-capital internacional, e de como ele passa a ser o pressuposto e produto da formação do valor em qualquer latitude. Parece-me, no fim das contas, que a melhor aproximação a esse desenvolvimento teórico continua a ser o de Lênin”. (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 37 (nota 16). Ver Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*; Ruy Mauro Marine, *Dialética da Dependência*, p. 137 a 181; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Ver ainda a respeito da controvérsia entre Ruy M. Marine e Fernando H. Cardoso, bem como sobre outras vertentes da dita “Teoria” da Dependência Ivan Cotrin, *Imperialismo e Via Colonial x “Teoria” da Dependência*, pp. 49 a 77. Ver também José Chasin, *A Via Colonial De Entificação Do Capitalismo*, pp. 54 a 58.

⁴¹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 36, 37 e 38.

subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos.⁴²⁰

⁴²⁰ LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, p. 82.

Capítulo III - A Economia Brasileira Pós-1930

Em 1972, dois anos após a entrada de Oliveira no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi publicado pela revista dessa instituição (*Estudos Cebrap*) seu clássico artigo *Crítica à Razão Dualista*.

Neste trabalho, que conforme visto nasceu em resposta ao texto *O Regime Político Brasileiro* de Fernando Henrique Cardoso⁴²¹, Oliveira buscou contribuir para a “revisão do modo de pensar a economia brasileira, na etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema, isto é, para efeitos práticos, após a Revolução de 1930”.⁴²²

Todavia, observava o autor que seu exame não tratou de avaliar a “performance do sistema numa perspectiva ético-finalista de satisfação das necessidades da população”⁴²³, tal como fizeram os cepalinos, nem tampouco discutiu “magnitudes de taxas de crescimento”⁴²⁴ como propunham os economistas conservadores, isto é, sua revisão do modo de pensar a economia brasileira pós-1930 centrou “sua atenção nas transformações estruturais, entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção”.⁴²⁵

Contudo, preocupado em recusar um tipo de análise economicista, preocupação certamente influenciada pelo repúdio incisivo dessa forma de análise pela maioria dos pesquisadores do *Cebrap*, Oliveira incorporou à perspectiva de seu trabalho, “o nível político ou as condições políticas do sistema”⁴²⁶, buscando demonstrar

que as ‘passagens’ de um modelo a outro, de um ciclo a outro, não são inteligíveis economicamente ‘em si’, em qualquer sistema que revista

⁴²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

⁴²² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. *O Ornitorrinco*, p. 29.

⁴²³ *Ibid.*, p. 29.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 29.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 29.

características de dominação social. O ‘economicismo’ das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda a par com a recusa em reconhecer-se como ideologia.⁴²⁷

O autor ainda chama a atenção para o fato de que seu trabalho se insere ao lado de outros surgidos no mesmo período, trabalhos que, buscando “renovar a discussão sobre a economia brasileira”, deram

mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e Keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao *establishment* técnico e acadêmico.⁴²⁸

Desse modo, ao contrário dos “esquemas teóricos e analíticos”⁴²⁹ de boa parte da intelectualidade do período que, presos “às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado” acabaram por construir um “estranho mundo da dualidade”, o esforço reinterpretaivo intentado por Oliveira suportou-se, segundo ele, “teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo”.⁴³⁰

Ou seja, buscou ele em sua análise romper com “o que se poderia chamar de conceito do ‘modo de produção subdesenvolvido’”, conceito que, constituído “polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’”, não se sustentava teoricamente enquanto uma formação histórico-econômica singular, uma vez que, para ele: “esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos”.⁴³¹

Em suma: Oliveira defendeu em sua análise que a dita oposição entre um setor atrasado e um setor moderno propugnado pelo dual-estruturalismo como uma característica singular das economias subdesenvolvidas, é tão-somente uma

⁴²⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 29.

⁴²⁸ *Ibid.*, p. 30.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 30.

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 31.

⁴³¹ *Ibid.*, p. 32.

oposição formal, isto é, “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”⁴³².

Alertava ainda, que a *dualidade* é um fenômeno que tem intensa influência nas ciências sociais, principalmente entre os economistas. Entretanto, alguns sociólogos, cientistas políticos e filósofos conseguiram, segundo ele, escapar à tentação das interpretações dualistas, uma vez que conseguiram manter como eixos centrais de suas análises, categorias sociais importantes tais como: “sistema econômico”, “modo de produção”, “classes sociais”, “exploração”, “dominação”.

Pra ele, o artigo *Crítica à Razão Dualista* é, portanto, um “esforço reinterpretativo” que não trata “em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimento bebido diretamente ou inspirado no ‘modelo Cepal’, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana”⁴³³. Mesmo porque, os opositores da Cepal, apesar de realizarem o mesmo tipo de análise marginalista, neoclássica e Keynesiana, podiam ser comparados a “pobres papagaios”, que se limitaram durante décadas a repetir os esquemas interpretativos, sem nenhuma perspectiva crítica, aprendidos nas universidades anglo-saxônicas.⁴³⁴

Segundo Oliveira é a partir de 1930 que se inaugura um novo ciclo na economia brasileira. Período marcado pelo “fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira a renda do setor industrial superará a da agricultura”⁴³⁵.

As determinações desse processo com vista ao início de um novo ciclo serão, pois,

⁴³² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. O *Ornitorrinco*, p. 32.

⁴³³ *Ibid.*, p. 32.

⁴³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 32.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 35.

a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm significado, de um lado, de 'destruição' das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de 'criação' das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.⁴³⁶

Como se vê, o novo modo de acumulação intentado pós-1930 se assentou, segundo o autor, numa "realização parcial interna crescente"⁴³⁷, sendo que

A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).⁴³⁸

1 – As Determinantes da Inversão do Padrão de Acumulação da Economia Brasileira Pós-1930.

Oliveira observa que nesse processo de inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, há três aspectos de crucial importância: O primeiro é o que o autor denomina de regulamentação de fatores, dentre os quais o mais importante seria a regulamentação das leis da relação entre o capital e o trabalho. O segundo refere-se a chamada intervenção estatal na economia. E o terceiro corresponde ao novo papel da agricultura nessa nova articulação produtiva.

Quanto ao primeiro, Oliveira chama a atenção para a legislação trabalhista que, segundo ele,

tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela pelo Estado, e tem sido arriscada a hipótese de que a fixação do salário mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda de trabalho: os níveis do salário mínimo, para

⁴³⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 35.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 35.

⁴³⁸ *Ibid.*, pp. 35 e 36.

Inácio Rangel, seriam *níveis institucionais*, acima daquilo que se obteria com a pura barganha entre trabalhadores e capitalistas no mercado.⁴³⁹

Para Oliveira, esse tipo de argumentação que acabou por endossar as interpretações que advogam “sobre o caráter redistributivista dos regimes políticos populistas entre 1930 e 1964”⁴⁴⁰, não se sustenta em termos econômicos. Ou seja, primeiramente questiona-se

a que mercado se referem, quando dizem que os níveis do salário mínimo foram ou são fixados acima do que se poderia esperar num ‘mercado livre’? Esse ‘mercado livre’, abstrato, em que o Estado não interfere, tomado de empréstimo do liberalismo econômico, certamente não é um mercado capitalista, pois, precisamente o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo.⁴⁴¹

Posteriormente, observa que essa tese segundo o qual os salários foram estabelecidos acima “do custo de reprodução da força de trabalho, que é o parâmetro de referência mais correto, para avaliar-se a ‘artificialidade’ ou a ‘realidade’ dos níveis do salário mínimo”⁴⁴², não encontrava sustentação nos fatos, uma vez que

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a qualidade da força de trabalho que trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho.⁴⁴³

Com efeito, ao contrário das análises que, sustentando os níveis “artificiais” de fixação do salário mínimo minimizam “o papel da legislação trabalhista no

⁴³⁹ (Grifos no Original). OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitórrinco*, p. 36.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 36.

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 37.

⁴⁴³ *Ibid.*, pp. 37 e 38.

processo de acumulação que se instaura ou acelera a partir de 1930”⁴⁴⁴, Oliveira defende que “as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação”⁴⁴⁵.

Para ele, o enorme contingente populacional que afluía às cidades necessitava ser convertido em “exército de reserva”, operação imprescindível às exigências do novo padrão de acumulação urbano-industrial intentado. Desse modo, portanto, foi a legislação trabalhista que cumpriu tal tarefa uma vez que, de um lado “propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores”; e, de outro, “*igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho”.⁴⁴⁶

Segundo o autor, essa igualização do salário pela base – salário mínimo – promovida pela legislação trabalhista, acabou por reverter trabalhadores especializados à situação de não-qualificados impedindo, ao contrário do que pensam os cepalinos,

a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de ‘mercado livre’, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um ‘denominador comum de todas as categorias’, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a.⁴⁴⁷

Contudo, àqueles que se opõem a tese esposada acima, de que a legislação teria rebaixado os salários, argumentando que não existem provas desse rebaixamento, Oliveira demonstra que “para os efeitos da acumulação, não era necessário que houvesse rebaixamento de salários anteriormente pagos, mas apenas equalização dos salários dos contingentes obreiros incrementais”.⁴⁴⁸ De fato, no processo de industrialização brasileiro pós-1930 “os incrementos no contingente obreiro são muitas vezes maiores que o *stock* operário anterior, a legislação

⁴⁴⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 37.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁴⁶ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 39.

alcançava seu objetivo, (...) de propiciar a formação de um enorme ‘exército de reserva’ propício à acumulação”.⁴⁴⁹

Como se vê, em oposição às teses consagradas, que apenas viam na legislação trabalhista empecilhos à acumulação urbano-industrial, Oliveira, utilizando-se de uma categoria marxista, defendeu que ela cumpriu um importante papel no dinamismo dessa acumulação pós-1930, uma vez que garantiu a formação do necessário *exército industrial de reserva* que, como se sabe, concorreu, no mínimo, para a manutenção dos salários da massa de trabalhadores em níveis bem reduzidos.

Por certo, observa que:

se fosse verdade que os níveis do salário mínimo estivessem ‘por cima’ de níveis de pura barganha num ‘mercado livre’, o que aumentaria demasiadamente a parte da remuneração do trabalho na distribuição funcional da renda, o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular; o que se viu após a implantação da legislação trabalhista foi exatamente o contrário: é a partir daí que um tremendo impulso para barganha do salário numa economia capitalista.⁴⁵⁰

Há ainda uma segunda objeção feita a sua tese de rebaixamento do salário promovido pela legislação trabalhista, ou seja, argumentam os opositores que, comparando-se o salário mínimo das cidades aos rendimentos auferidos no campo nesse período verificava-se que o primeiro era superior, o que, por sua vez, “dada à extração rural dos novos contingentes que afluíam às cidades, tornou-se um elemento favorável aos anseios de integração das novas populações operárias e trabalhadoras em geral, debilitando a formação de consciência de classe entre elas”.⁴⁵¹ Entretanto, esse fenômeno, mesmo que possa ter tido para o autor algum significado social e político sobre a classe trabalhadora, não teve nenhuma importância do ponto de vista da acumulação, pois,

se as atividades urbanas, particularmente a indústria, paga salários mais altos que os rendimentos auferidos no campo, o parâmetro que esclarece a relação

⁴⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 39.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 39.

⁴⁵¹ *Ibid.*, p. 39.

favorável à acumulação é a produtividade das atividades urbanas; em outras palavras, a relação significativa é a que se estabelece entre salários urbanos e produtividade das atividades urbanas (no caso, indústria), isto é, a taxa de exploração que explica o incremento da acumulação é determinada em função dos salários e dos lucros ou ganhos de produtividade das atividades urbanas.⁴⁵²

O segundo aspecto que foi de importância crucial ao processo de inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, consistiu no que Oliveira denominou de intervenção do Estado na esfera econômica, isto é, além de o Estado promover a adequada regulamentação da relação entre capital e trabalho como acima aludido, também passou a operar mais intensamente “na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos e grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas”.⁴⁵³ Em suma:

o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter ‘planificador’, ao modo do Estado inglês que editava tanto o *‘poor law’* como o *‘cereal act’*, isto é, no ‘trânsito’, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia ‘se inclinava naturalmente’, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituíram-se os preços do ‘velho mercado’ por ‘preços sociais’, cuja função é permitir a consolidação do ‘novo mercado’, isto é, até o processo de acumulação se oriente com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio.⁴⁵⁴

Esses “preços sociais”, que ora tinham no financiamento público seu grande fiador, ora eram a imposição estatal de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, atuaram no sentido de “fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia”.⁴⁵⁵ Sendo assim, assistiu-se nesse período, que se estendeu segundo Oliveira até o governo Kubitschek, “uma ampliação das funções do Estado”, dentre as quais as mais importantes foram: a regulamentação da relação capital/trabalho – legislação trabalhista –, a imposição do

⁴⁵² OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 40.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 40.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 40.

⁴⁵⁵ *Ibid.*, p. 40.

denominado confisco cambial da agroexportação cafeeira, os subsídios cambiais à importação de equipamentos industriais, a atuação no setor produtivo por meio da Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce.

Desse modo, portanto, o Estado mediante a intervenção na esfera econômica, passou a operar continuamente uma transferência *não-automática* de “recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema”.⁴⁵⁶ Transferência *não-automática* uma vez que nesse processo transitório, que de acordo com o autor guardava alguma semelhança formal com a passagem de uma “economia de base capitalista para uma economia socialista”,

não apenas não funcionam os automatismos econômicos da base anterior [o padrão agroexportador] como, mais do que isso, não devem funcionar, sob pena de não se implementar a nova base [o padrão urbano-industrial]. Por essa razão, os mecanismos de mercado devem ser substituídos por *controles administrativos* cuja missão é fazer funcionar a economia de forma *não-automática*⁴⁵⁷

Considera Oliveira, que essa “destruição” dos automatismos econômicos da base anterior e a implantação *não-automática* da nova base pela ação estatal “vão ser superpostas as versões de um ‘socialismo dos tolos’ tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, ‘estatismo’, sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso?”

É evidente, como visto anteriormente na discussão sobre a legislação trabalhista, que não foi a classe trabalhadora quem se beneficiou desse agigantamento das funções estatais. Esse *estatismo*, sem dúvida, serviu sobretudo a burguesia nacional dependente e caudatária do imperialismo que, por sua debilidade congênita, necessitava de uma amplo intervencionismo do Estado.

O terceiro aspecto, no que concerne às condições decisivas à inversão do padrão de acumulação agroexportador para o urbano-industrial, corresponde, na análise do autor, ao novo papel da agricultura nesse processo. Em seus próprios termos:

⁴⁵⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 41.

⁴⁵⁷ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 41.

[A agricultura] tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. (...) De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstacularizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial.⁴⁵⁸

Dessa forma, pois, na transição da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial a questão agrária se apresentava, de acordo com ele, como um complexo de soluções; complexo pautado, sobretudo, “no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária”.⁴⁵⁹ Ou seja, a nova configuração da agricultura, fundamental ao processo de inversão do padrão de acumulação intentado, se assentava em uma “expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de ‘acumulação primitiva’⁴⁶⁰”.

Com efeito, argumenta Oliveira:

tanto na abertura de fronteiras ‘externas’⁴⁶¹ como ‘internas’⁴⁶², o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma

⁴⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 42.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 43.

⁴⁶⁰ Ver nota 292.

⁴⁶¹ No que concerne à abertura de fronteiras externas “o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia: norte do Paraná, com o surto do café nas décadas de 1940 e 1950; Goiás e Mato Grosso, na década de 1960, com penetração da pecuária; Maranhão, na década de 1950, com a penetração do arroz e pecuária; Belém-Brasília, na década de 1960; oeste do Paraná e sul do Mato Grosso nos últimos quinze anos, com a produção de milho, feijão, suínos”. *Ibid.*, p. 44.

⁴⁶² Já ao que se refere às fronteiras internas “a rotação de terras e não de culturas, dentro do latifúndio, tem o mesmo papel: o processo secular que se desenvolve no Nordeste, por exemplo, é típico dessa simbiose. O morador, ao plantar sua ‘roça’, planta também o algodão, e o custo de reprodução da força de trabalho é a variável que torna comercializáveis ambas as mercadorias”. *Ibid.*, p. 43.

transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade.⁴⁶³

Segundo Oliveira, o processo acima descrito teve importantes conseqüências tanto no que se refere às relações entre a agricultura e indústria, quanto nas atividades agrícolas propriamente ditas. De um lado, representou um importante papel no rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbano, uma vez que impediu que crescessem os custos da produção agrícola em relação à industrial; por outro, devido ao mesmo fenômeno de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbano, acabou por possibilitar um maior incremento do número do proletariado rural disponível às culturas comerciais de realização tanto no mercado interno e quanto no externo.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado; tanto a legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural.⁴⁶⁴

Por certo, nos termos do autor esta foi a real natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola, de outro modo, ainda que a produção da agricultura tenha tido um tratamento confiscatório com vistas ao estímulo da implantação do novo padrão de acumulação urbano-industrial, foi ela compensada pelo crescimento industrial, que permitiu, como acima

⁴⁶³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 43.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, p. 45.

explicitado, a manutenção de um “padrão ‘primitivo’, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho”.⁴⁶⁵

Claro está, portanto, que a combinação de um padrão agrícola ‘primitivo’ com as novas relações de produção agropecuária beneficiou, sobretudo, o impressionante crescimento industrial e dos serviços nas cidades. Assim, essa nova configuração das relações de produção no campo forneceu, primeiramente, os enormes contingentes populacionais que formaram o “exército de reserva” nas cidades, fenômeno que, como visto, foi imprescindível à implantação da nova relação capital-trabalho necessária à ampliação das possibilidades de acumulação industrial. Posteriormente, ao fornecer os excedentes alimentícios às cidades, cujos preços baseavam-se no baixíssimo custo da reprodução da força de trabalho rural, acabou por beneficiar a acumulação industrial, uma vez que contribuiu também para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Em outras palavras, o preço da oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo da reprodução da força de trabalho rural – e o custo dos bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, que se descreverá mais adiante, tudo forçando para baixo o preço da oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro da força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial das três últimas décadas. Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira.⁴⁶⁶

Subjacente à argumentação acima exposta, está, como veremos a seguir, toda uma crítica ao modelo dualista cepalino que propugnava a existência, na economia brasileira, de uma oposição formal entre um setor “atrasado” – agricultura e serviços – e um setor “moderno” – indústria.

Primeiramente observa Oliveira que, ao contrário do que pregava Celso Furtado, um dos baluartes da teoria cepalina, no Brasil não se verificou como pudemos ver, a tão difundida idéia da inelasticidade de oferta agrícola, tese que,

⁴⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 45 e 46.

⁴⁶⁶ *Ibid.*, pp. 46 e 47.

segundo ele, fora construída a partir da realidade chilena e generalizada indevidamente para toda América Latina.

Em segundo lugar, assevera o autor que a indústria para se viabilizar nunca necessitou do mercado rural, e tanto é assim que: “instalada e promovida ao mesmo tempo que a produção de automóveis, a produção de tratores engatinhou até agora, não chegando a uma vigésima parte daquela co-irmã”.⁴⁶⁷ Isto é, para ele

a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”.⁴⁶⁸

Prosseguindo, pois, afirma ainda que, o simples fato de haver diferenças substanciais, no que concerne a produtividade da agricultura comparada com a da indústria, não possibilita que se sustente a tese do modelo dualista; “por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”⁴⁶⁹, ou seja, ao contrário de um isolamento e oposição entre esses dois pólos – o atrasado e o moderno – existem relações estruturais que são congênicas à particularidade da expansão capitalista no Brasil pós-1930.

Ainda na busca de se contrapor ao modelo cepalino, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que quando se trata de interpretar a expansão industrial pós-1930, tal corrente se vale de uma tese muito difundida: a denominada “substituição de importações”. Segundo essa tese, que já fora sucintamente discutida em nosso segundo capítulo, a crise cambial ocorrida em 1929, somada à não disponibilidade de divisas e à Segunda Guerra mundial, acabaram por bloquear o acesso aos bens importados promovendo, por sua vez, uma demanda contida “que será o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Posteriormente, adoção de uma política

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 47.

⁴⁶⁸ *Ibid.*, p. 47.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 47.

alfandegária protecionista ampliará as margens de preferência para os produtos de fabricação interna”.⁴⁷⁰

Aí estaria segundo Oliveira a raiz, para os cepalinos, tanto da formação dos pólos “atrasado” e “moderno” da economia brasileira, quanto da imposição de padrões de consumo sofisticados que, de um lado, prejudicariam a propensão para poupar e, de outro, promoveriam uma demanda reduzida forçando a indústria a “superdimensionar suas unidades, adotar técnicas *capital-intensives* diminuindo o multiplicador do emprego, trabalhar com capacidade ociosa e deprimir a relação produto/capital; a longo prazo isso redundaria numa deteriorização da taxa de lucro e da taxa de inversão e, conseqüentemente, da taxa de crescimento”.⁴⁷¹

De acordo com o sociólogo, essa concepção não se sustenta nem teórica, nem empiricamente, e isto porque, nela estariam ausentes conceitos como a *mais-valia* – relativa ou absoluta. Desse modo, mesmo que os cepalinos estivessem certos quanto à subutilização do capital nas indústrias brasileiras, sua conclusão seria equivocada, pois “a rentabilidade ou taxa de lucro podem aumentar ainda quando fisicamente o capital não seja utilizado integralmente: não somente a variável ‘mais-valia’ joga um papel fundamental nessa possibilidade, como as posições monopolísticas das empresas, elevando os preços dos produtos”.⁴⁷²

Esse tipo de interpretação pautada na noção de “substituição de importações” funda-se, como se pode facilmente inferir, numa necessidade de consumo e não de produção/acumulação. Ademais, as formas de consumo impostas parecem não ter relação “com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que perverte a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do ‘atrasado’ e do ‘moderno’”.⁴⁷³

Todavia, observa Oliveira que a história econômica brasileira pós-1930 nos demonstra uma via de industrialização bem diferente do modelo de “substituição de importações” acima descrito. A industrialização aqui sempre se deu visando prioritariamente a acumulação e não o consumo. Em outras palavras:

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 48.

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 49.

⁴⁷² *Ibid.*, p. 49.

⁴⁷³ *Ibid.*, pp. 49 e 50.

Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e de serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo da reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. No Brasil, também foi assim: começou-se a produzir internamente *em primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa.⁴⁷⁴

Segundo Oliveira, ainda que esse processo tenha desembocado em uma distribuição de renda concentrada, deslocando por isso a esfera produtiva para a fabricação bens de consumo duráveis numa etapa posterior, tal não se deve a “nenhum fetiche ou natureza de bens”, mas ao contrário, tal deslocamento se realizou, sobretudo, graças “à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação”.⁴⁷⁵ Em suma, nos dirá Oliveira: “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente”.⁴⁷⁶

Observa o autor que é fácil perceber que a mudança de orientação da economia brasileira para a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital se deu, numa segunda etapa de expansão, mais por

necessidades da produção/acumulação que do consumo: este privilegiado sempre no nível da ideologia ‘desenvolvimentista’ (análise do Grupo Cepal-BNDE que forneceu as bases para o Plano de Metas do período Kubitschek), mas é duvidoso que o melhor atendimento ao consumo fosse mais racionalmente logrado com produtos de qualidade inferior e de preços mais altos. Ainda no nível do discurso dos planos de desenvolvimento é fácil perceber que realmente a variável privilegiada é a dos *efeitos interindustriais* das novas produções, isto é, a produção e a acumulação. Pouco importa,

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 50.

⁴⁷⁵ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 50.

⁴⁷⁶ *Ibid.*, pp. 50 e 51.

para a *rationale* da acumulação, que os preços nacionais sejam mais altos que os dos produtos importados: ou melhor, *é preciso exatamente que os preços nacionais sejam mais altos*, pois ainda quando eles se transmitam interindustrialmente a outras produções e exatamente por isso elevem também a média dos preços dos demais ramos chamados “dinâmicos”, do ponto de vista da acumulação essa produção pode realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos e, por sua vez, reforça a acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com o crescimento dos salários dá um “salto de qualidade”, reforçando a tendência à concentração de renda.⁴⁷⁷

Entretanto, se os altos preços dos bens de consumo duráveis são uma necessidade para a *rationale* da acumulação brasileira, tais não podem contaminar, todavia, a manutenção da força de trabalho, ou seja, “absolutamente necessário é que os altos preços não se transmitam aos bens que formam parte do custo de reprodução da força de trabalho, o que ameaçaria a acumulação”.⁴⁷⁸

Posto o problema nesses termos, resta-nos citar uma importante passagem de Oliveira donde resume de forma clara a orientação da produção nacional no referido período

Tendo como demanda as classes altas em uma distribuição de rendas extremamente desigualitária, a produção nacional de bens de consumo duráveis, dos quais o automóvel é um arquétipo, encontra mercado e realiza sua função na acumulação tornando as unidades e os ramos fabris a ela dedicados as unidades-chave do sistema: essas não apenas estão entre as mais rentáveis e mais promissoras do setor industrial, como orientam o perfil da estrutura produtiva. Um raciocínio neoclássico-marginalista aconselharia a baixa do preço dos automóveis, por exemplo, baseado no suposto de uma alta elasticidade-renda daquela demanda: porém, como para o sistema e as empresas não é o consumo o objetivo, essa manobra apenas significaria vender mais carros sem repercussão favorável nos lucros, que poderiam até baixar.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 51.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p. 51.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 52. Convém aqui, como forma de fornecer um exemplo concreto desse fenômeno, valer-se de uma nota de Oliveira que, ainda que longa, é muito esclarecedora: “No Brasil, recentemente, assiste-se uma evolução paradoxal do ponto de vista da teoria tradicional, na produção de automóveis. A Volkswagen é a única produtora nacional de veículos de passeio que, pelo volume de vendas de um único modelo – o conhecido ‘Fusca’ -, poderia beneficiar-se de economias de escala, reduzindo, portanto, o custo de produção do seu modelo popular e, segundo a teoria convencional, ampliando o mercado. A política da Volkswagen tem sido completamente oposta a esse modelo: nos últimos anos, a empresa diversificou sua linha de produção, passando para a produção de um carro

2 – A Revolução Burguesa e a Acumulação Industrial no Brasil pós-1930: O *politicismo* de Francisco de Oliveira

Ainda que Francisco de Oliveira rejeite a teorização cepalina do subdesenvolvimento brasileiro⁴⁸⁰, defende ele, todavia, que o processo histórico da economia brasileira pós-1930 contém alguma “especificidade particular”. Ou seja, mesmo admitindo ter havido uma expansão da economia capitalista pós-1930, observa que tal “não repete nem reproduz *‘ipsis litteris’* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos” e nem tampouco “a estrutura que é seu resultado”.⁴⁸¹

Ele insiste na idéia de *expansão* da economia capitalista pós-1930, argumentando que não houve nesse período a emergência de um modo de produção capitalista no Brasil, afinal esse já era o modo de produção existente aqui; não houve, em sua opinião, mudanças nas

relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não-proprietários dos meios de produção, isto é, do ponto de vista de compradores e vendedores de força de trabalho; o sistema continua tendo por base e norte a realização do lucro.⁴⁸²

Essa noção de *expansão* da economia capitalista brasileira o leva, portanto, a explicitar um ponto essencial de sua tese, qual seja

o de que, tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema,

popular para mais de seis modelos diferentes, todos em linha ascensional de preços, buscando, justamente, competir pelo mercado das classes de altas rendas”. Cf. *Ibid.*, p. 52 (nota 15).

⁴⁸⁰ “o conceito do subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo – e não como um elo na cadeia do seqüenciamento que vai do não-desenvolvido ao desenvolvido – é uma criação cuja densidade e poder heurístico explicativo da especificidade da periferia latino-americana só foram plenamente alcançados com os trabalhos da CEPAL, e sua mais abrangente e aprofundada elaboração pelo [economista Celso Furtado]”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*, p. 109.

⁴⁸¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitorrinco*, p. 61.

⁴⁸² *Ibid.*, p. 61.

aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista fosse adverso*. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade quando *há sincronia* entre os movimentos interno e externo.⁴⁸³

Dessa forma, a possibilidade de transformação estrutural da economia brasileira pós-1930, rumo a um padrão de acumulação urbano-industrial passou a ser, segundo o autor, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*, ou como gostam de dizer os economistas – uma possibilidade endógena –, isto é, para ele ainda que o esquema da divisão internacional do trabalho *fosse adverso*, havia a possibilidade de o país se inserir autonomamente nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, uma vez que as relações de produção aqui vigentes continham *em si* a possibilidade de reestruturação global do sistema.

Nesse sentido, portanto, Oliveira se aproxima da tese furtadiana, isto é, diferentemente do que propugnava Caio Prado Junior⁴⁸⁴, acredita o autor, no mesmo diapasão do economista cepalino, que mesmo sob relações desfavoráveis com o imperialismo teria a industrialização brasileira pós-1930 o condão de completar um projeto nacional autônomo. Eis o que diz ele:

Furtado não deduz o Estado da nação ou da sociedade, nem o contrário. Trabalha as relações entre essas duas instâncias, na forma em que um economista as trabalha – a rigor, suas remissões ao Estado são sempre menos explícitas que entre os clássicos do autoritarismo [aqui o autor se refere, principalmente, a Oliveira Vianna e Alberto Torres], e em muitas de suas obras a política não passa de um epifenômeno da economia, salvo explicitamente em ‘A pré-revolução brasileira’, quando ela assume as dimensões de uma tragédia -, mas evidentemente essas relações são varridas por uma lufada de ar fresco, mediante uma forma renovada de perceber suas articulações. Desse ponto de vista, a meu ver, [Furtado] supera o obstáculo que Caio Prado Jr. não conseguiu superar, uma vez que para Furtado a industrialização completava o projeto nacional, enquanto para Caio Prado Jr. esse projeto continuaria incompleto enquanto perdurasse as

⁴⁸³ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 62.

⁴⁸⁴ Segundo Caio Prado Jr.: “É difícil imaginar, numa situação como essa, um desenvolvimento industrial, e portanto econômico em geral, que seja mais que reflexo longínquo e apagado do que vai, em matéria de progresso e desenvolvimento, pelos grandes centros do mundo contemporâneo. Não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distanciados, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros. E se isto pode ser situação aceitável para os reduzidos setores mais ou menos internacionalizados da população brasileira, não o será certamente para o restante dela, e sobretudo para o país em conjunto”. PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, p. 330.

condições de submissão ao imperialismo. Em minha opinião, Caio Prado Jr. não percebeu o que Furtado rapidamente entendeu: que a existência de Estados nacionais não é indiferente às relações com o imperialismo, e que essas relações não são uma avenida de mão única. Isto é, havia a possibilidade para uma inserção autônoma nos quadros da divisão internacional do trabalho capitalista, justamente o cavalo-de-batalha em torno do qual começou a erigir-se o edifício cepalino, com sua denúncia da deteriorização dos termos de intercâmbio como sugadora dos excedentes produzidos pelos países produtores de matérias-primas, que reinteravam permanentemente esta dependência. A industrialização teria o condão de romper com o círculo vicioso. Além disso, a teorização cepalino-furtadiana abriria as portas para a futura elaboração da teoria da dependência, na verdade uma sociologização menor da obra maior da navegação venturosa.⁴⁸⁵

Desse modo, pois, no que concerne à articulação das classes sociais internas com vistas ao aprofundamento da hegemonia do novo padrão urbano-industrial de acumulação capitalista, restava apenas “*uma questão* a ser resolvida: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresário-industriais”.⁴⁸⁶

Essa *única questão* a que se refere o autor, que pode ser sintetizada na ordinária noção de disputa pela hegemonia do poder político entre as classes dos empresário-industriais e dos proprietários rurais exclui, como se vê, o papel da classe trabalhadora nesse processo. Entretanto, tal exclusão não é ato inadvertido do autor, mas sim, consequência de sua própria concepção política que, fundada no conceito de populismo de Weffort⁴⁸⁷, deduz que as “classes trabalhadoras em geral não têm nenhuma possibilidade nessa encruzilhada”.⁴⁸⁸

Já no que se refere à determinação das relações externas na nova reconfiguração da economia brasileira com vistas ao desenvolvimento industrial, Oliveira observa uma situação mais adversa que a descrita acima, isto é, afirma o autor que, primeiramente, a crise de 1930 no sistema capitalista mundial cria um “vazio, mas não a alternativa de rearticulação” e “em seguida, a Segunda Guerra

⁴⁸⁵ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Viagem ao Olho do Furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro*, pp. 17 e 18.

⁴⁸⁶ (Grifos Nossos) OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 62.

⁴⁸⁷ Francisco C. Weffort, autor logo a frente citado por Oliveira, defende em sua obra *O Populismo na Política Brasileira* que: “Por força da clássica antecipação das ‘elites’, as massas populares permaneceram neste período [pós-1930] (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma no jogo político”. Cf. WEFFORT, Francisco Côrrea. *O Populismo na Política Brasileira*, p. 15.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 62.

Mundial continuará obstacularizando essa rearticulação e, não paradoxalmente, reativará o papel de fornecedor de matérias-primas de economias como o Brasil”.⁴⁸⁹

Segundo Oliveira, com o término da Segunda Guerra Mundial os países vencedores voltaram-se à reconstrução das economias dos ex-inimigos visando, desse modo, “frear” a crescente expansão do socialismo que já ameaçava, inclusive, os próprios países desenvolvidos e vitoriosos. Essa reconstrução, além de desviar os recursos financeiros ao centro do sistema capitalista escasseando tais provisões na periferia do sistema, também forçava um restabelecimento da antiga divisão internacional do trabalho, uma vez que:

a reconstrução das economias devastadas terá a indústria como estratégia central e o comércio de manufaturas entre as nações industriais do sistema será a condição de viabilidade da estratégia; aos países não industriais do sistema continuará cabendo, por muito tempo, dentro dessa divisão do trabalho, o papel de produtor de matérias-primas e produtor agrícolas.⁴⁹⁰

Desse modo, salienta Oliveira que, uma vez sendo adversas as condições externas para a inversão do padrão de acumulação intentado na economia brasileira pós-1930, tal possibilidade repousou tão somente na

dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora.⁴⁹¹

Nesse diapasão, portanto, será a forma política populista⁴⁹² decisiva na condução da singular revolução burguesa brasileira pós-1930, nas palavras de

⁴⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 62.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, pp. 62 e 63.

⁴⁹¹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 63.

⁴⁹² “De fato, em suas origens e antes do acabamento de seu formato por contornos de natureza politicista, a teoria do populismo teve pretensões históricas, tanto no plano analítico como em seu aroma doutrinário. Abstráidas influências e confluências com a sociologia hispano-americana (Gino Germani, Torcuato Di Tella etc.), que reforçaram seu tempero formalista, a ‘crítica do populismo’ pretendeu nada menos do que se alçar à condição de teoria do desenvolvimento brasileiro entre 1930 e 1964. Interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da ‘radicalidade proletária’, cujo teor político supunha resgatar assim da ‘diluição de classes, cuja promoção era feita, segundo análise, pela política de massas da burguesia industrial ascendente. Em verdade, a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial,

Oliveira: “Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das ‘especificidades particulares’ da expansão do sistema”.⁴⁹³

Para Oliveira, ao contrário dos casos clássicos, onde “a crise é na totalidade da economia e da sociedade”, no caso brasileiro “passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema”. Em outras palavras, como nos casos clássicos não havia, como já havia para o Brasil pós-1930, a possibilidade de se abastecer em um sistema externo de bens de capital – forças produtivas – para a expansão do capitalismo, assim tinham essas burguesias centrais que produzir esses bens de capital, sob pena de se travar a “expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias”⁴⁹⁴. Para isso, necessária era uma ruptura total, em todos os planos, com as classes proprietárias rurais, uma vez que essas detinham a hegemonia absoluta, paralisando qualquer desenvolvimento produtivo.

No caso brasileiro, diversamente do caso clássico acima descrito, considera Oliveira que a ruptura das novas classes burguesas empresário-industriais com as classes proprietárias rurais não se deu em todos os níveis, não foi total, pois, segundo ele:

Aqui, as classes proprietárias rurais são parcialmente hegemônicas, no sentido de manter o controle das relações externas da economia, que lhes propiciava a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado para o tipo de economia primário-exportadora.⁴⁹⁵

Oliveira nota que com a crise capitalista mundial de 1930, houve um colapso nas relações externas controladas pelos proprietários rurais, desembocando a hegemonia dessa classe, que já era parcial, no que o autor denomina de *vácuo*.

É nesse *vácuo* de hegemonia que, segundo Oliveira, estavam “as condições necessárias mais não suficientes” para se “encontrar um novo modo de acumulação

munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos-ideais”. CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Sucessão/III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*, pp. 249 e 250.

⁴⁹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 63.

⁴⁹⁴ *Ibid.*, p. 63.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 64.

que substitua o acesso externo da economia primário exportadora”⁴⁹⁶. Condições necessárias, mas não suficientes, devido ao fato de que essa nova possibilidade de inversão do padrão de acumulação brasileiro pós-1930 rumo ao padrão urbano-industrial não se deu, para o autor, de forma automática, mas exigiu antes uma *adequação* das relações de produção.

Seria o populismo, portanto, “a larga operação dessa adequação”, ou seja, para Oliveira o populismo

começa por estabelecer a forma de junção do ‘arcaico’ e do ‘novo’, corporativista como se tem assinalado cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso.⁴⁹⁷

Segundo o sociólogo, a legislação trabalhista que criou de um lado as condições para a acumulação industrial⁴⁹⁸, acabou por promover, por outro, um pacto de classes, isto é, “a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort, é a cumeieira de um *pacto de classes*⁴⁹⁹”; pacto no qual

a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o ‘boom’ dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta à situação pré-anos 1930.⁵⁰⁰

Nesse período, portanto, assiste-se segundo o autor um rol de políticas aparentemente contraditórias. Ao mesmo tempo em que se incentiva a empresa industrial, a fim de transformá-la no setor chave da economia; penaliza-se a empresa

⁴⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista – O Ornitórrinco*, p. 64.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 64.

⁴⁹⁸ Verificar a denominada “regulamentação dos fatores” exposta por Francisco de Oliveira no livro *Crítica a Razão Dualista*. Cf. *Ibid.*, p. 36 a 40.

⁴⁹⁹ Weffort, em sua acepção *politicista* do processo histórico brasileiro, assim afirma: “Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso, até entre grupos políticos mais antagônicos, que evitasse a radicalização do processo político e seu encaminhamento para soluções surpreendentes”. Cf. WEFFORT, Francisco Côrrea. *O Populismo na Política Brasileira*, p.15.

⁵⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op. cit.*, p. 64.

agro-exportadora, mas num nível suportável que não a inviabilize, afinal é a exportação de produtos primários que geram divisas⁵⁰¹ para a manutenção da capacidade importadora do sistema.

Oliveira observa que esse processo de inversão do padrão de acumulação com vistas à hegemonia das classes burguesas empresário-industriais se deu, constantemente, sob condições externas adversas⁵⁰². Assim sendo, essa burguesia industrial, devido a requisitos estruturais⁵⁰³, não poderia excluir totalmente “as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema”, tanto que a “legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de ‘acumulação primitiva’ extremamente adequado para a expansão global”.⁵⁰⁴

Aqui cabe um questionamento pertinente: como vimos, Oliveira afirma que a ascendente burguesia empresário-industrial, por meio da legislação trabalhista, estabeleceu um pacto com a classe trabalhadora visando, com isso, liquidar as antigas classes de proprietários rurais do poder político. Logo após, Oliveira demonstra ter a burguesia empresário-industrial consciência, até mesmo devido às adversas condições externas, de sua dependência estrutural⁵⁰⁵ para com essas mesmas classes de proprietários rurais, tanto é assim, que elas não foram *liquidadas*, não foram excluídas nem da estrutura do poder, nem dos ganhos da expansão do sistema.

Ora, é patente a contradição nos termos apresentados pelo autor, isto é, não seria coerente a classe burguesa empresário-industrial estabelecer um pacto com a

⁵⁰¹ Ver o denominado Confisco Cambial tratado mais detidamente por Oliveira no livro *A Economia da Dependência Imperfeita*. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 79 e 80.

⁵⁰² Observe que Oliveira está aqui reforçando a sua tese, exposta acima, de que “as relações de produção vigentes [pós-1930] continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso”. Cf. OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003, p. 62.

⁵⁰³ Os requisitos estruturais compreendem as funções que a produção primária cumpre para a inversão do modo de acumulação que tem por chave do sistema o setor urbano-industrial, ou seja, a produção agro-exportadora é responsável, externamente, pela geração das divisas necessárias à importação de bens de capital imprescindíveis à industrialização, enquanto que, internamente, essa produção (agro-pecuária) cumpre um importante papel – o de garantir a manutenção do baixo custo da reprodução da força-de-trabalho na cidade, por meio do que Oliveira denomina “acumulação-primitiva” - expansão horizontal do emprego da força de trabalho e ampliação extensiva das áreas cultiváveis.

⁵⁰⁴ OLIVEIRA, Francisco M. C. Op. cit., p. 65.

⁵⁰⁵ Vide os acima citados “requisitos estruturais”. (Cf. nota 503)

classe trabalhadora tendo em vista aniquilar as antigas classes de proprietários rurais se, de antemão, reconhecesse sua dependência estrutural para com essas mesmas classes. Em outras palavras: porque teria a classe burguesa industrial estabelecido um pacto com a classe trabalhadora visando liquidar a classe de proprietários rurais, se tinha por intenção e cálculo estabelecer um “pacto estrutural”⁵⁰⁶ com essas antigas classes?

Com efeito, nos diria Chasin

Essa mera agregação “factual”, epidermicamente incoerente na forma em que é enlaçada, entretanto, é muito mais do que uma eventual contradição nos termos. Além de exemplar quanto à forma de seus procedimentos metodológicos, é através desse pano de fundo mal-cosido que a teoria do populismo assenta a base e os contornos de suas teses mais caras. Operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo fica às voltas com a “anomalia” do quadro brasileiro. Se a burguesia industrial tem de admitir o condomínio de poder, um poder afinal que é um vácuo político, e assim mesmo a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque está em curso uma grande artimanha.⁵⁰⁷

O acima denominado ‘pacto estrutural’, celebrado entre a nova classe burguesa de empresário-industriais e a antiga classe de proprietários rurais, preservará segundo Oliveira “modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino”.⁵⁰⁸

Assim sendo, pode-se identificar segundo o autor duas “especificidades particulares” do modelo brasileiro: A primeira consubstancia-se na constante expansão da população rural – ainda que tenha sua participação declinante no conjunto total da população –, reproduzindo com isso formas “não-capitalistas” no campo e impedindo, conseqüentemente, a penetração de formas “nitidamente capitalistas”. Já a segunda refere-se a

⁵⁰⁶ Pacto estabelecido entre a classe burguesa empresário-industrial e a antiga classe de proprietários rurais promovendo, como veremos a seguir, uma junção não antagônica de modos distintos de acumulação (arcaico e moderno).

⁵⁰⁷ CHASIN, J. *A Sucessão na Crise e a Crise na Sucessão/III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão*, pp. 250 e 251.

⁵⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 65.

estruturação da economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão (...) da incapacidade ou não de o Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a conseqüente ‘inchação’ ou adequação do tamanho do terciário.⁵⁰⁹

Oliveira volta-se, então, à análise de um importante elemento que seria estrutural de nosso particular modo de produção – o escravismo –. Argumenta o autor que, o escravismo constituía-se em obstáculo à industrialização brasileira, uma vez que a reprodução do escravo entrava como custo interno da produção. Desse modo, portanto, a industrialização brasileira “significará, desde então, a tentativa de ‘expulsar’ o custo da reprodução do escravo do custo de produção”⁵¹⁰, ou seja, contrariamente aos casos clássicos, que apenas precisavam “absorver sua periferia”, no caso brasileiro essa periferia precisava ser criada e, para tanto, deveria ser criada todo um rol de instituições, tal como a legislação trabalhista por exemplo, que teriam o condão de expulsar o custo da reprodução da força-de-trabalho de dentro das empresas industriais.⁵¹¹

Outra especificidade particular observada por Oliveira, refere-se ao nosso particular processo de industrialização. Ou seja, sendo a industrialização brasileira tardia, sua acumulação passa a ser “potencializada pelo fato de se dispor, em nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de ‘trabalho morto’ que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que iniciaram o processo de industrialização recentemente”, isto é, em nosso processo de industrialização pós-1930 houve, segundo Oliveira uma *queima de várias etapas*, dentre as quais a mais importante foi a de não ter o capital de esperar “que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho”.⁵¹²

⁵⁰⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 65.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p. 66.

⁵¹¹ “As instituições do período pós-1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça-chave, destinam-se a ‘expulsar’ o custo da reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais (recorde-se todo o padrão de industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa que dedicará toda sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita”. *Ibid.*, p. 66.

⁵¹² *Ibid.*, p. 67.

Desse modo, portanto, essa *queima das várias etapas* – que induz pelo aumento da produtividade do trabalho um maior rendimento do capital sem a contrapartida equivalente no salário –, somada aos novos dispositivos da relação capital/trabalho, surgidos com o advento da legislação trabalhista, multiplica

a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural –, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos do trabalho.⁵¹³

Contudo, se por um lado a importação de bens de capital pela indústria brasileira *queima várias etapas* como descrito; por outro, significa que reduz “o circuito de realização interna de capital”⁵¹⁴ afetando, conseqüentemente, um dos mais importantes multiplicadores reais de inversão, qual seja – o emprego direto e indireto. Desse modo, assevera Oliveira, a “razão histórica da industrialização tardia converte-se numa razão estrutural, dando ao setor Secundário e à indústria participações desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego”.⁵¹⁵

Nesse diapasão, cabe reconhecer também que a dimensão – inchada⁵¹⁶ - do Terciário explicita, tal como as dimensões desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego do setor Secundário, “razões históricas e outras estruturais, que explicariam uma ‘especificidade particular’ da expansão capitalista no Brasil”.⁵¹⁷ Isto é, para uma industrialização tardia tal como se deu no Brasil, necessário a existência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, devido inclusive à contemporaneidade das indústrias. No entanto, essa exigência, de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, “choca-se contra a exigüidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços”.⁵¹⁸

⁵¹³ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 67.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p. 67.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 67.

⁵¹⁶ Termo utilizado pelo pensamento dual-estruturalista para se referir a uma “patologia” do setor Terciário que caracterizaria um obstáculo ao desenvolvimento do país.

⁵¹⁷ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Op. cit.*, p. 67.

⁵¹⁸ *Ibid.*, pp. 67 e 68.

Ora, como então resolver esse problema, como satisfazer a exigência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho sem recursos suficientes?

A solução encontrada, que pode ser facilmente notada pela grande dimensão do Terciário foi consubstanciada no crescimento dos serviços de forma horizontal

sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de 'pôr fora' dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços.⁵¹⁹

Tanto é assim que, tal como observa Oliveira, não há em toda legislação desse período qualquer disposição que visasse gerar, por meio de concessão prioritária de crédito, isenção para importação de equipamentos, concessão de incentivos fiscais, disposições de natureza tarifária, uma maior capitalização no setor de serviços.

Em outras palavras, a reestruturação do padrão de acumulação nesse período operou na perspectiva de que o setor de serviços poderia atuar satisfatoriamente com exígua capitalização, ou melhor "os serviços 'não apenas podiam como deveriam' ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata".⁵²⁰

Vale ressaltar ainda mais uma importante determinante da mencionada *inchação* do setor terciário. A forma particular de expansão industrial no Brasil e a adrede desigualdade na distribuição dos ganhos de produtividade entre lucros e salários "pôs em movimento um outro acelerador do crescimento dos serviços, tanto de produção como os de consumo pessoal"⁵²¹, isto é, com a própria expansão industrial e, conseqüentemente, com a expansão urbana, necessário foi a criação de um diversificado rol de serviços (mercearias, lojas, oficinas de reparos, salões de serviços pessoais) com vistas a atender essas novas populações, de baixo poder aquisitivo, nucleadas nos subúrbios nascentes. Será, portanto, o baixo salário dessas populações que determinarão o nível de ganho – também baixo – desses

⁵¹⁹ OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 68.

⁵²⁰ *Ibid.*, p. 68.

⁵²¹ *Ibid.*, p. 68.

pseudo-proprietários, operação que garantia, por sua vez, um baixo custo de comercialização de produtos industriais – estimulando indiretamente esse setor – uma vez que também eram esse pseudo-proprietários os responsáveis pela comercialização de grande parte da produção industrial para esse tipo de mercado.

Importante consignar ainda que, conforme o autor, é “possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria”.⁵²² Contudo, a implantação de novas relações de produção no setor chave da economia brasileira tendia, por decorrência de razões históricas que depois se transformaram em estruturais, a perpetuar relações não-capitalistas na agricultura e no setor de serviços, ou melhor, a “especificidade particular” do modelo de *expansão* da economia brasileira pós-1930 consiste segundo ele

em reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.⁵²³

3 – Processo de Acumulação Industrial no Brasil de 1930 à meados dos anos 1950

Até a primeira metade dos anos 50, sob o governo Vargas, vigia um padrão de acumulação que se fundava na intenção de uma expansão do setor de bens de produção “que poderia – atente-se para o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis”.⁵²⁴

⁵²² OLIVEIRA, Francisco M. C. *Crítica a Razão Dualista*, p. 69.

⁵²³ *Ibid.*, p. 69.

⁵²⁴ *Ibid.*, p. 77. Para que prossigamos nossa análise, necessário é entendermos, *grasso modo*, o esquema da reprodução ampliada de Marx (Capital, V. II – “A reprodução e circulação do capital social em conjunto”). Para Marx a reprodução ampliada deve ser estudada a partir de relações entre dois departamentos, quais sejam: o produtor de bens de produção e bens intermediários (Departamento I) e o produtor de bens de consumo (Departamento II). Há, contudo, uma outra divisão feita posteriormente pelos analistas, mas que se funda na reprodução ampliada de Marx, em que se

Ou seja, até meados dos anos 50 é vasta a gama de empreendimentos de caráter estatal, materializados pela criação da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, na tentativa de implantação da Companhia Nacional da Álcalis, no projeto da Eletrobrás e no funcionamento da Companhia do Vale do Rio Doce⁵²⁵. Entretanto, como atenta Oliveira, este padrão de acumulação eivado de uma ampla atividade estatal, e que foi parcialmente realizado, não se deu por acaso, isto é

Não surgiu de ‘conspirações assessoriais’, e nem sequer de uma ideologia nacionalista exacerbada: hoje, é fato conhecido que a ditadura Vargas propôs ao capital norte-americano a implantação do que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional; e, se a forma da tomada de decisões prévias revestiu-se de sigilo, nascendo ou passando por instâncias das próprias Forças Armadas – o caso da luta do Gen. Horta Barbosa no Estado-Maior do Exército pela criação do monopólio estatal do petróleo -, isto se deveu muito mais ao caráter ditatorial do regime do Estado Novo do que uma suposta casta burocrata que fazia as vezes de ‘consciência’ da burguesia nacional⁵²⁶

A citação acima demonstra mais uma vez o caráter débil de nossa burguesia nacional. Claro é que esta intenção de ‘nacionalização’ de nossa economia não nasceu devido uma atuação consciente da burguesia nacional, nasceu consentânea à particularidade histórica do país, no seio de um regime ditatorial, nasceu do caráter autocrático que permeia todo processo histórico brasileiro.

Oliveira observa que o surgimento dos projetos “nacionalizantes” até meados dos anos 50 obedeceu a possibilidades reais/concretas, advindas do contexto histórico que passava o mundo neste período.

Isso porque, admite que, “a ruptura entre economia nacional e o capitalismo internacional deflagrada pela Grande Recessão”⁵²⁷ promoveu a possibilidade de abertura de um “espaço econômico por onde se afirmou a expansão industrial, cortados durante toda a República Velha pela hegemonia do café”.⁵²⁸ Assim sendo, contrariamente à recessão que assolava as economias industriais centrais, devido à

introduz um novo departamento (Departamento III) que seria aquele correspondente à produção de bens de consumo para os capitalistas, isto é, bens de consumo duráveis.

⁵²⁵ Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 77.

⁵²⁶ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 78.

⁵²⁷ *Ibid.*, p. 78.

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 77.

crise cambial e a eclosão da Segunda Grande Guerra, no Brasil verificavam-se taxas de crescimento industrial na ordem de 11% ao ano, impulsionadas inclusive, pela impossibilidade “de abastecer-se, para a sua expansão, no exterior, de bens de capital e de bens de produção”.⁵²⁹

Destaque-se que este crescimento industrial, esta implantação de projetos estatais de base só foi possível devido aos países imperialistas estarem em recessão e voltados à economia de guerra, pois, sendo esta configuração histórica diversa, a economia brasileira, tanto no âmbito estatal como privado-burguês, talvez não teria “pernas” para este peculiar desempenho produtivo.

Importante observarmos ainda outra fundamental determinante quanto à natureza do padrão de acumulação praticado em nossa economia até meados de 1950. Esta se refere à forma de financiamento da acumulação de capital que, segundo Oliveira, assentava-se em três formas:

1º - A “manutenção da política cambial⁵³⁰ e de sua filha primogênita que era a política do confisco cambial⁵³¹, tentando-se utilizar o mecanismo da transferência de excedentes do setor agroexportador para o setor industrial”.⁵³²

2º – A “nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores produtores de bens intermediários: essa nacionalização realizava o processo do financiamento interno do Departamento I, enquanto a

⁵²⁹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 78 e 79.

⁵³⁰ (Grifos nossos) Aqui cabe um esclarecimento. Um nível “ótimo” do excedente da agroexportação, que garantia que uma parte deste excedente fosse transferida pelo Estado ao setor industrial, se manteve graças à política cambial que, nesta época, apresentava-se imóvel. Resumindo. O governo por meio desta política cambial fixa proporcionava uma paridade do cruzeiro em um patamar que estimulava às exportações, contribuindo conseqüentemente, para um aumento do excedente produzido neste setor exportador. “Entre 1950 e 1953 a taxa do dólar permaneceu fixa em Cr\$ 18,72 e a taxa da libra esterlina em Cr\$ 55,42” Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 81.

⁵³¹ (Grifos nossos) O excedente formado na agroexportação, tendo como um dos fatores a já acima descrita política cambial, tem de ser transferido ao setor industrial pelo Estado. Tanto é assim, que Oliveira chama atenção para a política do confisco cambial deste período, isto é, o Estado confisca [v. t. 1. Apreender em proveito do fisco. 2. apossar-se de, como em caso em caso de confisco] parte deste excedente em formas fiscais (imposto sobre exportação, por exemplo) e assim tem parte deste excedente em mãos para transferir ao setor industrial por meios de estímulos que serão abordados posteriormente abaixo. Em termos simples: “Quantia retida pelo governo brasileiro do montante de dólares obtidos pelos exportadores de certos produtos, em suas transações com o exterior. O confisco cambial foi aplicado pela primeira vez em 1953, nas exportações de café, com o objetivo de controlar o preço do produto no mercado internacional e fornecer divisas ao governo para o financiamento de outras atividades, especialmente a indústria. Em certas ocasiões, esse confisco também é aplicado às exportações de açúcar, soja e outros produtos, sobretudo quando eles atingem elevadas cotações no exterior”. SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*, p. 68.

⁵³² OLIVEIRA Francisco M. C. Op.cit., p. 79.

política cambial realizava o processo do financiamento interno e externo nos dois departamentos”.⁵³³

3º – A “contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados”.⁵³⁴

Quanto às considerações sobre a primeira forma de financiamento da acumulação, pode-se observar uma contradição imanente apontada por Oliveira. É por meio do excedente da agroexportação, principalmente cafeeira, que o país conseguia divisas, meios para cumprir os pagamentos internacionais, “indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos”.⁵³⁵ Contudo, é também por meio da política de câmbio, e do denominado confisco cambial das agroexportações que o Estado, nesta época, conseguia divisas para transferi-las ao impulso do setor industrial. Ora, se este confisco cambial ultrapassasse um determinado limite, ameaçando, portanto, tanto o lucro dos agroexportadores, quanto a competitividade das *commodities* brasileiras no exterior, obvio é que estas exportações diminuiriam e, conseqüentemente, o país teria menos divisas para saldar os pagamentos internacionais, estrangulando assim, a crescente industrialização que dependia de importações.

Perguntarão alguns então, sobre o porquê de não ter o Estado optado por uma possível alternativa a esta contradição, isto é, deixado às agroexportações apenas a tarefa de garantir os pagamentos internacionais por um lado, e, por outro promovendo uma alteração de sua conservadora política fiscal, criando por sua vez uma “que captasse a fração do excedente necessário para financiar sua estratégia de acumulação, o que significaria apenas recuperar para o Estado uma fração dos aumentos de produtividade que eram transmitidos, gerados e apropriados pelo setor privado, e que, na ausência de uma política fiscal progressista, transformaram-se em poderosa fonte de acumulação de lucros não taxados”.⁵³⁶

Oliveira, valendo-se da referência conceitual da teoria do populismo, responde:

⁵³³ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 79.

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 79.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 81.

⁵³⁶ *Ibid.*, p. 81 e 82.

o caráter político peculiar do pacto populista, no que diz respeito à aliança com as classes dominantes, imobilizava o Estado para realizar essa reforma fiscal, com o que o financiamento interno da acumulação de capital nas empresas estatais se inviabilizava por completo. Por outro lado, o próprio pacto populista, já no que se refere à aliança com os assalariados, impediu a utilização da inflação como fonte de recursos, tal como iria se dar no período seguinte.⁵³⁷

Quanto a segunda forma de financiamento da acumulação neste período, verifica-se claramente que era “posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento”⁵³⁸ uma vez que, se o Departamento I (bens de produção) tinha presença maciça do Estado, principalmente no sub-ramo dos bens intermediários (chapas de ferro, aço, etc.) certo era seu financiamento interno, e não só; por meio da política cambial e do confisco cambial, o Estado, tanto externa como internamente, financiava o Departamento I como também o Departamento II (bens de consumo), sem a necessidade de recorrer ao financiamento externo.

Por fim, quanto à terceira forma de financiamento da acumulação no período estudado, pode-se concluir que, para que o Estado contivesse o salário real dos trabalhadores, sem que o poder de compra destes fosse prejudicado, necessário era que houvesse um subsídio à produção dos bens de consumo (Departamento II), isto é, deveriam ser produzidos bens e serviços abaixo do custo de produção, “transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados”,⁵³⁹ financiando assim, de forma indireta, a produção industrial nacional. Isso porque com o barateamento da ‘manutenção da vida’ do trabalhador, possível era que com a estagnação ou mesmo aumentos irrisórios do salário, este trabalhador conseguisse ter um razoável poder de compra, enquanto que, por outro lado, a indústria brasileira se beneficiando deste subsídio, deste barateamento estatal da força de trabalho, proporcionava por meio de mais investimentos, aumentos cada vez maiores de produtividade do trabalho.⁵⁴⁰

⁵³⁷ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 82.

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 79.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 79.

⁵⁴⁰ “É de se supor que em 1951 a produtividade do trabalho tenha crescido a uma taxa superior à dos salários médios na indústria. Entre janeiro de 1952 e junho de 1954, é provável que se tenha verificado uma distribuição, na melhor das hipóteses, eqüitativa dos ganhos de produtividades aos assalariados, tendência esta que se inverte por completo entre 1955 e 1962, quando o salário real

Oliveira, resumindo essa forma de financiamento da acumulação, assim afirma:

a estratégia da expansão fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor produtor dos bens de produção, o que implicava no virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria. Sob certos aspectos, essa estratégia de industrialização parece-se muito com o modelo Dobb para a primeira fase da expansão da economia soviética; essa semelhança é apenas teórica, já que nunca esteve, nem na ideologia nem na prática dos grupos dominantes de então, qualquer veleidade socializante.⁵⁴¹

Entretanto, Oliveira atenta que o financiamento consubstanciado na contenção real dos salários dos trabalhadores aumentou apenas os lucros das empresas privadas, não se transformando “em toda sua potencialidade, em mecanismo da estratégia de acumulação assim definida”.⁵⁴² Tanto é assim, que a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BND) que tinha seus recursos advindos de um adicional ao imposto de renda, era no fundo uma tentativa de promover a famigerada reforma fiscal, que estava impossibilitada pelo pacto populista, era, pois, uma tentativa velada de taxar os “lucros extraordinários que o setor privado realizava às expensas dos trabalhadores e das empresas estatais”⁵⁴³. Contudo, o BND teve que “recorrer predominantemente aos recursos do Tesouro Federal e enveredar pela política do endividamento externo, até então recusada.”⁵⁴⁴

Conforme o autor, este padrão de acumulação que até a metade dos anos 50, tinha a clara intenção de ampliar a produção no setor de bens de produção (Departamento I) não chegou a se concretizar totalmente. Posteriormente, na gestão liberal do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, o padrão de acumulação já se

médio da indústria de transformação cresceu 12,3%, enquanto a produtividade experimentou um crescimento de 72,8%”. CAUDAL, A. *A Industrialização Brasileira: Diagnóstico e Perspectiva*. Apud. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 79 e 80 (nota 5).

⁵⁴¹ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 80.

⁵⁴² *Ibid.*, p. 82.

⁵⁴³ *Ibid.*, p. 82.

⁵⁴⁴ *Ibid.*, p. 82.

distingue radicalmente do anterior, sendo no “Plano de Metas” do governo de Juscelino sua mudança definitiva⁵⁴⁵.

4 – Plano de Metas do Período JK: As Pré-Condições da Crise de 1964

Oliveira sustenta a tese de que não se pode compreender o perfil da economia brasileira em fins de 1970 “senão tomando-se como referência básica a segunda metade dos anos cinqüenta, como os problemas emergem hoje na primeira linha da pauta do futuro comportamento da economia nacional são, rigorosamente, os sinais do esgotamento do padrão de acumulação ali iniciado ou ampliado, se se quer relativizar a questão”⁵⁴⁶, isto é, deve-se compreender o padrão de acumulação que teve suas bases fincadas pelo chamado “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek.

O governo Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalista brasileira com seu programa “cinqüenta anos em cinco”, convertendo definitivamente o setor industrial em setor-chave do sistema. Nesse período, o Estado promoveu um rol de obras públicas com vistas a essa conversão mantendo, dessa forma, uma política fiscal conservadora cuja conseqüência acarretou no aumento de sua dívida interna.⁵⁴⁷

Na análise de Oliveira, a adversidade econômica externa do período resultou em quase nenhum financiamento de governo a governo, tendo o Estado brasileiro, nessas circunstâncias, de recorrer ao endividamento externo privado, de prazos curtos, o que gerou pressões sobre a balança de pagamentos numa época de nula elasticidade das exportações.⁵⁴⁸

Observa ainda, ter havido um impressionante crescimento da economia brasileira nos anos Kubitschek (o coeficiente de inversão – relação entre formação de capital e o produto bruto – se elevou de um índice 100 no qüinqüênio anterior para um índice 122 – cerca de 1/4), perguntando-se: “Como se financiou tal

⁵⁴⁵ Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 82.

⁵⁴⁶ *Ibid.*, p. 76.

⁵⁴⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, pp. 71 e 72

⁵⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 72 e 73.

crescimento, como se compatibilizou esse esforço de crescimento com os limites pobres de nossa acumulação de bases nacionais?”⁵⁴⁹

A solução, segundo Oliveira, se daria por duas vertentes: de um lado a associação com o capital estrangeiro, não tanto por sua contribuição quantitativa – não passou de 5% da poupança nacional –, mas sobretudo pelo fornecimento de tecnologia – acumulação prévia, Know how. O Estado não entrou como comprador de tecnologia para repassar ao setor privado nacional, esse último se associou ao capital estrangeiro para adquirir essa tecnologia. Em outras palavras: “os ‘cinquenta anos em cinco’ não podiam ser logrados sem o recurso ao capital estrangeiro”.⁵⁵⁰

Para Oliveira

não há dúvidas que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo desta.⁵⁵¹

Todavia, coerente com sua interpretação *politicista*, cuja expressão é a teoria do populismo, afirma que:

o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras, com a crise dos anos 1930, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação – como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo periférico – como crescimento; este, que se deu no Brasil, pôde se concretizar porque do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno.⁵⁵²

⁵⁴⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 73.

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 73

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 74.

⁵⁵² *Ibid.*, p. 74.

Desse modo, portanto,

o importante para a tese que aqui se espousa é que tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira; para tanto, o processo de reprodução do capital que viabilizava aqueles desideratos exigia uma aceleração da acumulação que concretamente tomava as formas do elenco de indústrias prioritárias.⁵⁵³

Para Oliveira, o recorrer ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que traz novas forças ao processo de acumulação brasileira, também significou novos problemas à continuidade da expansão, isto é

Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, *de per sí*, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração de renda. A acumulação dá, aí, um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia, isto é, 'trabalho moto externo, potencializa enormemente a reprodução do capital.⁵⁵⁴

O autor destaca ainda o fato de que sem essa associação com o capital estrangeiro não poderia o Brasil pensar no crescimento econômico nesse período, e isto porque

ela era absolutamente indispensável ao processo de reprodução do capital, pois a pobre base de acumulação nitidamente capitalística da economia brasileira não poderia realizar essa tarefa; pode-se pensar que, assim como o estado atuou deliberadamente no sentido de privilegiar o capital, poderia ter atuado transferindo tecnologia para as empresas de capital nacional. Tal não ocorreu, mas uma explicação meramente *ex post* não é suficientemente para esgotar o assunto. É preciso pensar que a figura de um Estado onipresente nunca foi pensada, nem era da perspectiva ideológica do empresariado industrial nacional. Não se encontra nenhuma disposição tendente a propiciar a transferência de tecnologia para empresas nacionais que tivessem a intermediação do Estado. Inclusive as políticas científica e tecnológica de

⁵⁵³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 75.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 75.

instituições como as universidades eram completamente desligadas da problemática mais imediata da acumulação de capital.⁵⁵⁵

Além da associação com o capital estrangeiro, também outra vertente concorreu fundamentalmente para o esforço de acumulação: “a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação”⁵⁵⁶, ou seja, “o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação”⁵⁵⁷.

Assim sendo, Oliveira, utilizando-se de dados do estudo de Souza⁵⁵⁸, afirma que:

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que os 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos (pois dos dados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no Estado mais industrializado o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que 1964! Além disso, podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolongará até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deteriorização do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart.⁵⁵⁹

Claro está que, opondo-se frontalmente a ardilosa “teoria do bolo” propugnada pelo economista liberal Delfim Netto, Oliveira demonstra uma vez mais que “a aceleração da inversão a partir do período Kubitchek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para a sua viabilização, um aumento na taxa de exploração da força de trabalho”.⁵⁶⁰

⁵⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 77.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁵⁷ *Ibid.*, p. 78.

⁵⁵⁸ SOUZA, Alberto Mello. *Efeitos econômicos do salário mínimo*. Apud. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 79.

⁵⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 78.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 84.

Com efeito, “a intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando”⁵⁶¹, ou seja:

A não ser no ano de 1963, quando a economia já entrava em crise, o crescimento do produto real do setor industrial superou sempre e largamente a taxa de absorção de mão-de-obra pela indústria e, comparado à evolução do salário mínimo real em São Paulo e Guanabara, constata-se perfeitamente um crescente diferencial entre as duas variáveis.⁵⁶²

Apresentadas algumas determinantes da implantação do novo padrão de acumulação iniciado com o governo de Kubitschek, Oliveira propõe a seguinte questão:

Como o governo Kubitschek, aparentemente montado sobre a mesma correlação de forças políticas [do período anterior], pode dar uma guinada tão radical que, a médio prazo, significaria não somente uma mudança no padrão de acumulação da economia, mas uma redefinição do papel do Estado e das relações deste com a sociedade civil, terminando por liquidar a própria correlação de forças políticas que era a sua base?⁵⁶³

Realmente, como alerta Oliveira, tal questão não tem resposta fácil, porém, o autor tenta esclarecer com base em três ordens de fatores, consciente de que tais não esgotam o entendimento da matéria.

O primeiro fator apontado é o grau de excedente formado nas mãos do setor privado da economia, excedente materializado pela persecução de um padrão de acumulação vigente até meados dos anos 1950. Resumindo: “salários reais praticamente constantes e aumentos da produtividade logrados no chamado setor produtivo estatal e transferidos ao setor privado, eis a fórmula da incipiente concentração”.⁵⁶⁴

⁵⁶¹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 78.

⁵⁶² *Ibid.*, p. 83.

⁵⁶³ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 82 e 83.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 83.

Assim, com essa “fantasmagórica” acumulação no setor privado, verificava-se uma mudança no perfil da demanda, isto é, a existência de uma “demanda reprimida”⁵⁶⁵, de uma demanda de ávidos capitalistas prontos a gastarem ‘seu’ dinheirinho; que viria a ser a base do denominado “Plano de Metas”.

Já como segundo fator, atenta o autor para uma redefinição da divisão internacional do trabalho entre os países dependentes e centrais, que após a recuperação europeia do pós-guerra repousava sob novas bases:

agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção.⁵⁶⁶

Por fim, quanto ao terceiro fator, Oliveira, coerente com sua concepção *politicista*, observa que o pacto populista havia promovido nas classes populares uma espécie de fetichização do Estado a tal ponto, que conferia a este a possibilidade de uma aliança em prol de uma política denominada “nacionalismo de Estado” em que “as empresas estatais seguiriam no seu papel de potenciador da acumulação privada sem questionamentos classistas partidos de baixo”.⁵⁶⁷

Portanto, todos estes fatores promoviam uma possibilidade concreta de mudança do padrão de acumulação, padrão que agora, ao contrário do período anterior em que se centrava na produção de bens de produção (Departamento I), tinha a partir de então clara intenção de se centrar na produção de bens de produção de bens duráveis (Departamento III).

De certa forma, este novo padrão de acumulação era assegurado pela denominada ‘demanda reprimida’ e não só; de “outro ponto de vista, a existência de um Departamento III numa economia como a brasileira, em que não apenas não se

⁵⁶⁵ Termo construído pela análise do Grupo Misto BNDE-CEPAL em 1954. Grupo que identificava a existência de uma demanda nova que poderia ser explorada pela criação de um Departamento III (bens duráveis). Cf. OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 84.

⁵⁶⁶ *Ibid.*, p. 83.

⁵⁶⁷ *Ibid.*, pp. 83 e 84.

havia esgotado o amplo reservatório de mão-de-obra como o próprio processo de expansão estava ampliando-o”⁵⁶⁸ estimulava sua implantação.

Entretanto, assevera Oliveira, este novo padrão de acumulação intencionado, tinha todos os indicativos de uma inviabilidade, isto porque, atentando-se para a relação entre o desenvolvimento do Departamento I (bens de produção) no Brasil até este período, com a implantação do denominado Departamento III (bens de consumo duráveis) podia-se identificar um ponto de estrangulamento, qual seja; o de não ter o Departamento I brasileiro condições de oferecer bens de produção suficientes às exigências do Departamento III, tendo, portanto, o Departamento III de recorrer a crescentes importações destes bens. Em poucos termos:

Historicamente, o Departamento I da economia nacional – como, de resto, de qualquer outra economia dependente – situa-se fora do circuito interno da acumulação: situa-se no interior das economias centrais e, nas economias dependentes, são as exportações, sobretudo primárias, que cumprem o papel de financiar as compras de bens de produção. Este tipo de relação, como é óbvio, exporta também o estímulo à produção de bens de produção.⁵⁶⁹

Como se vê, esta intenção de se implantar o Departamento III, de se promover uma nova espécie de padrão de acumulação tinha, devido às relações entre o incipiente Departamento I brasileiro e a crescente avidez por bens de produção do Departamento III, o ponto de estrangulamento exatamente nas exportações primárias brasileiras. Porém, estas exportações, por sua característica inerente, possuíam uma “relativa inelasticidade de crescimento”⁵⁷⁰ proporcionando assim, um entrave difícil de ser solucionado.

Contudo, se difícil é para nós pensarmos em uma solução viável, fácil foi para a burguesia caudatária e para os neoliberais de gabinete. “A solução encontrada – que, diga-se de passagem, não corresponde nem de longe a imposições automáticas, mas revela claras opções de política – foi o recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, **capital de risco**⁵⁷¹”.⁵⁷²

⁵⁶⁸ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 84.

⁵⁶⁹ *Ibid.*, pp. 84 e 85.

⁵⁷⁰ *Ibid.*, p. 85.

⁵⁷¹ (Grifos nossos) “Capital investido em atividades em que existe a possibilidade de perdas. Em geral, esses investimentos são realizados por capitalistas privados. No balanço de pagamentos, os

Tal solução foi posta em prática na Instrução 113⁵⁷³, de autoria do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, essa trouxe em seu bojo a possibilidade institucionalizada de investimentos externos sem cobertura cambial, possibilidade, inclusive, muito utilizada pelo governo posterior, o de Juscelino Kubstichek.⁵⁷⁴

Estava, portanto, solucionado o problema de financiamento deste novo padrão de acumulação de capital. Daí, como constatado por Oliveira, todo o capital estrangeiro necessário aos setores contemplados no Plano de Metas, isto é, a indústria automobilística, construção naval, entre outros, entrou no Brasil revestido de um tom 'benevolente', de um tom de propiciador de nosso desenvolvimento.

Explicado está então o mistério do célebre slogan do governo Kubstichek: "cinquenta anos em cinco", isto é, "para o curto período e nestas condições, solucionava-se o problema do financiamento externo da acumulação de capital"⁵⁷⁵ por meio do recurso a uma maciça entrada de capital estrangeiro de risco no país.

Solucionado o problema do financiamento externo deste novo padrão de acumulação é hora de se pensar sob o seu financiamento interno.

capitais de risco são os investimentos diretos realizados por empresas brasileiras no Brasil (entrada) e por empresas brasileiras no exterior (saídas). Os movimentos desses capitais são registrados na conta de capital do balanço de pagamentos". SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*, p. 68.

⁵⁷² OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 85.

⁵⁷³ "A indústria automobilística entrou no Brasil através da Instrução 113, de minha autoria, quando Ministro da Fazenda. Tudo quanto o governo Kubitschek pode reclamar é a glória de não ter revogado; antes pelo contrário. (...) Quanto às indústrias que se utilizaram do financiamento, não há dúvidas que isso deve ser creditado ao governo do Sr. Jânio Quadros, a quem o Sr. Kubitschek deixa para pagar (vide boletim da Sumoc, de agosto último) U\$\$ 898 327 000,00, isto é, quase um bilhão dólares. Aí está a que se reduz a fantasmagoria da Industrialização Kubitschek". E. GUDIN. *A Formação do Economista*, p. 150. Apud. BORGES, Maria A. *Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo*, p. 204.

⁵⁷⁴ Na esclarecedora Dissertação *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964)*, Ângela Maria Souza, em sua rigorosa análise imanente do ideário de Caio Prado Jr., assim nos resume a certa avaliação desse autor sobre a instrução 113: "Nas páginas 172-7 da versão de 1962, não constantes no texto de 1956, ele mostrava mais desdobradamente, mas na mesma linha do texto anterior, como as medidas tomadas foram onerando cada vez mais a economia nacional, em benefício do capital estrangeiro, a exemplo da Instrução 113 da Sumoc (baixada durante a gestão Café Filho, em 1955, quando Eugênio Gudin era ministro da Fazenda e Octavio Gouveia de Bulhões estava na direção da Superintendência) que garantia aos capitalistas estrangeiros trazerem do exterior equipamentos sem despesa cambial, ou seja, poderiam se instalar no Brasil trazendo as máquinas que já possuíssem ou que tivessem condições de adquirir fora do país por conta própria, enquanto que os nacionais eram obrigados a pagar à vista as licenças para aquisição dos equipamentos de que necessitavam. Reações ocorreram, mas não foram capazes de reverter esta situação, tendo muitos industriais nacionais se associado a estrangeiros como forma de se valerem desses benefícios". SOUZA, Ângela Maria. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964)*, p. 67 (nota 73).

⁵⁷⁵ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 85.

Ora, a implantação de súbito do Departamento III no Brasil, exigia um determinado tempo de “depuração”, isto é, havia uma impossibilidade de o Estado obter por meio de medidas fiscais parte do excedente deste mesmo Departamento III que se implantava, sendo muitas vezes obrigado, ao contrário, a fornecer incentivos diretos para seu estímulo.

Já outro problema quanto ao financiamento interno deste novo padrão acumulativo, se punha como pauta de urgência. Tinha-se a necessidade de se estimular o aumento de produção do incipiente Departamento I (bens de produção e bens intermediários), que não fora completado no período de acumulação anterior, pois o implantado Departamento III exigia crescentemente o abastecimento destes tipos de produtos advindo do Departamento I. Porém, a dificuldade de abastecimento destes produtos pelo Departamento I brasileiro se evidenciava cada vez mais, tendo o país que recorrer a crescentes importações em um período de difícil crescimento das exportações.

Oliveira atenta que somando aos dois problemas apontados acima, havia ainda a necessidade de o Estado promover a ampliação do capital social básico (infra-estrutura rodoviária, energética, etc.) que fazia com que este tivesse de levar até as últimas consequências sua capacidade fiscal.

Posto o problema do financiamento interno deste novo padrão de acumulação nos termos acima descritos e, conscientes que no capitalismo não existem milagres podemos entender melhor a solução praticada para este financiamento interno.

Ditado popular que resume a solução é “a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”, isto é, a solução encontrada para o financiamento interno deste novo padrão acumulativo foi a inflação, pois, impossibilitado pelo pacto populista, o Estado não podia propor uma reforma fiscal. Assim, nada mais natural do que repassar a conta à população por meio da inflação de preços.

Solucionado estava o financiamento do novo padrão de acumulação, padrão este que fora inaugurado sob os cuidados de Eugênio Gudín e consolidado no governo de Kubstichek. Assim, tanto externamente, com a entrada maciça de capital estrangeiro, como internamente, com o financiamento inflacionário, estava solucionado o problema de financiamento deste novo padrão de acumulação que

agora se voltava claramente ao estímulo do Departamento III (bens de consumo duráveis).

Os termos da solução deste padrão de acumulação é expresso claramente na política de Juscelino, que, segundo Oliveira, constitui-se em três níveis:

Em um primeiro nível verificava-se uma política cambial tímida, “audaciosa ao revés, isto é, imobilista e liberal, em condições de extrema severidade das receitas cambiais”.⁵⁷⁶ Mesmo a denominada Lei das Tarifas era menos a tentativa de encarecimento das moedas estrangeiras, do que uma “política de criação de mercados ‘cativos’ para as indústrias em implantação, erguendo uma poderosa barreira protecionista que muito contribuiu para a oligopolização dos novos setores industriais”.⁵⁷⁷

Já quanto ao segundo nível da política governamental deste período, Oliveira alerta para a famigerada política fiscal, que igualmente ao período anterior, permanecia extremamente conservadora congelando assim a expansão das receitas do Estado.

Por fim, quanto ao terceiro nível de sustentação do governo Kubstichek, Oliveira aponta para a característica da política monetária e financeira. Estas eram “de insólita audácia, utilizando-se o mecanismo inflacionário até limites insuportáveis”.⁵⁷⁸

Importante frisar que este padrão acumulativo não se restringe, como alerta Oliveira, apenas a este período, ao contrário “convém não subestimar a herança do período deflagrado pelos anos subseqüentes, conformando o padrão básico de crescimento ou de expansão da economia nacional”.⁵⁷⁹

5 – A Expansão Pós-1964: Progressão das Contradições

A irrupção do golpe militar de 1964 traz em seu bojo um “novo” programa econômico – o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) -, cujo objetivo

⁵⁷⁶ OLIVEIRA Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 86.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 86.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 86.

⁵⁷⁸ *Ibid.*, p. 86.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 86.

fundamental consistia na contenção do processo inflacionário com vistas à retomada dos investimentos públicos e privados. Do ponto de vista formal, observará Oliveira, há uma extraordinária semelhança do PAEG com o Plano Trienal do Governo de João Goulart; formalidade que, fundada num erro comum, se apresentava em quase todos os planos de combate à inflação, “em todas as “latitudes”.

O primeiro resultado da execução tanto do Plano Trienal (1963), quanto do PAEG será uma forte recessão, breve a primeira e prolongada a segunda; recessões cuja identidade do erro derivava exatamente “da identidade das supostas causas: a de que se estava em presença de uma inflação de demanda; o remédio era, num como noutro caso, a contenção dos meios de pagamento, [e] o corte nos gastos governamentais”. Para Oliveira, tais erros se deviam, sobretudo, aos “preconceitos ideológicos, comuns entre os economistas, como a quase lei de escassez nas chamadas economias subdesenvolvidas”, preconceitos que, segundo ele, “constituíram o pano de fundo das abstrações que lastreavam o instrumental de combate a inflação”.⁵⁸⁰

Dessa forma, somente quando se operou uma nova política *seletiva*⁵⁸¹ de combate à inflação é que se retomou a expansão do sistema, isto é, ao contrário da política anterior que se pautava na perspectiva de contenção de crédito e dos gastos governamentais, a nova política pautou-se no aumento de créditos, no aumento dos gastos governamentais e no estímulo da demanda. Ou seja, fora preciso a recessão “para que a situação de classe abrisse os olhos dos detentores do poder e forçasse o abandono da ideologia economicista do Sr. Roberto Campos e seus continuadores”.⁵⁸²

Segundo Oliveira, para que o governo implantasse essa política seletiva de combate à inflação utilizou-se para tanto de alguns instrumentos estratégicos, dentre os quais os mais importantes foram: uma reforma fiscal que, ainda que fosse progressiva na aparência, era de fato regressiva, uma vez que aumentava mais os impostos indiretos do que os diretos⁵⁸³; um controle salarial mais estrito⁵⁸⁴; e uma

⁵⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, pp. 93 e 94.

⁵⁸¹ “o termo seletivo não deve ser confundido com outra quase lei da seletividade derivada das prioridades sociais. A política *seletiva* implantada distingue, antes, *seletividade das classes sociais e privilegia as necessidades da produção*”. (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 94.

⁵⁸² *Ibid.*, p. 94.

⁵⁸³ Nesse período foram criados o IPI (imposto sobre produtos industrializados), o ICM (imposto sobre circulação de mercadorias) e o ISS (imposto sobre serviços). A união ficou com o IPI, o Imposto de

estruturação do mercado de capitais que possibilitasse que o “excedente econômico contido no nível das famílias e das empresas e representativo da distribuição da renda que se gestara no período anterior” fosse deslocado para o mercado financeiro, dando fluidez à circulação desse excedente econômico acumulado anteriormente. Em suma

a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo da reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é a adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos anteriores, de fuga aos limites estreitos da lei da usura. A circulação desse excedente compatibiliza os altos preços dos produtos industrializados com a realização de acumulação, propiciada por um mercado de altas rendas, concentrado nos estratos da burguesia e das classes médias altas.⁵⁸⁵

Todavia, pergunta-se Oliveira, “sobre qual estrutura de distribuição da renda pôde apoiar-se a política descrita?”⁵⁸⁶

Buscando então responder tal pergunta Oliveira, baseando-se em estudos fundados no Censo Demográfico de 1960 e 1970, segue, pois, na exposição da estrutura de distribuição de renda do período.

Inicialmente já demonstra, mediante uma apresentação dos dados estatísticos do censo demográfico de 1960, que a “renda apropriada pelo 1% superior da escala populacional – 11,72% da renda – é superior, ainda que por pequena margem, à proporção de renda apropriada por 40% da população”, ou ainda “que os 5%

Renda, os Impostos Únicos, os Impostos de Comércio Exterior, o Imposto Territorial Rural (ITR). Os estados ficaram com o ICM e os municípios, com o ISS e o IPTU (imposto sobre propriedade territorial urbana). Também foram instituídos os fundos de transferência entre os governos da União, dos Estados e dos Municípios, tais como: o fundo de participação dos estados e dos municípios, que se baseavam em parcelas de arrecadação do IPI, do IR e do ICMS.

⁵⁸⁴ “A partir de 1964, a política salarial tornou-se o principal instrumento, a viga mestra, da acumulação monopolista subordinada em nosso país. Não há, pois, que reduzir a ditadura a um simples exercício de um poder arbitrário de uns sobre os demais. A ditadura se enraíza na própria anatomia da sociedade civil, nas relações sociais de produção. A ditadura do capital sobre o trabalho – na fórmula marxiana do trabalho morto que se apodera do vivo – logra o seu máximo objetivo: alcançar altas taxas de crescimento econômico com a elevação da produtividade e a diminuição politicamente forjada do valor da força de trabalho. Os operários explicavam-na com uma simples expressão: estavam sob o jugo da política do arrocho salarial”. RAGO FILHO, Antônio. *Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista*, p.149.

⁵⁸⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, pp. 94 e 95.

⁵⁸⁶ *Ibid.*, p. 95.

superiores da escala populacional apropriavam uma parcela da renda ainda maior que a parcela por 60% da população: 27,35% contra 25,18%”. Concluindo “a renda média dos 5% superiores da população correspondia a mais de 15 vezes a renda média de 50% da população: Cr\$ 56,02 contra Cr\$ 3,62, em cruzeiros constantes de 1949”.⁵⁸⁷

Como se vê, será sob essa estrutura social perversa de distribuição de renda gestada no processo de industrialização anterior que se assentará segundo Oliveira a política econômica pós-1964, ou seja, tal política tinha exatamente nessa distribuição desigualitária de renda a garantia de um mercado para os novos ramos industriais implantados, ao contrário do que pensava Furtado e seus seguidores, que viam nessa extrema desigualdade um obstáculo ao crescimento do país. Em poucas palavras:

Os altos preços dos produtos nacionais que substituíam os importados, antes de frearem a demanda, produziram capacidade ociosa, baixaram a relação produto/capital, eram adequados à distribuição da renda e cumpriam o papel de reforçar a acumulação, mediante o incremento dos diferenciais salários/produção. Uma crise de realização do tipo clássico existiria se, mantendo-se altos os preços dos produtos nacionais, a distribuição da renda fosse mais igualitária, e não o contrário. Apoiando-se numa tal estrutura, a política econômica pós-1964 avançou na progressão em direção a uma concentração ainda mais extremada.⁵⁸⁸

Por certo, a política econômica implantada pela ditadura militar aprofundará a desigualdade de renda na década posterior, aumentando, com é óbvio, a concentração nos extratos de renda superiores. Assim

1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77%; os 5% superiores em 1960 detinham 27,35%, enquanto em 1970 passam a reter 36,25%. Em contrapartida, *et por cause*, os 40% inferiores da população participavam em 11,20% da renda total, enquanto em 1970 sua participação decaiu para 9,05%. (...) Em termos monetários, os 5% superiores da população tinham uma renda média, em

⁵⁸⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, pp. 95 e 96.

⁵⁸⁸ *Ibid.*, p. 96.

cruzeiros constantes de 1949, mais de 26 vezes superior à renda média recebida o 50% da população Cr\$ 96,16 contra Cr\$ 3,64.⁵⁸⁹

Observando-se os dados mais detidamente, Oliveira nos chama à atenção para o fato de que durante a década de 1970 a maior parte (aproximadamente 70%) do crescimento da renda real da economia brasileira fora apropriado predominantemente pelos 5% mais ricos da população. Com efeito, é óbvio que a massa de renda em cada extrato tenha aumentado “pelo simples fato de que o número de habitantes em cada extrato também aumentou” sendo, desse modo, esse aumento responsável em parte pela sustentação da demanda dos bens não-duráveis nos extratos de renda baixa. Entretanto, nos extratos de rendas altas, não somente o incremento populacional representou um maior consumo desses bens

mas principalmente os ganhos de renda real por membro dos estratos ricos é que constituem a base de mercado para os bens de consumo duráveis – automóveis, eletrodomésticos – cuja demanda aumentou sensivelmente a partir de 1968; por sua vez, a demanda para os bens de capital também pôde sustentar-se, já que o ritmo de crescimento e os preços relativos dos bens de consumo duráveis satisfizeram a condição de crescimento do departamento de bens de capital. Tal fenômeno está na base do 2º e do 3º carro, já o padrão comum na maioria das famílias de altas rendas o país.⁵⁹⁰

Claro está, portanto, que com base nos dados fornecidos por Oliveira “*não houve nenhuma distribuição para baixo, nem em termos de beneficiamento dos estratos médios, nem muito menos, como é óbvio, dos estratos baixos*”.⁵⁹¹ Ou seja, contrariamente do que pregava José Serra e Maria da Conceição Tavares, de que a compressão salarial era necessária para, mediante a redistribuição desse excedente para os estratos médios, financiar a inversão da economia definitivamente⁵⁹²,

⁵⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 97.

⁵⁹⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 98.

⁵⁹¹ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 96.

⁵⁹² Para Oliveira essa tese de redistribuição intermediária, defendida pelos dois autores acima citados deriva da errônea idéia de que os acréscimos infinitesimais na renda das classes mais baixas não a habilitam ainda a consumir os bens não-duráveis. Desse modo, se esse excedente, produzido pela compressão salarial, for redistribuído para as classes médias, aqueles acréscimos, que são insignificantes para as classes baixas, serão expressivos para os extratos médios, uma vez que este incremento se somaria a um montante de renda já bastante elevado, bem como seria distribuído à número de pessoas muito menor que nos extratos baixos. Assim sendo, “o resultado seria, com a ‘redistribuição intermediária’, um volume de poder de compra mais concentrado e um nível de renda

Oliveira defende que a estrutura de distribuição de renda verificada na década de 1960 não ameaçava a inversão.

Assim, contrapondo-se a tese dos autores acima citados, observa Oliveira que os dados até aqui expostos demonstram de forma indelével que não se confirma

nenhuma hipótese de redistribuição intermediária, teoricamente duvidosa aliás, já que não existem relações de produção entre as classes médias e já que, necessariamente, qualquer distribuição do tipo acima passa pela intermediação do aparelho produtivo, isto é passa pela propriedade dos meios de produção; a hipótese ressuma a um ‘estado do bem-estar’ para as classes médias, construído pelo ‘despreendimento’ das classes proprietárias.⁵⁹³

Ou seja, ao contrário da tese da *redistribuição intermediária* defendida por Serra e Tavares, sustenta Oliveira que, se houve incremento da renda da classe média tal não derivou do superexcedente gerado pela compressão salarial da classe trabalhadora, mas se deu, sobretudo, graças aos “novos requerimentos técnicos-industriais da matriz da nova estrutura industrial e, portanto, das *ocupações* médias que essa matriz cria: é uma ‘necessidade’ da estrutura produtiva, em seu sentido global, e não um ‘estado do bem-estar’ das classes médias”⁵⁹⁴, isto é, seria muito mais *fácil e verdadeiro*, segundo o autor

supor que o nível de renda mais elevado das classes médias decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição que essas novas ocupações guardam em relação à estrutura produtiva, em termos da escala social global. Além disso, se as rendas das classes médias fazem parte da mais-valia, elevá-las significaria debilitar a inversão e não o contrário.⁵⁹⁵

Dessa forma, a tese que opera na perspectiva de que houve uma redistribuição intermediária, “artificialmente” produzida pela compressão salarial

médio das classes médias mais elevado, o que tornaria capazes de comprar os bens de consumo duráveis. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 99.

⁵⁹³ *Ibid.*, p. 98.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, p. 98 e 99.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 100.

promovida pela política econômica da ditadura militar, não se sustenta segundo Oliveira, uma vez que tal hipótese nos levaria a acreditar que a acumulação capitalista possui “preconceitos de classe”. Ou seja, tal perspectiva nos levaria a considerar, errônea ou ingenuamente, que

o consumo poderia ser realizado por operários e trabalhadores em geral, pois disporiam de renda para tanto, mas o sistema tem preconceito de classe; somente classes médias e ricas – brancos, em suma – podem consumir: trabalhadores – pretos e mulatos – não podem consumir, e então transfere-se a renda para as classes médias.⁵⁹⁶

De acordo com Oliveira a argumentação acima exposta peca justamente por desconsiderar o simples fato de que

a compressão salarial, impedindo o crescimento dos salários, transfere os ganhos da elevação da mais-valia absoluta e relativa para o pólo da acumulação e não o do consumo [no caso das classes médias]. Isso não quer dizer que as classes médias ou os estratos intermediários não tenham se beneficiado com a expansão dos últimos anos; quer dizer apenas que não houve redistribuição intermediária: a possibilidade de que esta seja factível acabaria com todos os problemas do capitalismo.⁵⁹⁷

Ou seja, em não havendo relações de produção entre as classes trabalhadoras e as classes intermediárias a transferência de renda acima aludida repousaria, segundo a perspectiva da redistribuição intermediária, tão somente numa racionalidade do aparato do Estado, racionalidade, entretanto, impossível de existir para Oliveira, pois, do contrário, teria o Estado o condão de facilmente resolver as contradições iminentes do capitalismo, dentre as quais a acabar com desigualitária distribuição de renda.

Todavia, sendo um fato irrefutável, inclusive para os adeptos da tese da redistribuição intermediária, que houve nesse período uma extrema compressão

⁵⁹⁶ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 99.

⁵⁹⁷ *Ibid.*, p. 99.

salarial, pergunta-se então Oliveira: “Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema?”⁵⁹⁸

A resposta, já prenunciada logo acima, pode ser sinteticamente resumida da seguinte forma:

o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, *a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se*. Levado inicialmente pelas exigências da aceleração dos anos 1957/1962 a aumentar a taxa de exploração do trabalho, a fim de financiar internamente a inversão, o sistema caminhou para um conflito entre relações de produção e forças produtivas, cujo desenlace conhecido foi aprofundar, como *condição política* de sua sobrevivência, aquela exploração; assim, em primeiro lugar, o superexcedente tem uma *função política de contenção*, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas. Isto é, torna-se indissociável a política da economia, porque a contenção da classe trabalhadora se faz, principalmente, pela contenção de salários. No entanto, isso seria uma ‘morbidez’ do sistema, se não fosse um requisito estrutural. Esse requisito estrutural já aparece no movimento do período 1957/1962: faz-se necessário aumentar a taxa de lucros, para ativar a economia, para promover a expansão.⁵⁹⁹

Segundo Oliveira, o período de aceleração da economia brasileira ocorrido entre os anos de 1957 a 1962 “introduz uma mudança qualitativa sumamente importante que encobre uma mudança quantitativa: a implantação, nos ramos ‘dinâmicos’, *das empresas que requerem uma homogeneidade monopolística da economia como condição sine qua non* de sua expansão”.⁶⁰⁰

Dessa forma, portanto, será justamente a necessidade de homogeneização monopolística que determinará, desde então, todos os esforços para a manutenção ou mesmo elevação das altas taxas de lucros do setor de ponta da economia brasileira - no caso o setor industrial; será em prol dela que se manterá tanto “uma estrutura de proteção tarifária extremamente alta”, como também todo um rol de incentivos “à capitalização e de subsídios ao capital, aparentemente paradoxais,

⁵⁹⁸ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 100.

⁵⁹⁹ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 100.

⁶⁰⁰ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 101.

quando a economia mostra taxas de expansão também surpreendentemente altas”.⁶⁰¹

Para Oliveira, essa homogeneização monopolística não se dá apenas por uma necessidade de proteção de mercados, mas se realiza, fundamentalmente, por uma necessidade de expansão das empresas monopolistas para setores da economia ainda não monopolizados. Ou seja, mantendo-se alta a taxa de lucro e, mediante o subsídio do capital, elevando-se a taxa de lucro potencial dos setores ainda não monopolizados forma-se

um superexcedente nas empresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas e setores da economia. O conglomerado, que é a unidade típica dessa estruturação monopolística, não é, ao contrário do que pensa, uma estruturação para fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado, mas uma estruturação de expansão. A manutenção de taxas de lucros elevadas é a condição para essa expansão.⁶⁰²

Ainda que esse processo possa parecer simples na aparência, tal não se completou em poucos anos. Segundo Oliveira, apesar de toda “a avassaladora instrumentação institucional posta em marcha para tanto: incentivos à obsolescência precoce do capital, reavaliação de ativos, subsídios ao capital nas áreas da Sudene, Sudam, Embratur, IBDF, Supede etc.” a estruturação monopolística da economia brasileira não se completou facilmente uma vez que encontrou “resistências no conjunto das empresas não-monopolísticas que, na margem, reforçam sua capacidade de resistência pelo próprio fato de que o conjunto de incentivos também eleva sua taxa de lucros e, portanto, sua capitalização”.⁶⁰³

Desse modo, portanto, caberá ao mercado de capitais, mediante a intermediação financeira desses incentivos, a tarefa de “realizar ‘a frio’ essa operação”. Assim

o superexcedente, que se contabilizava no nível das famílias e das empresas, como poupança e lucros não distribuídos, dirigiu-se ao mercado financeiro, para a aplicação em papéis que, para uns, significavam aumento de renda e,

⁶⁰¹ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 101.

⁶⁰² *Ibid.*, p. 101.

⁶⁰³ *Ibid.*, p. 101.

para outros possibilidade de viabilizar a expansão, o controle sobre outras áreas e setores da economia. Um complicado sistema foi montado, com a progressiva assunção ao primeiro plano dos bancos de investimento, que são a estruturação da expansão das empresas monopolísticas.⁶⁰⁴

Entretanto, ao se incentivar o mercado de capitais a fim de garantir os recursos necessários a tendência de estruturação monopolística da economia brasileira, acabou-se por transformá-lo em “ativo competidor dos fundos de acumulação: a aplicação meramente financeira começou a produzir taxas de lucro muito mais altas que a aplicação produtiva e, de certo modo, a competir com esta na alocação dos recursos”.⁶⁰⁵

De acordo com Oliveira, surge então nesse momento para o governo brasileiro um difícil dilema a ser solucionado, isto é, para que a aplicação meramente financeira não seja um concorrente para a aplicação na esfera produtiva necessário é baixar a taxa de lucro da primeira, a fim de aproximá-la da taxa de lucros reais da segunda, todavia,

essa operação pode ter como resultado matar a ‘galinha dos ovos de ouro’: as baixas nas cotações das bolsas afugentam as pessoas físicas do mercado de capitais e diminuem a liquidez das empresas, pela enorme retenção de papéis de rentabilidade em declínio”.⁶⁰⁶

Dessa forma, portanto, em tendo que manter altas as cotações das bolsas com o fito de não afugentar investidores e não reduzir a liquidez do sistema, o governo acaba por impossibilitar que as taxas de lucro na órbita financeira se aproximem do lucro real da esfera produtiva impedindo, com isso

que o mercado de capitais exerça o papel intercambiador de recursos ociosos de umas unidades para outras e aumente a taxa de poupança do sistema como um todo. (...) Em poucas palavras, um mecanismo circular que proporcionou o ‘descolamento’ das órbitas financeira e real impede que a primeira sirva de fonte para a segunda. O elemento ‘confiabilidade’ dos papéis

⁶⁰⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 102.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 102.

passa a ser estratégico nessa conjuntura, quando sua função seria meramente acessória.⁶⁰⁷

Observa Oliveira que sob as condições verificadas no período, tais como incremento da poupança, ampliação do *exército industrial de reservas* e compressão salarial dos trabalhadores o sistema encontra seu limite tão somente se “não transforma essa poupança em acumulação real”. No entanto, para que se realize tal transformação, é necessário que “a velocidade de crescimento das relações interindustriais entre os departamentos 1 e 2 da economia seja mais alta que a velocidade de crescimento da poupança; caso contrário, o sistema tende a ‘afogar-se’ em excedente”.⁶⁰⁸

Todavia, essa necessidade de incremento das relações interindustriais entre os departamentos I e II da economia esbarrará num fator limitante, que se configura, segundo Oliveira parodiando Celso Furtado, como uma “*dessubstituição de importações* de bens de produção”. Ou seja

A retomada do crescimento, ocupada a capacidade ociosa gerada pela recessão dos anos 1962/1967, exige, imediatamente, um aumento da produção de bens de capital, a fim de aumentar a capacidade produtiva instalada. Esses novos requerimentos de bens de produção são os que vão alimentar o crescimento do departamento 1 da economia ou mais precisamente da indústria; entretanto, seja pela recessão anterior, seja pela orientação da política econômica, a capacidade de produção do referido departamento não foi incrementada no período anterior, e esses requerimentos ou são satisfeitos mediante o recurso às importações ou o crescimento é bloqueado.⁶⁰⁹

Com efeito, como forma de se evitar o bloqueio do crescimento do departamento II (bens de consumo) da economia brasileira recorrer-se-á ao incremento das importações de bens de capital (departamento I). Exemplo disso reside no fato, observado por Oliveira, de que entre os anos de 1966 e 1970, nossas “importações de bens de capital destinados à inversão interna passaram de US\$ 405,6 milhões para US\$ 1.073,9 milhões, isto é, cresceram 1,6 vezes, velocidade

⁶⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, pp. 102 e 103.

⁶⁰⁸ *Ibid.*, p. 103.

⁶⁰⁹ *Ibid.*, p. 103.

muito maior que a do crescimento do PNB e que o crescimento do próprio produto do setor industrial como um todo”.⁶¹⁰

Dessa forma, portanto, tem-se que “boa parte do impulso gerado pelo crescimento do departamento II (bens de consumo) não se transmitiu ao departamento I (bens de produção), com o que não se internalizou totalmente a potencialidade de crescimento”⁶¹¹, isto é, ao contrário de o crescimento do departamento II estimular a ampliação do departamento I da economia brasileira, promoveu, entretanto, um estímulo ao departamento I dos países exportadores de bens de capital, de modo que, além de atrofiar o setor de bens de produção interno, também resultou numa maior dependência do incremento das exportações, uma vez que será essa a “forma escolhida de abastecimento dos bens de capital requeridos pelo crescimento das demandas do departamento 2”.⁶¹²

Tanto é assim que, dentre às várias medidas destinadas à manutenção dos altos níveis da taxa de lucros no período, o subsídio às exportações é talvez uma das mais importantes

Em primeiro lugar, as exportações mais fortemente subsidiadas são as de manufatura, para as quais o país é *um exportador marginal* no comércio internacional; mas as manufaturas exportadas não concorrem, absolutamente, com as manufaturas exportadas pelos países mais desenvolvidos; antes, são exatamente as manufaturas de ramos industriais *que, sem o recurso às exportações*, entrariam em crise pelo fraco crescimento ou não-crescimento da demanda interna, resultado da compressão salarial das classes de renda baixas: calçados, têxteis, sucos, carne bovina (não se subsidiam exportações do tipo de minério de ferro, nem café, por suposto).⁶¹³

Para Oliveira, todo esse processo de subsídios às exportações, justamente num período em que os preços internos sobem mais que os externos é, de certo modo, uma forma de *esterilizar o capital*; esterilização que, apesar de aparecer como lucro na contabilidade das empresas subsidiadas é, na verdade, “transferência da conta do Governo para a conta de capital das empresas, já que é a renúncia a um

⁶¹⁰ Oliveira, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 103.

⁶¹¹ *Ibid.*, p. 103.

⁶¹² *Ibid.*, p. 104.

⁶¹³ (Grifos no Original) *Ibid.*, p. 103.

imposto (no fundo ela é uma transferência das contas das famílias, intermediada pelo Governo)”.⁶¹⁴

Outro fator que também concorrerá para a já aludida *esterilização de capital* consistirá, tal como observa Oliveira, no incentivo à obsolescência do capital, ou seja, busca-se estimular constantemente a produção de novos bens ou novos modelos visando, com isso, aumentar tanto a demanda por bens de capital, quanto “enxugar” o excesso de poder de compra nas mãos dos consumidores das classes de rendas altas.

Por certo, essa política econômica com vistas à manutenção de altas taxas de remuneração do capital criou no curto prazo, “uma capacidade insuspeitada de crescimento”, todavia, em seu desenvolvimento, acabou por gerar uma grave dependência financeira do governo ao crédito externo. Nas palavras de Oliveira

Com o subsídio, aumentam-se as exportações, buscando melhorar a capacidade de barganha internacional; mas somente os ingênuos podem continuar acreditando que o comércio internacional é realmente multilateral: o que é multilateral é o sistema de pagamento desse comércio, mas, no fim das contas, os países que se abrem para nossas exportações esperam tratamento idêntico de nossa parte para as suas. Como resultado, nossas importações de bens de capital estão crescendo muito mais que o ritmo de crescimento da indústria e da economia como um todo e, a longo prazo, afetando a expansão do próprio setor de produção de bens de capital da economia brasileira. A fim de incentivar e manter alta a taxa de lucro, o Governo abre mão de suas receitas e, para financiar suas inversões, recorre, em níveis cada vez mais altos, ao crédito externo; por outro lado renuncia também a parte dos impostos, para ativar o sistema financeiro, o que comprime ainda mais a capacidade de gasto do Poder Público, se *não se recorrer* ao crédito externo.⁶¹⁵

Diante de todo o quadro exposto perguntar-se-á, portanto, Oliveira: *em que sentido caminhou o sistema [pós-1964] em sua re-posição?*

Pelos elementos constantes de seu ideário até aqui analisados, pode-se claramente afirmar que: o sistema não caminhou no sentido de “superar” os ditos “esquemas arcaicos de produção”, mas ao contrário, continua explorando-os⁶¹⁶. “A

⁶¹⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 104.

⁶¹⁵ *Ibid.*, p. 105.

⁶¹⁶ Oliveira cita o exemplo da construção da Transamazônica que, reproduzindo as experiências de Belém-Brasília, atua como espécie de operação “primitiva”. Cf. *Ibid.*, p. 105.

resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho”.⁶¹⁷

Segundo o autor

A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas.⁶¹⁸

Subjacente ao posicionamento acima exposto se apresenta uma das mais fundamentais discordâncias de Oliveira da análise realizada por Fernando Henrique Cardoso em seu texto *O Regime Político Brasileiro*⁶¹⁹; discordância que, como vimos em nosso primeiro capítulo foi, de certo modo, uma das grandes motivações para que Oliveira concebesse seu clássico artigo *Crítica a Razão Dualista*.⁶²⁰

De acordo com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso no texto supracitado, o regime instaurado pós-1964

não teve o caráter de uma volta ao passado, como pensam alguns analistas que insistem na continuidade da história contemporânea brasileira desde 1930, com o interregno de 1945-1964. Pelo contrário, ele expressa uma

⁶¹⁷ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 105.

⁶¹⁸ (Grifos no Original) *Ibid.*, pp. 105 e 106. Chasin, no mesmo diapasão afirma: “De cada crise do capital não tem brotado o novo, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, o reproduz em proporções inauditas, ao mesmo tempo em que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva”. CHASIN, J. *A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: crise nos dois Subsistemas do Capital*, p.181.

⁶¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972

⁶²⁰ Cf. OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. Estudos Cebrap, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972 ou OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

articulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências ‘revolucionárias’, no plano econômico.⁶²¹

Em suma:

O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais “moderno”, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional. A política econômica e tanto quanto ela, a reforma da administração e do aparelho do Estado potenciaram as forças produtivas do ‘capitalismo contemporâneo’. A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto atual da economia capitalista mundial que não exclui a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas. A acumulação urbano-industrial – que vinha crescendo desde o período Kubitschek – passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁶²²

É evidente, pelo o que até aqui foi exposto, que Oliveira discordará diametralmente dessa interpretação de Fernando Henrique Cardoso sobre as conseqüências da política econômica pós-1964. Em suas próprias palavras

o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.⁶²³

⁶²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Regime Político Brasileiro*, p. 87

⁶²² *Ibid.*, p. 104.

⁶²³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 106.

Considerações Finais

Eis que chega ao fim nossa exposição do ideário de Francisco de Oliveira; fim de uma caminhada que, ainda que breve devido às condições possíveis para um mestrado nos dias atuais, fora matizada pela busca incessante de revelar o mais aproximado possível a trama e os significados imanentes da obra desse importante sociólogo.

Valendo-se das contribuições de Chasin, importante observar que

Em cumprimento à própria especificidade da análise imanente, os Capítulos anteriores, à medida que avançavam no rastreamento dos escritos de (...) [Francisco de Oliveira], natural e obrigatoriamente, foram pondo à luz a identificação buscada, de tal forma que a *explicação* entreteceu a *descrição*, de maneira que nossa exposição poderia ter tomado o ponto final no capítulo anterior como o ponto final da exposição no seu todo. Posto que a *prova* da *interpretação* que se construía realizava-se pela própria possibilidade de *extração*, do material examinado, da interpretação oferecida. Razão pela qual, no caso, para levar o rigor ao limite, buscamos *colar* o método expositivo ao método de investigação, o que se expressou, no mais visível, no esforço de *dizer*, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado. Isto é, buscamos fazer com que o discurso de (...) [Francisco de Oliveira] assumisse e sustentasse seu significado próprio, de tal sorte que insubstissem hipóteses analíticas, relativas ao todo ou as partes, que não encontrassem arrimo no próprio *fato ideológico* posto para exame. Conseqüentemente a conclusão principiou a ser articulada no mesmo instante que se iniciava o rastreamento dos textos, superando, assim, a pseudodualidade entre *apresentação de dados* e *processo analítico*. Os dois apareceram na inteireza de sua unicidade originária. Com isso evitou-se o uso, até mesmo involuntário, de *modelos*, e assim, pretende-se ter apalpado o concreto do discurso investigado.⁶²⁴

Dessa forma, portanto, buscaremos apresentar aqui mais que um mero resumo das determinações do pensamento de Oliveira; procuraremos, a partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, avançar em algumas reflexões sobre a História particular da Formação Econômica do Brasil, apontando as contribuições ou

⁶²⁴ (Grifos no Original) CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, pp. 603 e 604.

mesmo os equívocos do ideário de Oliveira na compreensão desse processo particular de constituição do modo de produção capitalista.

Como se sabe, a busca de uma apreensão do capitalismo “na especificidade com que se objetivou e se tem objetivado no Brasil”⁶²⁵, já é feita há quase meio século. Entretanto, tais estudos, abstraindo seus aspectos relevantes, importantes sob o aspecto de uma rigorosa aproximação do real podem ser classificados, segundo Chasin, em duas grandes ordens de incorreções.

A primeira seria aquela em que por meio de um entendimento do que seria o caráter universal do fenômeno capitalista, tenta de toda forma constatar o aparecimento deste caráter universal no Brasil, isto é, partem de um modelo de entificação do capitalismo clássico (França e Inglaterra, por exemplo), tentando forçar uma adequação dos atributos e leis genéricas deste modelo ao caso brasileiro. “Assim, preservam-se universais, mas não propriamente na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas”.⁶²⁶

A segunda, por sua vez, despreza o caráter universal da entificação capitalista, “hiperacentuam as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica”. Tal interpretação faz da relação entre o universal e o singular “uma relação entre categorias exteriores uma à outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”.⁶²⁷

Por certo, é patente a incapacidade dessas interpretações de dar conta da realidade brasileira, pois, como observa Chasin citando Lukács, “dir-se-ia estar em face de teorias fetichizadas, na medida em que lidam exclusivamente com categorias de universalidade e singularidades, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da particularidade”.⁶²⁸

Desse modo, portanto, para uma efetiva apreensão do real - enquanto concreção específica -, necessário levar em conta que; “O movimento do singular ao universal ou vice-versa está sempre mediado pelo particular; é um membro real de

⁶²⁵ CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 11.

⁶²⁶ *Ibid.*, p. 12.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁶²⁸ *Ibid.*, p. 13.

mediação tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que reflete de modo aproximadamente adequado esta realidade”.⁶²⁹

Assim, é por meio da “particularidade” histórica brasileira, portanto, da constatação de seu real movimento, que podemos apreender, de forma mais aproximada possível, a forma como se deu a entificação do capitalismo brasileiro, sempre atentos, porém, “à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”.⁶³⁰

Segundo Chasin, esta busca do reconhecimento da particularidade das várias formas de entificação do capitalismo é uma constante em Marx. Já em seus escritos de juventude, Marx operou uma análise da “miséria alemã”, da forma de objetificação do capitalismo Alemão, em que evidenciou “o caráter tardio e retardado do processo de constituição do capitalismo na Alemanha, onde a emersão do novo paga alto tributo ao historicamente velho, numa conciliação, portanto, entre progresso e atraso sociais”.⁶³¹ Vejamos:

É muito pior que a da Inglaterra a situação dos lugares da Alemanha onde se implantou a produção capitalista, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, e isto por faltar o contrapeso das leis fabris. Nos demais setores, a Alemanha, como o resto da parte ocidental do continente europeu, é atormentada não apenas pelo desenvolvimento da produção capitalista, mas também pela carência desse desenvolvimento. Além dos males modernos, oprime a nós alemães uma série de males herdados, originários de modos de produção arcaicos, caducos, com seu séquito de relações políticas e sociais contrárias ao espírito do tempo. Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Lê mort saisit lê vif* [O morto tolhe o vivo (Trad. livre do autor)].⁶³²

Contudo, tal como observa Chasin, não somente Marx nos forneceu tal explicação, também Engels e Lênin nos proporcionaram importantes contribuições neste mesmo diapasão. Engels, a propósito da evolução capitalista na França e na Alemanha assim asseverou: “em cada época e para cada problema histórico os

⁶²⁹ LUCKÁCS, G. Apud. CHASIN, José. A *‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 13.

⁶³⁰ CHASIN, José. A *‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 11.

⁶³¹ *Ibid.*, pp. 13 e 14.

⁶³² MARX, Karl. Apud. CHASIN, José. A *‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 14.

franceses encontraram uma solução progressista e os alemães, uma solução reacionária”.⁶³³ Lênin, por sua vez, sintetizou algumas particularidades da entificação do capitalismo de forma bastante clara. Ao se referir à transformação da propriedade agrária russa para o capitalismo, apontou duas possíveis formas de objetificações deste desenvolvimento:

Os restos do feudalismo podem desaparecer tanto mediante a transformação das terras dos latifundiários, como mediante a destruição dos latifúndios dos grandes proprietários, quer dizer, por meio da reforma e por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a ‘excrescência’ dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. Estes dois caminhos de desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, nós os denominamos caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo e destacando uma minoria de Grossbauer (grandes camponeses). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são destruídas pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usuário e em exploração capitalista sobre as terras dos latifundiários-feudais-junkers. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês.⁶³⁴

Chasin citando ainda Lênin explicita de forma clara os desdobramentos destas formas específicas de desenvolvimento capitalista:

A primeira implica a manutenção máxima da sujeição e da servidão (transformada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo; implicam calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses e, por conseguinte, do

⁶³³ ENGELS, F. Apud. CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 14.

⁶³⁴ LÊNIN. Apud. CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, pp. 14 e 15.

proletariado. A segunda entranha o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas e as melhores condições de existência das massas camponesas (as melhores possíveis sob a produção mercantil).⁶³⁵

De posse destas contribuições, Chasin se volta, pois, à tentativa de um contorno, em linhas gerais, da forma específica de entificação do capitalismo no Brasil. Utiliza para isso, os traçados determinativos gerais das interpretações de Marx, Engels e Lênin sobre a *via prussiana* com a intenção de tomá-los como referenciais para traçar a particularidade de objetivação do capitalismo brasileiro. Todavia, observa que:

entendemos que este [entificação do capitalismo brasileiro] sob certos aspectos importantes é conceitualmente determinável de forma próxima ou assemelhável àquela pela qual o fora o caso alemão, mas de maneira alguma de forma idêntica. Dito de outro modo: estamos convencidos da real efetividade de tomar o caminho prussiano como fonte apropriada de sugestões, como referencial exemplar, e, mais que tudo, como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproxima de algumas das que foram geradas no caso brasileiro. Mas, grife-se com a máxima ênfase, o caminho prussiano não é tomado como modelo, como contorno formal aplicável a ocorrências empíricas. Ao contrário, é precisamente enquanto modo particular de se constituir e ser capitalismo que o caminho prussiano tem para nós importância teórica básica. Enquanto tal, nos diversos níveis de concreção em que é apreensível, permite, como qualquer objeto, destilar certos caracteres, mais ou menos gerais, que importa considerar para orientar a apreensão do caso brasileiro.⁶³⁶

Chasin verifica, portanto, que tal como a objetivação do capitalismo pela via prussiana, a objetivação capitalista brasileira também pode ser considerada, em relação aos casos clássicos de entificação do capitalismo⁶³⁷, um “particular contrastante”, ou seja, apesar de serem estas duas vias, distintas em suas especificidades, particulares em sua constituição capitalista, guardam, no entanto,

⁶³⁵ LÊNIN. Apud. CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 15.

⁶³⁶ CHASIN, José. *A 'Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 15.

⁶³⁷ “clássicos, acima de tudo, porque mais coerentes, mais congruentes ou consentâneo no plano da sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas partes fundamentais se imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como racional, no nível da máxima racionalidade historicamente possível”. *Ibid.*, p. 15.

uma conexão que “situa-se no plano de certas determinações gerais”. Nesse sentido, observa o autor:

tanto no Brasil quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o ‘reformismo pelo alto’ caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social.⁶³⁸

Chasin observa ainda que também há em ambos os casos, um desenvolvimento capitalista tardio, retardado. Ou seja, devido a ampla resistência de forças retrógradas que dificultam um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas há, nesses países, grandes obstáculos rumo a um capitalismo progressivamente industrial.

No entanto, apesar de podermos extrair destas duas formas particulares de objetivação do capitalismo características gerais tomadas abstratamente, não se pode perder de vista que: “Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através de comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes”⁶³⁹. E isto porque:

se o concreto é tomado como síntese de várias determinações, esta síntese (Zusammenhang), que sumariza, põe junto, se faz por uma lógica que não se reduz à mera justaposição dos predicados, mas como o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social.⁶⁴⁰

Como se vê, portanto, em ambos os casos é decisiva a presença da grande propriedade rural, porém, em vista de uma efetiva concreção, temos de constatar como este predicado abstrato se objetiva em cada uma das entificações estudadas.

⁶³⁸ CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 15.

⁶³⁹ MARX, Karl. Apud. CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 16.

⁶⁴⁰ GIANNOTTI, José A. Apud. CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 16.

Importante observar então que, enquanto que no caso alemão a grande propriedade rural provém, num quadro europeu, de uma forma com características feudais, no Brasil, a gênese histórica da grande propriedade advém da forma latifundiária agroexportadora⁶⁴¹, “no universo da economia mercantil pela empresa colonial”.⁶⁴²

Outra importante diferenciação, anotada por Chasin, quanto à especificidade dos predicados nos dois casos, é a expansão das forças produtivas. Apesar de em ambos os casos haver um desenvolvimento retardado em relação aos casos clássicos é importante frisar, porém, que: enquanto que no caso alemão este desenvolvimento industrial se deu em fins do século XIX, acelerando a partir daí o desenvolvimento das forças produtivas a ponto de alcançar este país a configuração imperialista, no Brasil, tal desenvolvimento se dá muito mais tarde, isto é, em um momento já avançado das guerras imperialistas. “De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hiper-tardio, é caudatário das economias centrais”.⁶⁴³

As constatações acima nos permitem afirmar, portanto, que dentre o universo das formas não clássicas de entificação capitalista, podemos distinguir duas, “dois particulares que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um velho que não é, nem se põe como o mesmo”.⁶⁴⁴

Tais formas são, portanto, o caminho prussiano e “sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial*. Expressão conveniente que tem nos parece, a propriedade de combinar a dimensão histórica-genética com a legalidade dialética”.⁶⁴⁵

Eis que chega o momento, pois, de refletirmos sumariamente sobre as contribuições do corpus ideológico de Oliveira no que tange à compreensão e

⁶⁴¹ “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira”. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 13 e 26.

⁶⁴² CHASIN, José. *A ‘Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico*, p. 16.

⁶⁴³ *Ibid.*, p. 17.

⁶⁴⁴ *Ibid.*, p. 17.

⁶⁴⁵ *Ibid.*, p. 17.

desvendamento da *via colonial* de entificação do capitalismo brasileiro, ainda quando se saiba que não se deve a ele tal sugestão designativa.

No decorrer de nossa análise pudemos apreender que em suas obras perpassa como que um fio vermelho, à moda das cordas da Armada Real Inglesa⁶⁴⁶, que é a expressão de uma rigorosa análise, matizada pela reflexão marxista, do desenvolvimento das relações de produção brasileiras, de sua particularidade edificante.

Ou seja, mesmo incorrendo em alguns equívocos teóricos, derivados de uma concepção *politicista*, Oliveira conseguiu em grande medida fugir tanto “das singularizações empiristas”, quanto das “universalizações vazias”, logrando quase sempre uma análise concreta, alinhada com a particularidade.

Como vimos com Chasin,

as formas particulares *não clássicas* de objetivação do capitalismo revelam-se, em ponto essencial, precisamente em relação ao processo de industrialização. De maneira que, em suma, (...), há que atentar para o modo pelo qual se pôs a industrialização nos casos que nos tangem de imediato.⁶⁴⁷

Por certo, vimos que Oliveira, afinado à assertiva acima, voltou-se em seu clássico artigo *A emergência do modo de produção de mercadoria*, à análise do período da República Velha no Brasil (1889-1930), buscando responder, dessa forma, duas importantes questões por ele formuladas: *Por quê tardou a industrialização no Brasil, como forma do novo capital?* e *Por quê a sociedade política no Brasil não transitou para as formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais?*

No que tange a resposta da primeira questão, observou o cientista social que o surgimento do capital industrial no Brasil da República Velha fora marcado por uma série de restrições, cujas conseqüências acabaram por protelar seu avanço. Ou seja, a quase inexistência, devido à herança do modo de produção agroexportador,

⁶⁴⁶ “Já ouvimos falar de uma tática singular da marinha inglesa. Todas as cordas da Armada Real, da mais forte à mais fraca, são tecidas de tal maneira, que um fio vermelho as perpassa por inteiro, sendo impossível de ser tirado sem desfazer tudo, e assim podem-se reconhecer até mesmo os menores pedaços pertencentes à coroa”. GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*, p. 147.

⁶⁴⁷ CHASIN, J. *Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 630.

de uma economia de trocas anterior; a ausência de virtualidade técnica da ampla população liberada para o capital com a Abolição; a necessidade, graças à relação estanque entre campo e cidade, da simultaneidade da industrialização com urbanização, bem como da autarcização da produção industrial; e, por fim, a concentração de renda historicamente determinada pelo complexo agroexportação/escravismo foram responsáveis, em grande medida, por esse intermitente e *hiper-tardio* avanço da economia brasileira rumo ao capitalismo industrial. Contudo:

ao lado de todas essas restrições, existirá uma outra que garroteará as possibilidades de financiamento da acumulação de capital: a já assinalada intermediação comercial e financeira externa da economia da República Velha, que privilegiará constantemente a forma de valor da agroexportação, e que se expressa na política de defesa do café. Um negativo dessa restrição pode ser encontrado no encilhamento: na ausência dos mecanismos internos de financiamento da formação de capital, a virtualidade das demais condições – que avançam, apesar de tudo – não conseguirá concretizar-se, pelo menos na velocidade esperada pelos agentes sócio-políticos-econômicos que viam na implantação do trabalho livre assalariado o sinal de mudanças há tanto tempo esperado.⁶⁴⁸

Já no que se refere a resposta da segunda questão, conclui Oliveira que também foi graças à “subordinação de toda a economia, de todos os seus segmentos, tanto setoriais quanto regionais, à forma de produção do valor da economia agroexportadora e seu xifópago, a intermediação comercial e financeira externa”⁶⁴⁹ que se formou uma *oligarquia burguesa* bem como um *Estado Oligárquico*, isto é, foi mediante a reiteração da ‘vocação agrícola’ do País, e todas suas conseqüências, que se impossibilitou que a sociedade no Brasil transitasse para “formas democráticas burguesas que constituem a forma – no sentido de Marx – do capitalismo nos países centrais”.⁶⁵⁰

Em suma, cabe frisar que, para Oliveira, a análise do modo particular pelo qual se pôs o surgimento da industrialização no Brasil não poderia jamais prescindir do exame das relações internacionais que o conformara “a intermediação comercial e financeira externa, que tanto se enfatizou (...), não é um acaso nessa trama de

⁶⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 28.

⁶⁴⁹ *Ibid.*, p. 35.

⁶⁵⁰ *Ibid.*, p. 2.

relações: ela é a *relação*. Seu epicentro é a Inglaterra, na fase típica de exportações de capitais; seu nome é *imperialismo*".⁶⁵¹

Com efeito, observará Chasin que, é “precisamente num panorama dessa ordem que principia a brotar a industrialização brasileira”, isto é, “sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardadas, configurantes do *capitalismo hiper-tardio* Brasileiro, que se põe a industrialização, (...), de tal forma que”⁶⁵²

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura.⁶⁵³

Nesse sentido, ainda que Oliveira tenha se equivocado ao se valer da *mal cosida* teoria do populismo para explicar o que ele denomina, em seu afã *politicista*, de “nível político ou as condições políticas do sistema”⁶⁵⁴ pós-1930, tal não invalida, todavia, sua importante análise do período.

Como visto, foi a partir dos anos 1930 que se teve o início um processo de inversão do padrão de acumulação capitalista brasileiro rumo a um novo patamar da divisão internacional do trabalho, inversão pelo qual se afirmará “a expansão industrial [brasileira], cortada durante toda a República Velha pela hegemonia do café”.⁶⁵⁵

Todavia, Oliveira nos chama a atenção para o fato de que

a ausência daquela base capitalista prévia, desde que a economia agroexportadora era uma economia que exportava seu excedente, vai cobrar fortes direitos no momento em que se empreende o esforço no sentido de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização. Emergem, nesse

⁶⁵¹ (Grifos no Original) OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 35.

⁶⁵² (Grifos no Original) CHASIN, J. *Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 642.

⁶⁵³ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 35.

⁶⁵⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁶⁵⁵ *Ibid.*, p. 77.

processo, duas forças novas, novas em sua qualidade; essas duas forças vão ser o Estado de um lado, e de outro o capital estrangeiro.⁶⁵⁶

Com efeito, enquanto o Estado, investindo no setor produtivo⁶⁵⁷, passava a executar importantes tarefas que não podiam ser “cumpridas ou simplesmente sustentadas pela própria força da burguesia nacional⁶⁵⁸” o capital estrangeiro, por sua vez, proporcionava à

economia nacional aquele fator que a ausência de acumulação capitalista prévia tornara débil na economia brasileira: teve a virtualidade de transformar, de poder potencializar o trabalho vivo, isto é, a exploração do trabalho mediante a utilização de um trabalho morto acumulado, vale dizer, de uma tecnologia em processos, máquinas e equipamentos que vão potencializar o trabalho, a exploração do trabalho e, portanto, a própria acumulação.⁶⁵⁹

Para Oliveira, o recorrer ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que trouxe novas forças ao processo de acumulação brasileira, também significou novos problemas à continuidade da expansão, isto é

Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, *de per sí*, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração de renda. A acumulação dá, aí, um salto de qualidade: a mera transferência de tecnologia, isto é, ‘trabalho moto externo, potencializa enormemente a reprodução do capital.⁶⁶⁰

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 116. Por certo, é num quadro de uma economia caudatária do capitalismo central e herdeira do colonialismo, que se processa a inversão verificada a partir de 1930. Tal quadro, nada mais é do que o resquício de uma economia agroexportadora que tinha como característica intrínseca à impossibilidade de “uma acumulação que se cristalizasse na máquina”. Cf. F. OLIVEIRA. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 116.

⁶⁵⁷ “a estratégia da expansão fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor produtor dos bens de produção, o que implicava no virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria. Sob certos aspectos, essa estratégia de industrialização parece-se muito com o modelo Dobb para a primeira fase da expansão da economia soviética; essa semelhança é apenas teórica, já que nunca esteve, nem na ideologia nem na prática dos grupos dominantes de então, qualquer veleidade socializante”. OLIVEIRA, Francisco M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 80.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p. 80.

⁶⁵⁹ *Ibid.*, pp. 116 e 117.

⁶⁶⁰ *Ibid.*, p. 75.

Claro está, portanto, que foi por meio da transferência de “recursos” pelo Estado [incentivos fiscais, transferência indireta de capital via empresas estatais, etc.], como também pelo “Know how” tecnológico “fornecido” pelo capital estrangeiro que se dará o “pontapé” inicial à efetiva industrialização brasileira, industrialização que, segundo ideólogos tal como Celso Furtado⁶⁶¹, terá o condão de promover o “desenvolvimento” e “progresso” da sociedade brasileira.

Contudo, se observarmos mais atentamente o processo inicial de nossa industrialização, já podemos perceber um primeiro indício da relação dialética existente entre a “moderna” indústria nascente e a manutenção do atraso na economia brasileira. Ou seja, os “recursos” utilizados pelo Estado para a transferência ao setor industrial eram obtidos, em sua maioria, pelo denominado confisco cambial da agroexportação⁶⁶², tanto é assim que, nesse período, assiste-se um rol de políticas aparentemente contraditórias; ao mesmo tempo em que se incentiva a empresa industrial a fim de transformá-la no setor chave da economia, penaliza-se a empresa agro-exportadora - mas num nível suportável que não a inviabilize - afinal é a exportação de produtos primários que gera divisas para a manutenção da capacidade importadora do sistema.

Nesse sentido, portanto, será a manutenção do setor agrícola nos mesmos moldes anacrônicos da famigerada *economia colonial* [produção de matérias primas voltada para fora (agroexportação), precária mecanização no campo e a conseqüente exploração intensiva de força-de-trabalho], um dos fatores fundamentais ao impulso da industrialização do país. Estrutura arcaica que, além de gerar as divisas necessárias ao Estado para a transferência ao impulso industrial; também possibilitará a manutenção – em baixos níveis - do salário do trabalhador urbano, uma vez que a produção agrícola, produzida a custas de intensa exploração

⁶⁶¹ “tal como é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas”. SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, pp. 15 e 16.

⁶⁶² Como já vimos anteriormente, era por meio do excedente da agroexportação, principalmente cafeeira, que o país conseguia divisas para cumprir os pagamentos internacionais “indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos”. Contudo, é também por meio da política cambial, e do denominado confisco cambial das agroexportações que o Estado, nesta época, conseguia divisas para transferir ao impulso do setor industrial. Ora, se este confisco cambial estatal ultrapassasse um determinado limite, ameaçando, tanto o lucro dos agroexportadores quanto a competitividade das commodities brasileiras no exterior, obvio é que estas exportações diminuiriam e, conseqüentemente, o país teria menos recursos para saldar os pagamentos internacionais, estrangulando, portanto, a crescente industrialização que dependia de importações. Cf. OLIVEIRA, F. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 81.

da força-de-trabalho no campo, garantirá o suprimento da demanda por alimentos que, devido ao aumento da população nas cidades, tendia a crescer, inflacionar os preços e pressionar uma elevação dos salários nas cidades.

Como se vê, a permanência do atraso no setor agrícola brasileiro foi condição *sine qua non* ao estímulo de nosso processo inicial de industrialização, entretanto, não coube a este único setor o “mérito” do êxito de nossa industrialização, mas também outros setores – tal como o de serviços – muito contribuíram nesse diapasão.

Consensualmente se admite que o processo de industrialização brasileiro se deu tardiamente; que o parque industrial brasileiro só se consolidou de forma preponderante em nossa economia em fins dos anos de 1950, bem mais tarde que o ocorrido nos países europeus centrais Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Dessa forma, portanto, essa gestação tardia da industrialização brasileira, exigirá como contrapartida uma ampla e diversificada divisão social do trabalho, devido inclusive a contemporaneidade das indústrias. No entanto, essa exigência de uma ampla e diversificada divisão social do trabalho chocar-se-á “contra a exigüidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços”.⁶⁶³

Ora, como então resolver esse problema, como satisfazer a exigência de uma estruturada e diversificada divisão social do trabalho sem recursos suficientes?

A solução encontrada, que denuncia mais uma vez a relação dialética existentes entre o surgimento do “moderno” Brasil industrial e a permanência do “atraso” na economia brasileira, pode ser facilmente notada pela ampla dimensão do Terciário que se consubstanciou no crescimento dos serviços de forma horizontal, isto é,

sem quase nenhuma capitalização, à base de concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários, que na verdade não estão mais que vendendo sua força de trabalho às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade que consiste numa operação de ‘pôr fora’ dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços.⁶⁶⁴

⁶⁶³ OLIVEIRA, F. *A Economia da Dependência Imperfeita*, pp. 67 e 68.

⁶⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*, p. 68.

Em outras palavras, a reestruturação do padrão de acumulação nesse período operou na perspectiva de que o setor de serviços poderia atuar satisfatoriamente com exígua capitalização, ou melhor “os serviços ‘não apenas podiam como deveriam’ ser implantados apoiando-se na oferta de força de trabalho barata”.⁶⁶⁵

Claro está, portanto, que subjacente a toda essa estruturação capitalista pós-1930, está uma determinante essencial que concorreu fundamentalmente para o esforço de acumulação: trata-se “do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação”⁶⁶⁶, ou seja, “o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação”⁶⁶⁷.

Por certo, cabe reafirmarmos novamente aqui uma esclarecedora constatação realizada por Oliveira em seu clássico artigo *Crítica à Razão Dualista* de 1972:

É fácil a constatação, em primeiro lugar, de que os 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores urbanos (pois dos dados sob análise excluem-se os trabalhadores rurais, os funcionários públicos e os autônomos), sendo que no Estado mais industrializado o nível do salário mínimo real em 1968 era ainda mais baixo que 1964! Além disso, podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, *reduz pela metade* o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolongará até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano 1958, é marcada pela deteriorização do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart.⁶⁶⁸

Percorrido, pois, esse breve trajeto pelo ideário de Francisco de Oliveira, resta-nos por fim citar uma poética passagem de Chasin, passagem que, para nós, expressa efetivamente nosso sentimento ao terminar esse trabalho

E assim, chega-se ao final, com a certeza de que, agora, foi alcançada

⁶⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco. M. C. *Crítica à Razão Dualista*. O *Ornitórrinco*, p. 68.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p. 78.

⁶⁶⁷ *Ibid.*, p. 78.

⁶⁶⁸ *Ibid.*, p. 78.

a aptidão para o começo. Mas, se assim é, o começo é recomeço, o fim torna-se suposto, e a jornada pode prosseguir, melhor e mais ampla. Fecha-se um círculo, e provisoriamente, de um círculo de círculos⁶⁶⁹

⁶⁶⁹ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*, p. 652.

Fontes

- Entrevistas

OLIVEIRA, F. M. C. (Entrevista). In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, nº 10, São Paulo: Editorial Boitempo, nov. 2007.

OLIVEIRA, F. M. C. (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999.

- Livros

OLIVEIRA, F. M. C. *O Banquete e O Sonho: Ensaios Sobre Economia Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.

OLIVEIRA, F. M. C. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. M. C. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, F. M. C. *Os Diretos do Anti-Valor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

OLIVEIRA, F. M. C. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

OLIVEIRA, F. M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C. *O Elo Perdido: Classes e Representação de Classes na Bahia*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, F. M. C.; STEDILE, João Pedro; GENUÍNO, José (orgs). *Socialismo em Discussão: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- Artigos completos publicados em periódicos

OLIVEIRA, F. M. C. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). *História da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano*. 1. Estrutura de Poder e Economia. 1ª ed. São Paulo: Ed. Difel, 1974, v. 1, p. 391-414.

OLIVEIRA, F. M. C. A Economia Política da Social-Democracia. *Revista da USP*, São Paulo - SP, v. 17, p. 136-143, 1993.

OLIVEIRA, F. M. C. *Fernando Collor de Mello: perfil de um prestidigitador*. Nueva Sociedad (Venezuela), Caracas - Venezuela, v. 118, p. 99-108, 1992.

OLIVEIRA, F. M. C. O Estado e o Urbano. *Espaço & Debates*, São Paulo - SP, v. 6, 1982.

OLIVEIRA, F. M. C. A Falsificação da Ira. Ensaio-síntese para o projeto RLA 86/001. Clacso, Buenos Aires - Argentina, 1991.

- Capítulos de livros publicados

OLIVEIRA, F. M. C. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, F. M. C. Das Invenções à Indeterminação - Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, F. M. C. Oração a São Paulo – A Tarefa da Crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 200.

OLIVEIRA, F. M. C. Qual é a do PT?. In: SADER, E. S. *E Agora PT: caráter e identidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

- Artigos publicados em jornais

OLIVEIRA, F. M. C. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A8 - A8, 14 dez. 2003.

- Artigos publicados na Revista *Estudos Cebrap* e *Novos Estudos Cebrap*

OLIVEIRA, F. M. C. Crítica à Razão Dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

OLIVEIRA, F. M. C.; REICHSTUL, H. P. Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 4, p. 131-168, 1973.

OLIVEIRA, F. M. C. Capital, inflação e empresas multinacionais (resenha do livro de Charles Lewison). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 4, p. 173-183, 1973.

OLIVEIRA, F. M. C. Para Entender A Revolução Peruana: do Modo de Produção Asiático à Crise de 1968. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 10, p. 57-78, 1974.

- OLIVEIRA, F. M. C. Um assalto contra a burocracia (resenha de M. Vargas Llosa). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 8, p. 97-101, 1974.
- OLIVEIRA, F. M. C. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 16, p. 5-25, 1976.
- OLIVEIRA, F. M. C.; MAZZUCHELLI, F. Patronos de Acumulación, Oligopólios Y Estado en Brasil (1950-1976). *Investigacion Economica*, Cidade do México - México, v. XXXVII, n. 143, 1977.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 24, p. 137-168, 1979.
- OLIVEIRA, F. M. C.; BORGES, W. J. Notas Intempestivas sobre a Questão da Universidade (II). *Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 15-24, 1980.
- OLIVEIRA, F. M. C. Anos 70: as Hostes Errantes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1981.
- OLIVEIRA, F. M. C.. Da Paixão de Poulantzas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 2, p. 7-11, 1982.
- OLIVEIRA, F. M. C.. O compromisso dos intelectuais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 3, p. 3-3, 1982.
- OLIVEIRA, F. M. C. As decisões cruciais: democracia ou bestialização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 2, n. 4, p. 1-2, 1984.
- OLIVEIRA, F. M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 11, p. 5-30, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Por quem as greves dobram?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 12, p. 1-10, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Além da transição, aquém da imaginação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 12, p. 2-15, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Por que Pacto Social?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 2-3, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. Crise Econômica e Pacto Social. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 13, p. 3-13, 1985.
- OLIVEIRA, F. M. C. E Agora PT? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 15, p. 32-43, jul. 1986.
- OLIVEIRA, F. M. C. Depois da paz, a guerra!. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 16, p. 1-10, 1986.
- OLIVEIRA, F. M. C. Homenagem a Stanislaw Ponte Preta. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 1-10, 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. In memoriam. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 17, p. 19-19, 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 19, p. 03-05, dez. 1987.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Surgimento do Anti-valor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 22, p. 8-28, 1988.

- OLIVEIRA, F. M. C. Eleições, mais que simplesmente. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 23, p. 3-6, 1989.
- OLIVEIRA, F. M. C. O Marajá Super-Kitsch. *Novos Estudos Cebrap*, v. 26, p. 5-14, 1990.
- OLIVEIRA, F. M. C. *A Metamorfose da Arribaçaã*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 27, p. 67-92, 1990.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Herança do Marajá Superkitsch. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 34, p. 8-14, 1992.
- OLIVEIRA, F. M. C.; EQUIPE. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 36, p. 3-7, 1993.
- OLIVEIRA, F. M. C. A Reconquista da Amazônia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, n. 38, p. 3-14, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C. Eleições 94: da Paixão do *CEBRAP*. *Novos Estudos*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 3-4, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C.; COMIN, Á. Crise e Concentração: quem é quem na indústria de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 1, n. 39, p. 149-171, 1994.
- OLIVEIRA, F. M. C.. Quem Tem Medo da Governabilidade?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, p. 61-77, 1995.
- OLIVEIRA, F. M. C. Celso Furtado e o Desafio do Pensamento Autoritário Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo - SP, v. 48, 1997.

Referências Bibliográficas:

- ALVES, A. *A Individualidade nos Grundrisse*. Belo Horizonte, 1999. Dissertação (Mestrado)- Filosofia – UFMG.
- BALZAC, Honeré. Carta à Condessa Mafei – 1837.
- BONDUKI, Nabil. Autoconstrução e Habitação: Memórias e Reflexões sobre a Contribuição de Chico de Oliveira. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BORGES, Maria. A. *Eugênio Gudín: Capitalismo e Neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Educ, 1996.
- BRITO, Edson Machado de. Do Sentido aos Significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. 2008, Dissertação (Mestrado em História). PUC. São Paulo.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1977.
- CARDOSO, Fernando H. O Regime Político Brasileiro. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

- _____. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Difusão Européia, 1962.
- CERVANTES S., Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Prólogo. (Trad. Sérgio Molina). São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CHASIN, José. CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista. In: *Ad Hominem 1, Tomo IV – Dossiê Marx*, Santo André-SP: Ed. Ensaio, 2001.
- _____. Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. In: *Ad Hominem – A Miséria Brasileira: 1964 – 1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André-SP: Ed. Ensaio, pp. 7-36, 2000.
- _____. As Máquinas Param Germinar a Democracia! Das Assembléias de Massas ao Movimento Democrático de Massas. In: *Ad Hominem – A Miséria Brasileira: 1964 – 1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André-SP: Ed. Ensaio, 2000.
- _____. Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, F.S. *Pensando com Marx – Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.
- _____. *Marx – A Determinação Ontonegativa da Politicidade*. In: AD HOMINEM 1, Tomo III – Política. São Paulo: Ed. Ensaio, 2000.
- _____. A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: crise nos dois Subsistemas do Capital. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Sucessão na crise e a crise na Esquerda: os impasses da via colonial do capitalismo. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. A Via Colonial de Entificação do Capitalismo. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- COTRIN, Ivan. Imperialismo e Via Colonial x 'Teoria' da Dependência. *Revista PUC VIVA*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 49-77, abr a jun. 2004.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. (Trad. B. A. Schumann). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1974.
- GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 50, p. 115-124, mar. 1998.
- _____. *Trabalho e Reflexão – Ensaios para uma dialética da Sociabilidade*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.

- GOETHE, J. Wolfgang. *Afinidades Eletivas*. São Paulo: Ed. NovAlexandria, 1998.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. (Trad. Leila Prado). São Paulo: Ed. Centauro, 2005.
- LEROY-BEULIEU, Paul. *Colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Ed. Guillamin, 1886.
- LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Apresentação. In: *Classe Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital* (Trad. Moniz Bandeira). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970.
- MARINE, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILLE, João P; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marine: Vida e Obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.
- _____. *Grundrisse, 1857-1858*. In: *Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais*. vols. 6 e 7. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, v. II. (Trad. Reginaldo Sant’Anna). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.
- _____. *A Origem do Capital: Acumulação Primitiva*. (Trad. Walter S. Maia). São Paulo: Ed. Global, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, F. M. C.; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/NEDIC/FAPESP, 1999.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. Conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil – 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- PRADO Jr., Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.
- RAGO FILHO, Antônio. A Filosofia de José Arthur Giannotti: Marxismo Adstringido e Analítica Paulista. *Cadernos de Ciências Sociais 1 – Ciência e Engajamento*. Santo André: Centro Universitário Fundação Santo André, FAFIL, Colegiado de Ciências Sociais, pp. 479-512, 2005.
- _____. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Communicare, Revista de Pesquisa Faculdade Cásper Líbero*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 149, 2º Semestre 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Apresentação: Depois do desmanche. In: OLIVEIRA, F. M. C.; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A Era da Indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SAMUELSON, Paul Anthony. Introdução à Análise Econômica. (Trad. Sérgio Túlio dos Santos). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1963.
- SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.
- SOUZA, Ângela Maria. O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo.
- SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, n. 50, p. 99-114, mar. 1998.
- _____, Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, F. M. C. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1995.
- SINGER, Paul Israel. Crítica e Rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira – A Tarefa da Crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- _____, O Milagre Brasileiro: causas e conseqüências. *Estudos Cebrap*, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.
- _____, (Entrevista). In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo: Ed. 34, 1999.
- TEXEIRA, Paulo T. F. A Individualidade na Obra de Juventude de Karl Marx. 1993. Dissertação (Mestrado em Filosofia) FAFICH – UFMG, Belo Horizonte.
- TEXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. In: BOITO JR., Armando et. al. (orgs.). *A Obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.
- _____. *Pensando com Marx. Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.
- TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- VAISMAN, Ester. *A Usina Onto-societária do Pensamento*. In: Estudos Ad Hominem 1, Tomo I – Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem,
- VIANNA, Francisco J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. 5ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA, Série Monográfica, Monografia nº 10, 1973.
- WEFFORT, Francisco Côrrea. *O Populismo na Política Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003.

- Matérias em Sites

CNPQ/ DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO BRASIL. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhe>. Acesso em: 14 maio 2008.

COMO FORAM AS ELEIÇÕES/SITE PT. <http://www.pt.org.br/pt25anos/>. Acesso em: 10 abr. 2008.

HISTÓRICO/BANCO DO NORDESTE. <http://www.bnb.gov.br/Conten/aplicaco>. Acesso em: 24 fev. 2008.

NATALI, João Batista. Graziano vincula migração de nordestinos à violência. FolhaOnLine. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45780.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2008.